



Donald SASSOON

MUSSOLINI

E A ASCENSÃO DO FASCISMO

LA TRIBUNA ILLUSTRATA

A

AGIR

IL FASCISMO
SUIV
FINCO



DADOS DE COPYRIGHT

SOBRE A OBRA PRESENTE:

A presente obra é disponibilizada pela equipe Le Livros e seus diversos parceiros, com o objetivo de oferecer conteúdo para uso parcial em pesquisas e estudos acadêmicos, bem como o simples teste da qualidade da obra, com o fim exclusivo de compra futura. É expressamente proibida e totalmente repudiável a venda, aluguel, ou quaisquer uso comercial do presente conteúdo

SOBRE A EQUIPE LE LIVROS:

O [Le Livros](#) e seus parceiros disponibilizam conteúdo de domínio público e propriedade intelectual de forma totalmente gratuita, por acreditar que o conhecimento e a educação devem ser acessíveis e livres a toda e qualquer pessoa. Você pode encontrar mais obras em nosso site: [LeLivros.love](#) ou em qualquer um dos sites parceiros apresentados neste [LINK](#).

**"Quando o mundo estiver
unido na busca do**

**conhecimento, e não mais
lutando por dinheiro e poder,
então nossa sociedade
poderá enfim evoluir a um
novo nível."**



Mussolini e a ascensão do fascismo

Donald Sassoon

TRADUÇÃO DE
Clóvis Marques

AGIR

Título original

Mussolini and the rise of fascism

Copyright © 2008, Donald Sassoon Copyright da tradução © 2008, Agir Editora

Conteúdo com formatação exclusiva by [Ebooks Demais](#)

Capa

Sérgio Campante Foto da capa Corbis/LatinStock

Copidesque Patrícia Reis

Revisão Tais Farina e Argemiro de Figueiredo

Produção editorial Paulo Cesar Veiga

CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ._

S264m Sassoon, Donald, 1946-

Mussolini e a ascensão do fascismo / Donald Sassoon ; [tradução Clóvis Marques], - Rio de Janeiro : Agir, 2009. il., mapas;

Tradução de Mussolini and the rise of facism Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-220-1324-1

1. Mussolini, Benito, 1883-1945.2. Fascismo - Itália -História. I. Título.

CDD 320.533

09-0094 CDU 329.18

Agir Editora Ltda. Uma empresa Ediouro Publicações Ltda.

Rua Nova Jerusalém, 345 - Bonsucesso

Rio de Janeiro, RJ - CEP 21042-235

Telefone (21)3882-8200 - Fax (21)3882-8212/8313

www.ediouro.com.br

1. A conjuntura

Na manhã de 30 de outubro de 1922, Benito Mussolini chegou a Roma, não a cavalo, como pode ter fantasiado inicialmente, mas no vagão-leito noturno de Milão, consciente de que o rei Vítor Emanuel III o designaria primeiro-ministro, confiando-lhe a formação de um governo de coalizão.

Enquanto o futuro Duce debatia questões estratégicas com os companheiros de viagem e meditava em sua cabine, seus adeptos convergiam para a capital, alguns de carro, outros a pé, mas a maioria em trens fretados com a ajuda do governo. Era a chamada “Marcha sobre Roma”, iniciada no dia 28 de outubro.

Dez anos depois, num diário escrito com uma visão retrospectiva incomum, Ítalo Balbo, um dos seguidores mais violentos do Duce, escreveria que desde o início o fascismo tinha certeza de que seu destino era a tomada do poder por uma insurreição violenta que assinalaria uma ruptura entre a antiga Itália e um novo país em surgimento.¹

Muitas vezes aqueles que agem na ilegalidade tentam encontrar justificativas legais para seus atos. Às vezes, os revolucionários insistem na legalidade de seus atos, ignorando os atalhos que tiveram de tomar. No caso de Mussolini, foi quase o oposto. Ele preferia fingir que tomou o poder pela força, e que o poder lhe fora outorgado porque já havia conquistado-o no campo de batalha. Mas a chegada de Mussolini ao poder foi estrita e perfeitamente legal. Como explicaria o grande político liberal e ex-primeiro-ministro Giovanni Giolitti a seus eleitores, no dia 16 de março de 1924, Mussolini fora designado constitucionalmente, prestara juramento de fidelidade ao rei e à Constituição e apresentara seu programa de governo ao Parlamento, dele solicitando e obtendo plenos poderes.²

Mas a linguagem utilizada pelos fascistas na época e nos anos subsequentes pintava um quadro de sublevação e celebrava a violência revolucionária — uma das várias influências da Revolução Bolchevista sobre os fascistas. No dia 29 de outubro de 1922, o jornal de Mussolini, *II Popolo d'Italia*, anunciava que “todo o centro da Itália, a Toscana, a Úmbria, as Marcas e o norte do Lácio, está ocupado pelos camisas-negras”,

transmitindo uma imagem de ocupação armada.³ A um repórter do diário milanês *Corriere della sera*, Mussolini declarava:

*Diga a verdade. Promovemos uma revolução sem equivalente no mundo. (...) Fizemos uma revolução enquanto os serviços públicos continuavam funcionando, sem interromper o comércio e com os empregados em suas mesas de trabalho, os operários nas fábricas e os camponeses pacificamente cultivando o campo. É um novo estilo de revolução.*⁴

Essa imagem de agitação e mudança radical seria reforçada com o tempo. O filósofo Giovanni Gentile, escrevendo em 1924, afirmava que a Marcha fora uma reação “contra todas as ideologias do século anterior: democracia, socialismo, positivismo e racionalismo; era a plena afirmação da filosofia idealista”.⁵ O prefácio a uma coletânea dos principais discursos de Mussolini, publicada em 1928, entoava:

*Em 1922, Ele marcha sobre Roma. Ele é a Itália em movimento. A Revolução prossegue. Depois de meio século de letargia, a nação cria seu próprio regime. Surge o Estado dos italianos. Seu poder manifesta-se. Suas virtudes vêm à tona. Seu império está em formação. Esse grande renascimento (...) terá o nome Dele. Em todo o mundo se inaugura um século italiano: o século de Mussolini.*⁶

E ao falar ao Senado em 5 de julho de 1924, Mussolini afirmou que o fascismo alcançara o poder por um “ato inquestionavelmente revolucionário”, pela força das armas, marchando sobre Roma “*armata matiu*”.⁷

Vinte anos depois, em 1944, no momento em que o Duce enfrentava a derrota, ideias mais sóbrias se expressavam. Tendo fugido da prisão a que fora confinado pelo mesmo monarca que o tinha designado chefe do governo, Mussolini, naquele momento uma patética marionete dos nazistas, reconheceu que o fascismo não chegara ao poder por meio de uma revolução. Uma autêntica revolução, escreveu, teria requerido uma mudança fundamental no arcabouço institucional do Estado, que, no entanto, fora deixado intacto pelos acontecimentos de outubro de 1922: “Havia uma monarquia antes e havia uma monarquia depois”.⁸ Ele

esqueceu de acrescentar que o rei não se voltaria contra ele se o Grande Conselho Fascista não o tivesse forçado a renunciar. O grande ditador chegara ao poder legalmente e foi afastado legalmente, não só por uma velha instituição, a monarquia, mas também por uma outra, o Grande Conselho Fascista, que ele próprio criara.

Mussolini já desistira da “revolução” bem antes da chegada de seu trem a Roma naquela fatídica manhã do final de outubro. A sedução do poder já se fizera sentir algum tempo antes, quando ele se dera conta de que poderia conseguir o que queria com mais facilidade e rapidez entrando em acordo com a monarquia — um dos gestos que decisivamente levaram boa parte do *establishment* político a lhe conferir plenos poderes. Mussolini percebera que não fazia sentido lançar um grande empreendimento de tomada do poder se o poder estava ao alcance de suas mãos. Seus seguidores mais ingênuos não captaram esse dado estratégico. Marchando sob chuva constante, achavam estar fazendo história, mas o Duce chegou a Roma antes deles, em seu vagão-leito, sendo conduzido ao palácio, onde se declarou “leal servidor” de Sua Majestade.⁹

Não era um ato de renúncia. Mussolini alegou que queria evitar uma guerra civil, mas na realidade não poderia ter chegado ao poder de qualquer outra forma. Seu “exército” de fascistas não era forte o suficiente. Poderia ter sido facilmente contido, e o próprio Mussolini poderia ter sido detido sem dificuldade em Civitavecchia — a meio caminho entre Pisa e Roma —, onde o Exército bloqueara a passagem, para impedir, se necessário, que os *camice nere* (camisas-negras) convergissem para a capital. Mussolini poderia ter sido interceptado a qualquer momento.

Roma estava bem resguardada. O general Emanuele Pugliese foi incumbido de organizar a defesa da capital; o que não era propriamente uma tarefa árdua, pois as colunas fascistas avançavam lentamente. O Exército ocupou prédios públicos, instalou barreiras de arame farpado, coordenou a movimentação de tropas. Pugliese garantiu ao primeiro-ministro, Luigi Facta, que não teria problemas para restabelecer a ordem. Em Milão, os fascistas não encontraram condições melhores. Entrando no quartel de Alpini, depararam-se com um irado coronel que lhes disse que caso não se retirassem imediatamente seriam detidos. Trataram de sair sem discussão.¹⁰

Leal à Coroa, o general Pugliese tinha sob seu comando mais de 10 mil homens.¹¹ Outros 28 mil controlavam as estradas para a capital. Pugliese ordenou que as ferrovias com destino a Roma

fossem interceptadas 50 quilômetros ao norte da cidade, e 400 policiais teriam bastado para pôr fim à chamada “Marcha sobre Roma”.¹² Desse modo, como fica patente em documentos militares, o Exército estava no pleno controle da marcha.¹³ Se recebesse ordens de interceptar os fascistas, a Marcha teria chegado ao fim.¹⁴

O general Pugliese mandou distribuir panfletos entre oficiais e soldados:

Nesse momento grave, todos devem ter em mente o juramento de lealdade à Sagrada Majestade, o Rei, e ao Estatuto, a lei fundamental do Estado, que salvaguarda a liberdade e a independência da Itália. Ninguém jamais ousou marchar sobre Roma, mãe da civilização, e sufocar a ideia de liberdade que ela representa.

Vocês devem defender Roma até a última gota de sangue e mostrar-se à altura da história.

*General-de-exército Emanuele Pugliese, comandante da Divisão.*¹⁵

Os participantes da marcha puderam acampar nas imediações de Roma. Eram entre 30 e 40 mil, soldados amadores brincando de revolução, mal-armados (fuzis de caça, pistolas velhas do Exército, pouca munição) e sem condições de enfrentar tropas regulares — como perfeitamente se deram conta os mais conscientes. Em seu diário, um estudante registrou que os participantes da Marcha recebiam constantes garantias de que o Exército jamais atiraria neles.¹⁶ Os fascistas eram lembrados por seus líderes de que “o Exército é o supremo defensor da Nação”, de que “não deve ser envolvido na luta”, de que o fascismo tinha o Exército em alta estima e de que “o fascismo não marcha contra as forças da ordem pública”.¹⁷ Na verdade, as tropas eram usadas com frequência para fornecer alimentos aos camisas-negras, pateticamente encharcados pela chuva constante.

Mussolini tinha perfeita consciência da fraqueza de suas “tropas”, motivo pelo qual não se interessou muito por seu preparo e eficácia militar, recebendo apenas duas mensagens dos fascistas em marcha.¹⁸ Decidira concentrar-se na frente “política”, mantendo-se afastado em Milão, como se quisesse deixar bem claro que não era um postulante.

Os aspectos tragicômicos da Marcha, no entanto, não nos devem levar a subestimar sua importância política. Os fascistas ocuparam cidades da importância de Cremona, Pisa e Siena, cortando as linhas telegráficas e

telefônicas que ligavam Pisa a Gênova e Florença. A conexão logo seria restabelecida, sem diminuir o impacto simbólico do avanço fascista. Carros e caminhões foram requisitados e usados para conduzir adeptos a Roma. Militantes fascistas foram libertados da prisão de Bolonha, onde estavam encarcerados.¹⁹ Tudo isso encontrou pouca oposição. Na verdade, permitira-se que os fascistas se comportassem como um Estado dentro do Estado, promovendo desfiles de militantes uniformizados, falando abertamente da “tomada” de Roma, negociando com autoridades locais e em certos casos sendo bem recebidos por elas. Nenhuma força de esquerda poderia comportar-se dessa maneira. A legitimação dos fascistas não podia ser mais óbvia.

Os preparativos da Marcha careciam de segredo revolucionário de tal maneira que os principais conspiradores, ao se encontrarem semanas antes em Bordighera, na Riviera italiana, foram convidados para um almoço com a rainha Margherita, a rainha-mãe, cuja *villa* localizava-se próxima a esta região, e que simpatizava abertamente com os fascistas.²⁰

É difícil promover um golpe contra um exército, especialmente na ausência de uma guerra civil, de deserções, catástrofes econômicas ou desordem civil generalizada. A “Marcha sobre Roma” foi pouco mais que uma mal coordenada manifestação destinada a aumentar a pressão sobre os políticos na capital. Mussolini — que tinha considerável faro estratégico — deu-se conta de que tinha muito a ganhar mantendo-se, grosso modo, nos limites da legalidade, mas ao mesmo tempo permitindo investidas regulares fora dela. Porém, essa estratégia só funcionaria se a maior parte da opinião liberal estivesse disposta a tolerar a atitude ambígua dos fascistas em relação à legalidade.

Chegando ao fim, o governo de Luigi Facta redigira um decreto declarando estado de emergência, permitindo ao Exército tomar medidas drásticas contra os manifestantes. Esperava-se que o rei o assinasse, mas ele se recusou. Em vez disso, pediu a Mussolini, líder de um dos menores partidos do Parlamento, que formasse o novo governo.

Ao chegar a Roma, Mussolini foi recebido por algumas centenas de simpatizantes. O repórter do *Corriere della sera* — jornal que desprezava Mussolini mas passara a considerá-lo um mal inevitável e necessário, indispensável para afastar os socialistas — fez menção a uma multidão, imagem que foi reforçada pela descrição de mulheres atirando flores no homem providencial.²¹

A Marcha não fora em vão. Fazia parte de uma encenação simbólica destinada a realçar as circunstâncias excepcionais da chegada do Duce ao poder. Seu objetivo não era tomar Roma, mas fornecer um cenário, o material humano necessário daquilo que viria a ser glorificado como *la Marcia su Roma*.

Assim foi que, às 11h de 31 de outubro, Mussolini, ostentando uma camisa negra sob o terno, como para simbolizar as duas faces do fascismo — a respeitabilidade e a maldisfarçada violência — chegou ao Palácio Quirinale para ser nomeado e apresentar a relação dos ministros que formariam o novo governo. “Peço perdão a Vossa Majestade”, disse, “se ainda estou usando minha camisa negra, mas venho de uma batalha que felizmente não apresentou baixas (...) Sou um leal servidor de Vossa Majestade”.²²

O novo governo era uma autêntica coalizão. Os fascistas eram fracos demais para abocanhar a parte do leão nos ministérios. Com exceção de Mussolini — que ficou com os ministérios do Exterior e do Interior —, apenas três fascistas “verdadeiros” foram feitos titulares de pastas: Aldo Oviglio (Justiça), Alberto De Stefani (Finanças) e Giovanni Giuriati (encarregado das “terras recém-liberadas”, vale dizer, as que haviam estado sob domínio austríaco até o fim da Grande Guerra). Havia também dois membros das Forças Armadas (o general Armando Diaz, no Ministério da Guerra, e o almirante Paolo Thaon di Revel, no da Marinha), um nacionalista (Luigi Federzoni, nas Colônias), um liberal de direita (Giuseppe De Capitani, na Agricultura) e dois católicos do *Partito Popolare* (Vincenzo Tangorra, no Tesouro, e Stefano Cavazzoni, à frente da Segurança Social e do Trabalho).

Quase pareceria um governo conservador “normal”. Muitos fascistas “autênticos” ficaram decepcionados, mas as elites sentiram-se aliviadas. O respeito demonstrado por Mussolini em relação às instituições parecia confirmar a convicção dessas elites de que, não obstante a retórica revolucionária, ele seria capaz de manter sob controle os camisas-negras mais exaltados ao seu redor.

Mussolini já dera, afinal, reiterados sinais de moderação. E no dia 3 de agosto de 1921, ao negociar com os socialistas um pacto (o *patto di pacificazione*) para controlar a violência de ambos os lados, ele irritara os *squadristi* mais militantes, gente como Dino Grandi, Ítalo Balbo e Roberto Farinacci, que não hesitava em acusá-lo de se mostrar excessivamente

condescendente. Diante de uma verdadeira revolta interna, Mussolini ameaçara renunciar, conseguindo assim resolver a crise.²³ A oposição por ele enfrentada mostrara que seu controle ainda não era absoluto, mas o incidente voltou-se a seu favor, confirmando que, ao contrário de seus seguidores, era um político astuto e capaz de resolver várias questões ao mesmo tempo.

Ao ter seu líder nomeado primeiro-ministro, a infantaria do fascismo voltou para casa triunfante, com a certeza de estar na primeira etapa de uma revolução que varreria toda a Itália, transformando o país. Muitos camaradas, entretanto, logo seriam seduzidos pelos encantos do *establishment* político que haviam tentado destruir. Começaram a experimentar os prazeres do poder, o fato de serem temidos e invejados e a desfrutar do respeito daqueles que até então viam com admiração.

As velhas elites, naturalmente, desprezavam Mussolini, filho de um ferreiro e de uma professora. Ficavam alarmadas com seu aspecto plebeu e sua linguagem rude e populista, mas reconheciam nele alguém disposto a se encarregar do trabalho sujo que não sabiam ou não queriam fazer. Certos intelectuais o admiravam abertamente ou não se dispunham a criticá-lo. O grande historiador Gioacchino Volpe já muito antes da Marcha sobre Roma fazia elogios a Mussolini.²⁴ Benedetto Croce, o mais respeitado filósofo da Itália, enviou votos de êxito ao novo primeiro-ministro, ao mesmo tempo mantendo distância. Escrevendo, em 1944, sobre seus contatos com Mussolini, Croce, em comentários de nítida autojustificação, ao mesmo tempo mal disfarçando a satisfação de ser respeitado pelo Duce, explicava que se eximira de encontrá-lo pessoalmente porque não pertenciam ao mesmo círculo social: “Havia entre nós diferenças que têm a ver com meio social, família e cultura; e sempre considerei que os homens se dão bem quando têm uma educação semelhante, mais do que quando compartilham ideias abstratas”.²⁵

Mussolini também tratou de se certificar de que todos ficassem sabendo que não pertencia à mesma classe que Croce. Em 1931, exagerando absurdamente seus antecedentes de “homem do povo”, ele escreveu com certo orgulho que pertencia à classe dos que compartilhavam um quarto que também servia de cozinha, tendo como refeição noturna uma simples sopa de legumes.²⁶ É bem verdade que a vida era dura em sua cidade natal, Predappio, perto de Forlì, mas na realidade seus pais não eram pobres: ambos trabalhavam — o pai como

ferreiro, a mãe como professora —, além do pedaço de terra que seu pai arrendava.²⁷ Mussolini foi batizado na igreja local e recebeu uma educação religiosa. Mas o pai era socialista, tendo dado ao filho o prenome do revolucionário mexicano Benito Juárez, além dos nomes intermediários de Amilcare e Andréa, em homenagem aos dirigentes socialistas italianos Amilcare Cipriani e Andréa Costa.

Na região, os pais de Mussolini eram pessoas de certa importância, e não exatamente os camponeses carentes pintados em algumas hagiografias; em comparação com os políticos que governavam a Itália desde a unificação, contudo, Mussolini certamente era um “homem do povo”. Os 25 primeiros-ministros que o antecederam podiam ser muito diferentes entre si, mas todos provinham das elites italianas. Alguns, como Cavour, De Rudini, Menabrea, Ricasoli, Sonnino e Lamarmora, eram aristocratas; em sua maioria, eram *grands bourgeois* — advogados, acadêmicos, médicos e oficiais do Exército. Todos tinham diploma universitário ou haviam passado pela academia militar. Mussolini deixara a escola aos 18 anos, tornando-se professor primário. Era realmente digno de nota que um homem de origens tão humildes se tornasse primeiro-ministro.

As desvantagens em determinadas circunstâncias podem tornar-se vantagens. Durante a Primeira Guerra Mundial, Mussolini tivera a mesma sorte que um soldado comum, seja no tédio ou no medo. Podia falar da vida no Exército com certa autoridade, ao contrário da esmagadora maioria dos políticos. Seu diário de guerra soa verdadeiro, evitando a retórica absurda de D’Annunzio (que combatera com desembarço):

Passados dois meses, começo a conhecer meus camaradas. (...) Será que esses homens amam a guerra? Não. Será que a odeiam? Não. Aceitam-na como um dever que não pode ser questionado. Os do sul têm uma canção que diz assim: ‘E a guerra tem de ser feita, pois é o que o rei deseja.’²⁸

O início de vida humilde pode ter preparado Mussolini para entrar em sintonia com as ideias das pessoas comuns, ajudando-o em seu desempenho na vida pública, embelezando sua retórica com uma linguagem mais intensa e mais facilmente compreensível do que a utilizada pelos adversários de maior refinamento social. Mas seria um erro supor que o populismo

incendiário constituiu um fator decisivo na ascensão de Mussolini ao poder. Em termos eleitorais, o fascismo não fora um grande sucesso. A primeira eleição de que participaram, em 1919, revelou-se um desastre. É verdade que o partido, ou melhor, o movimento — já que até 1921 se recusaram a denominar-se um partido — acabara de ser fundado, mas o mesmo acontecia com o PPI (*Partito Popolare Italiano*) católico, que imediatamente obteve uma importante vitória no pleito de 1919. Nesse ano, se alguém podia ser considerado representativo da “nova” Itália não era Mussolini, mas o PPI, que representava *de facto* as massas católicas, ou talvez o *Partito Socialista Italiano* (PSI), que ainda era o maior partido dos trabalhadores urbanos e da nova *intelligentsia*. Os fascistas saíram-se um pouco melhor na eleição de maio de 1921, mas só porque estavam integrados ao *blocco nazionale* de Giolitti, juntamente com liberais e nacionalistas de direita. Giolitti alimentara a expectativa de neutralizar os fascistas, e Mussolini dispusera-se a entrar em acordo para obter ganhos parlamentares, embora os deputados fascistas, uma vez eleitos, aderissem à extrema direita na Câmara, em oposição a Giolitti. Ainda assim, não conseguiram eleger mais de 35 deputados, num total de 535. Não se pode dizer que Mussolini fora levado irresistivelmente ao poder numa onda de apoio eleitoral.

Os votos, naturalmente, não são tudo, nem mesmo numa democracia. A força real do Partido Fascista, tendo como parâmetro o número de membros, vinha aumentando ao longo de 1921 de forma constante. Em março desse ano, os fascistas eram 80 mil. Em junho, o partido contava 204 mil membros (62 % no norte). Em maio de 1922, eram 322 mil os membros, e o Partido Fascista já se tornara o maior da Itália.²⁹ A virada ocorrera com sua inclusão no bloco nacional de Giolitti, na eleição de maio. Isso de certo modo os legitimou aos olhos de muitos, pois durante a campanha eleitoral eles recrutaram membros substancialmente, numa velocidade maior do que nunca, a partir de março mais que duplicou seus integrantes e ao final de maio de 1921 chegou a 187 mil membros. Tal incremento concentrava-se esmagadoramente em certas regiões do norte e do centro da Itália, de maneira que as atividades fascistas pareciam muito mais importantes e de maior alcance do que se o apoio estivesse disseminado por toda a península.³⁰

O *establishment* liberal tinha medo dos fascistas, porém ainda mais da esquerda e dos sindicatos. O que explica por que a violência dos *squadristi*

não foi controlada; e quanto mais descontrolada permanecia, mais aumentava. Embora se permitisse que recorressem à violência, os fascistas nunca foram fortes o suficiente para derrubar a ordem política em vigor, mas não tão fracos a ponto de serem incapazes de produzir resultados. Além disso, a violência política era muito mais predominante nos anos subsequentes à Primeira

Guerra Mundial do que é hoje. Quando a República de Weimar se viu ameaçada por uma rebelião de esquerda, em 1919, até um social-democrata como Friedrich Ebert, então chanceler (como é designado o primeiro-ministro na Alemanha), dispôs-se a recorrer ao Freikorps (uma milícia de veteranos direitistas) para esmagá-la, assassinando Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht.

Depois da chegada dos fascistas ao poder, em questão de pouco mais de cinco anos, numa velocidade antes determinada pelos acontecimentos do que por algum plano estratégico detalhado, um governo que ainda podia ser tecnicamente considerado constitucional transformou-se numa ditadura. O sistema de representação proporcional em vigor — causa da fragmentação parlamentar — foi abolido em 1923, concebendo-se um novo sistema eleitoral, afim de garantir maioria esmagadora para a coalizão vencedora. Nesse momento, numa combinação de brutalidade e procedimentos legais questionáveis, os adversários do fascismo — socialistas, comunistas, sindicalistas, liberal-democratas e os poucos conservadores que haviam se arrependido do apoio inicial ao fascismo — foram eliminados, destituídos de todo poder, espancados nas ruas por esquadrões fascistas, forçados a se exilar ou encarcerados. Novas leis e instituições puseram fim ao velho Estado liberal: um Tribunal Especial com juizes confiáveis munidos da legislação retroativa submeteu o que restava da oposição. Os poucos jornais independentes que subsistiam foram amordaçados pela imposição de uma série de restrições à imprensa. Novos e dóceis sindicatos fascistas tomaram o lugar dos *sindicati* rebeldes que, segundo se alegava, mantinham o país refém. Uma nova lei de “defesa do Estado” abolia todos os partidos políticos. Até o Partido Fascista perdeu importância. Instrumento da tomada do poder por Mussolini, o partido tornara-se irrelevante ao seu exercício. À medida que uma nova ordem social ia surgindo e a antiga se dissipava, os atos de brutalidade cometidos em nível local por inspiração fascista acabaram cedendo e a ordem pública foi restabelecida. A normalidade e a rotina voltaram a prevalecer. No fim da

década de 1920, o sistema constitucional da época em que Mussolini foi nomeado primeiro-ministro não existia mais”. Como explicaria o dirigente comunista Palmiro Togliatti, a ditadura não foi fundada em 1922, mas nos anos entre 1925 e 1930.³¹ Mas a política social, educacional e externa promovida por Mussolini nesses primeiros anos no poder indicava perfeita continuidade em relação à política dos governos antecessores.

O sistema político resultante não era o pretendido pela ala radical do fascismo e tampouco pelos conservadores. Os fascistas radicais julgavam que deveriam se livrar da monarquia, das antigas classes dirigentes, do clericalismo, de uma burguesia medrosa que vendera a Itália aos estrangeiros. Nos seus sonhos, a nova sociedade fascista haveria de diferenciar-se nitidamente da patética Itália liberal que tão pouco progredira em aproximadamente 60 anos de existência. A “Marcha sobre Roma” tornou-se seu mito fundador. Na verdade — como vimos —, fora pouco mais do que uma insignificante união de inocentes úteis, mas em seus reiterados relatos a Marcha transformou-se num movimento revolucionário, a vanguarda dos italianos patriotas de todas as classes, preocupados e desalentados com a corrupção e a decadência do velho Estado liberal. Segundo essa narrativa, eles haviam se reunido em torno de um novo líder, Mussolini, e seu novo partido, o imaculado e incorruptível *Partito Nazionale Fascista*, que denunciara a incapacidade das velhas classes governantes em fazer frente às grandes potências e restabelecer a grandeza da Itália. Nesse empenho, esses patriotas também haviam rechaçado definitivamente a ameaça do bolchevismo e do socialismo, assim como as greves e a subversão que ameaçavam os cidadãos trabalhadores e levavam o país à beira do abismo. Atendendo ao chamado do destino, o Duce conduziu milhares, talvez dezenas de milhares — e mesmo, em certos cálculos hiperbólicos, 300 mil — até Roma (o *Corriere della sera* estimou o número de manifestantes entre 45 e 50 mil).³² Com o país aos seus pés, Mussolini poderia, como afirmou mais tarde, ter transformado o Parlamento num acampamento para suas legiões. Em vez disso, deu mostras de amor ao país e senso de responsabilidade, aceitando a oferta de se tornar primeiro-ministro do rei.

O poder, contudo, raramente se encontra num só lugar, uma conveniente sala de controle central cujas chaves, uma vez recebidas, conferem completo domínio. Mesmo numa ditadura, especialmente quando sujeita a constantes mudanças de convenções, o poder resulta de um

permanente e extenuante processo de negociação. Os verdadeiros derrotados são os que ficam de fora. Isolados da estrutura de poder, eles não enxergam as acomodações, as barganhas, os posicionamentos, as punhaladas pelas costas, o medo de perder, a alegria de vencer e a natureza efêmera do que parece permanente. Vista de fora, uma ditadura parece uma formidável máquina “totalitária”, inexpugnável em seu controle. Quando vem a ruir (e podemos pensar em Portugal entre 1974-75, na Espanha de 1975-77, no Irã de 1979, na União Soviética de 1989-91 e na África do Sul de 1990-94), quase todos são apanhados de surpresa, exceto talvez os mais alertas entre os que lideravam o velho regime.

A questão-chave a ser tratada aqui não é como a ditadura se consolidou, ou por que Mussolini conseguiu transformar um governo constitucional num regime avesso à democracia, ou sequer por que conseguiu manter-se no cargo durante 20 anos, perdendo o poder apenas por ter arrastado o país para uma guerra devastadora. A questão consiste em saber por que Mussolini chegou ao poder, para começo de conversa; ou seja, o motivo, considerando-se as circunstâncias relatadas, de um líder de um partido eleitoralmente impopular, sem apoio nacional nem controle dos militares, ser nomeado primeiro-ministro.

Os acontecimentos desenrolaram-se como tal em virtude de uma conjuntura única na qual cada participante, ao contrário de um grande mestre de xadrez, não tinha condições de planejar antecipadamente a próxima jogada, consciente de que os jogadores estão submetidos a regras aceitas por todos, de que cada um tem de esperar sua vez, de que só são permitidas determinadas jogadas. Como todos os grandes jogos políticos, a crise italiana de 1922 colocou em primeiro plano uma série de protagonistas, sem regras fixas, sem limites nítidos entre amigos e inimigos, sem uma definição óbvia. Só mais tarde, quando a poeira assentou, cada lado pôde fazer o balanço das perdas e ganhos, amaldiçoar os passos errados que deu ou congratular-se pela própria coragem e sorte.

Mussolini deu-se conta — em parte por experiência, em parte por instinto — de que, para ser aceito por todos como líder supremo, tinha de agradar àqueles que não haviam se convencido inteiramente de seu desempenho até então, inevitavelmente decepcionando alguns de seus seguidores. Para ele, os interesses do país começaram a ser mais importantes do que os do partido. Em 1923, já advertia aos seguidores: “O país pode tolerar no máximo um Mussolini, e não várias dezenas”.³³

Que circunstâncias levaram pessoas razoáveis e racionais a sustentar o ponto de vista de que o país se tornara ingovernável, ou pelo menos de que não poderia ser governado à velha maneira? Em 1920, Lenin, que entendia de revoluções, explicou a alguns de seus seguidores excessivamente entusiásticos que não se pode fazer uma revolução como bem se quer, e que ela só pode ocorrer quando estão dadas duas condições:

“Somente quando as “classes inferiores” não querem viver à velha maneira e as “classes superiores” não podem sustentar a velha maneira é que a revolução pode triunfar. Esta verdade pode ser expressa em outras palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional (afetando tanto os explorados quanto os exploradores)”.⁵⁴

Na Itália de 1922, a primeira condição já não se verificava. As classes “inferiores”, os operários e camponeses aos quais Lenin recorrera com êxito na Rússia de 1917 e nos anos imediatamente subsequentes, tinham sido estrondosamente derrotadas. A agitação sindical ocorrida nos “anos vermelhos” de 1918-20 fora sufocada. Já os trabalhadores agrícolas do centro e do norte da Itália haviam sido brutalmente reprimidos pela pura e simples violência fascista, uma violência que frequentemente tinha como justificativa o restabelecimento da ordem. Os trabalhadores rurais do sul se mantiveram calados, mal chegando a se conscientizar do decisivo jogo político que transcorria em outras partes do país. A segunda condição (“as classes superiores’ não podem sustentar a velha maneira”) verificava-se em grau limitado. As “classes superiores”, se é possível usar esta terminologia para designar elites entrelaçadas mas raramente capazes de apresentar urna face monolítica, aperceberam-se de que não tinham condições de seguir em frente à velha maneira, mas não tinham certeza sobre qual poderia ser a nova maneira. Saíram em busca de uma alternativa em que, parafraseando a famosa observação de Tancredi no romance *O leopardo*, de Tommaso di Lampe-dusa, “tudo deve mudar para continuar do mesmo jeito”. À medida que aumentava a incerteza das elites, sua unidade, que nunca fora seu trunfo maior, vacilou. Mussolini foi uma das alternativas estudadas. As elites esperavam que ele limpasse o terreno por baixo da rale socialista e comunista, varresse do mapa os sindicatos diante dos quais elas haviam tremido e se acomodasse, satisfeito com os atributos do poder, cortando fitas, pavoneando-se, visitando escolas, enobrecendo amigos e

parentes. O papel atribuído a Mussolini era o de livrar o país da ameaça vermelha e transformar-se numa figura decorativa. O velho *establishment* governaria na sombra, como sempre havia feito.

A tomada do poder por Mussolini foi vista por muitos contemporâneos, no país e no exterior, como resultado de suas excepcionais qualidades de liderança. Ele era o verdadeiro “homem providencial”, a encarnação da *Weltseele* (Alma do Mundo), para usar a expressão com que Hegel se referiu a Napoleão quando viu o imperador cavalgando pela cidade de Iena em 13 de outubro de 1806, na véspera da batalha.³⁵ Mussolini foi um dos primeiros dirigentes modernos a alcançar o poder em circunstâncias excepcionais, à margem das regras habituais da política. Não fora ungido pelo direito divino, como no *ancien régime*, nem se submetera — como na maioria das democracias — ao legítimo processo da sucessão, como dirigente de um grande partido político. Ao longo do século XX, esses homens providenciais surgiram com alarmante regularidade, e continuam a fazê-lo no século XXI. Mas foram raros os antecessores de Mussolini. Só na América Latina os ditadores, ou caudilhos, haviam tomado a frente ao longo do século XIX, homens como Juan Manuel de Rosas, na Argentina, Antonio de Santa Anna, no México, e José Antonio Páez, na Venezuela; todos eles, contudo, deviam sua ascensão ao poder a patentes militares. Como o primeiro Napoleão e Oliver Cromwell, eram homens a cavalo. Luís Napoleão (que viria a ser coroado Napoleão III) efetivamente foi eleito, como Mussolini, explorando um impasse entre as principais forças políticas, mas, ao contrário de Mussolini, chegou ao poder após vencer uma legítima eleição presidencial — em 1848, com um esmagador mandato popular, para a surpresa do *establishment* político. Só então promoveu, em 2 de dezembro de 1851, um *coup detat*. Ao contrário de Mussolini, não tinha o apoio de um partido organizado, nem precisou se amoldar a uma monarquia existente.

O mais próximo antecessor europeu de Mussolini foi seu contemporâneo Primo de Rivera, que em setembro de 1923 foi nomeado ditador pelo rei da Espanha, Alfonso XIII. Mas seu governo ditatorial foi efêmero. Na Polônia, Józef Pilsudski fora, como Mussolini, um líder socialista, mas, ao contrário dele, tornou-se um herói nacional na guerra soviético-polonesa de 1919-21, ao fim da qual proclamou uma república polonesa independente e tornou-se o primeiro chefe de Estado da nova Polônia. Renunciou em 1922 e retornou ao poder em 1926, quando o país,

tal como a Itália, passava por uma crise parlamentar. Conduziu os destinos da Polônia até sua morte, em 1935. Eram, por conseguinte, poucos ou inexistentes os antecedentes históricos de Mussolini. O que explica, pelo menos em parte, sua rápida ascensão e as dificuldades que até mesmo os seus contemporâneos tinham para explicar o fenômeno.

Mussolini era sistematicamente subestimado, tanto pelos aliados quanto pelos adversários. A reação inicial do Partido Comunista Italiano foi reservada. As Teses de Roma (março de 1922) — o documento fundador dos comunistas — sequer mencionam o fascismo. Até mesmo um pensador arguto como Antonio Gramsci descartou, na época da tomada do poder, a possibilidade de que Mussolini conseguisse manter unido o movimento fascista e, como tantos outros observadores, entendeu que por fim ele haveria de se dividir entre uma ala intransigente e outra legalista. Escrevendo, em agosto de 1921, Gramsci considerava que, ao se concentrar em Bolonha, e não em Milão, o fascismo estava

*na verdade se libertando de elementos como Mussolini — sempre incertos, sempre hesitando, em consequência de seu gosto por aventuras intelectualistas e sua necessidade irreprimível de ideologias gerais — e se tornando uma organização homogênea de apoio à burguesia agrária, sem fraquezas ideológicas nem incertezas na ação.*³⁶

Ainda em 1924, quando já estava consolidada a construção do regime, os escritos de Gramsci sobre Mussolini enfatizavam a importância da imagem do ditador, e não suas políticas:

*Ele era então, como hoje, o mais acabado modelo do pequeno-burguês italiano: uma mistura violenta e raivosa de todos os detritos deixados em solo nacional por séculos de dominação de estrangeiros e padres. Não poderia ser o líder do proletariado; tornou-se o ditador da burguesia, que adora rostos raivosos quando se torna Bourbon novamente, e esperava ver na classe trabalhadora o mesmo terror que sentira diante daqueles olhos se revirando e daquele punho cerrado e ameaçadoramente erguido.*³⁷

Isto não quer dizer que a imagem ou a personalidade do novo dirigente não tivesse importância. Embora seja verdade que a tomada do poder não teria ocorrido sem uma conjuntura favorável, as personalidades

efetivamente influem. Mussolini estava no lugar certo na hora certa, mas também era o homem certo. Marx, que tendia a superestimar as forças impessoais na história em detrimento das personalidades, observou com discernimento, no segundo parágrafo de seu famoso ensaio de 1852 sobre Luís Bonaparte, que: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem nas circunstâncias que escolhem, mas sob circunstâncias já existentes, dadas e transmitidas pelo passado.”

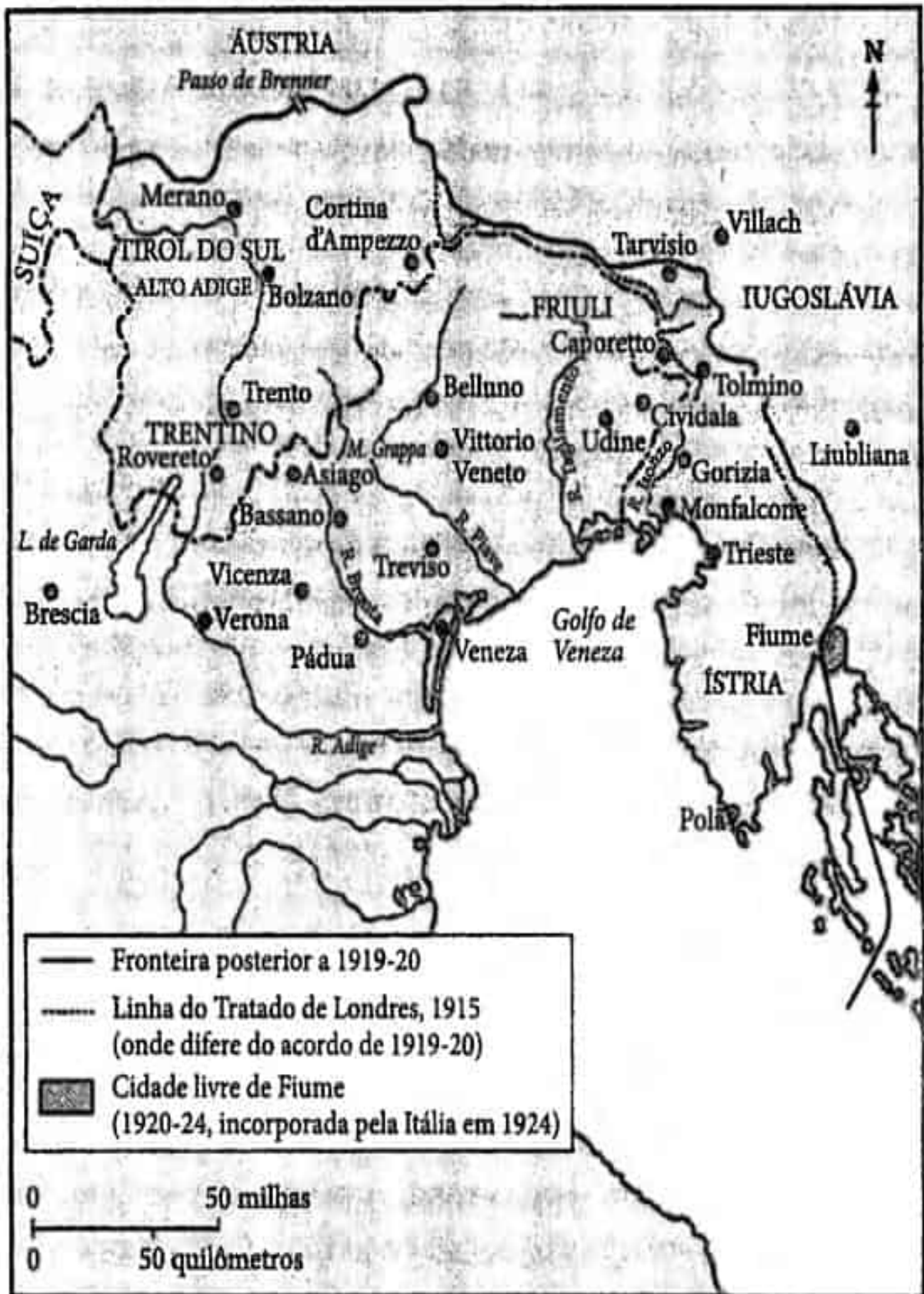
Neste livro, seguirei essa sugestão, tentando reconstituir as “circunstâncias dadas e transmitidas pelo passado” — a conjuntura — que permitiu a Mussolini chegar ao poder. Mas não presumimos aqui quaisquer inevitabilidade ou determinismo. Os fatos poderiam ter evoluído de maneira diferente. As circunstâncias permitiram a Mussolini tornar-se primeiro-ministro da Itália, e outros fatores possibilitaram o itinerário subsequente do regime; mas existe uma enorme diferença entre a possibilidade de um acontecimento e sua efetiva ocorrência.

Mussolini não parecia apenas um novo líder. Efetivamente era um novo líder de feição moderna, dotado, para empregar uma palavra hoje desgastada, mas que na época adquiriu novo significado, de “carisma”, uma personalidade magnética irradiando a energia do poder, não porque o poder lhe tivesse sido impingido por regras políticas estabelecidas, mas em virtude de qualidades inatas e insondáveis. Max Weber definira a autoridade carismática — comparando-a a formas mais comuns de autoridade (tradicional e legal-racional) — como a qualidade de “uma personalidade individual, em virtude da qual ele é considerado extraordinário e tratado como sendo dotado de poderes ou qualidades sobrenaturais, sobre-humanas ou pelo menos especificamente excepcionais”.³⁸

O mérito de Mussolini foi ter explorado a fundo os trunfos que recebeu do destino (da história). Houve, naturalmente, interferência da sorte — conceito raramente utilizado pelos historiadores —, pois nem mesmo o mais capaz dos homens pode ter consciência de todas as possibilidades. No fim das contas, o indivíduo tem um “bom” palpite ou pressentimento e age em função dele. Afinal, a queda de Mussolini sobreveio, pelo menos em parte, em decorrência de um “mau” palpite: um erro de cálculo a respeito do provável resultado da Segunda Guerra Mundial. Seu instinto inicial (acertado) fora manter-se à parte dela, exatamente como o instinto o induzira, quase 25 anos antes, a entrar na guerra. Naturalmente, em 1940 não era um absurdo presumir que Hitler venceria a guerra, e que seria mais

vantajoso estar envolvido nela. Mas o nazismo foi derrotado, arrastando em seu turbilhão o fascismo e seu homem providencial. Outro ditador, Francisco Franco, tentara juntar-se a Hitler na guerra, mas, para sua sorte, foi rechaçado pelos alemães.³⁹ Assim foi que governou a Espanha até seus últimos dias, levando seus partidários a celebrar a inteligência da decisão de ficar fora da guerra.

O fascismo italiano foi varrido do mapa por uma guerra mundial, mas também nasceu a partir de uma guerra. De todos os fatores que o tornaram possível, a Primeira Guerra Mundial foi o mais importante. A guerra acelerou as mudanças na sociedade italiana, desestabilizou o sistema parlamentar do país e realinou seus movimentos políticos, contribuindo decisivamente para a conjuntura que permitiu a Mussolini ser nomeado primeiro-ministro em 1922. Mas estava longe de ser o único fator. As mudanças acarretadas pela guerra dificultaram o retorno ao sistema instável que a antecederia. Sem a guerra, a Itália talvez tivesse podido evoluir de outra maneira, seguindo um caminho diferente, liberal, em direção à modernidade. Da mesma forma, teria sido possível resolver a crise do pós-guerra sem criar condições para que os fascistas se apoderassem do Estado. Como observou Paul Corner: “A identificação das possíveis origens do fascismo nas décadas anteriores a 1922 é algo muito diferente de sugerir que essas origens tinham a “Marcha sobre Roma” como desfecho necessário e inevitável”.⁴⁰





2. Uma guerra divisora. Uma vitória perdida

A guerra que teve início em 1914 era amplamente esperada. Em muitos países, fora até mesmo bem recebida. As rivalidades imperialistas, a corrida armamentista, o inexorável desmoronamento do Império Otomano, criando um novo vazio político no Mediterrâneo Oriental, o crescimento do nacionalismo — que foi especialmente destruidor para o Império Austro-Húngaro —, a visível fraqueza da Rússia (derrotada pelo Japão em 1905) e um complexo e instável sistema de alianças contribuíram para a irrupção da guerra depois que a bala disparada por Gavrilo Princip atingiu a veia jugular do arquiduque Francisco Ferdinando, em Sarajevo, em 28 de junho de 1914.

Raramente o início de uma guerra foi tão popular — pelo menos nas cidades; já que os camponeses ficaram indiferentes e as mulheres provavelmente se sentiam menos convencidas do que os homens.¹ O sentimento geral era de que ela seria breve, e em Paris, São Petersburgo, Viena e Londres a eclosão do conflito foi saudada por multidões. Em Berlim, manifestantes em uma quantidade que oscilava entre 2 e 10 mil participaram de atos patrióticos.² Em frente ao Palácio de Buckingham havia quem gritasse “Queremos a guerra!”³ Os cidadãos dos países beligerantes aceitaram o início do conflito, embora, talvez, sem o maciço entusiasmo descrito em numerosas recordações.⁴ Estudos mais recentes mostram que, pelo menos no Reino Unido, as indicações de júbilo popular ante a perspectiva de guerra “são surpreendentemente débeis”.⁵ Contudo, ao irromper a batalha, o entusiasmo manifestado pela opinião pública foi suficiente para atrair a atenção dos jornais, e os que se opunham a ela, divididos e resignados, foram deixados de lado.⁶

O livro *1914 Comment les Français sont entrés dans la guerre*, de Jean-Jacques Becker, que continua sendo, depois de mais de 30 anos, o mais completo estudo da opinião pública de um país específico no início da Primeira Guerra Mundial, apresenta um quadro complexo das atitudes

divergentes na França. Entre elas, tristeza e resignação, como também entusiasmo patriótico, sendo este, no entanto, muito menos disseminado do que se costumava pensar.⁷ Mas houve também quem ficasse tomado de entusiasmo. Adolf Hitler, escrevendo *Mein Kampf*, em 1924, recordava seu regozijo com a notícia: “Para mim, aquelas horas eram como uma libertação dos sentimentos dolorosos da juventude. Mesmo hoje não me envergonho de dizer que, tomado por um tormentoso entusiasmo, caí de joelhos e agradeci aos céus (...) pela sorte de poder viver naquela época”.³ O entusiasmo de Hitler talvez não surpreenda, mas o fato é que mentes mais equilibradas também foram apanhadas na comoção, entre elas intelectuais do calibre de Stefan Zweig e Max Weber.⁹ O pintor expressionista Max Beckmann ficou eufórico.¹⁰ Em outubro de 1914, Rupert Brooke escreveu em seu famoso soneto “Paz”: “Que Deus seja louvado por nos ter sintonizado com Sua hora.” Rainer Maria Rilke celebrou o advento do conflito em seus *Cinco cantos*, em agosto de 1914: “(...) o Deus-batalha de repente nos agarra.” O dramaturgo vienense Hugo von Hofmannsthal e Rudyard Kipling transformaram-se em defensores da guerra. Thomas Mann declarou: “Como poderia o artista, o soldado no artista, deixar de louvar a Deus pelo colapso de um mundo pacífico do qual estava farto (...)?” Também Sigmund Freud, pelo menos inicialmente, regozijou-se com o sectarismo.¹¹ E, durante a guerra, o filósofo francês Henri Bergson viajou repetidas vezes aos Estados Unidos para estimular Washington a se envolver na batalha.

A popularidade da guerra pode ser avaliada pelo comportamento dos socialistas. Antes do conflito eclodir, eles haviam se comprometido reiteradas vezes a evitar o conflito de todos os meios possíveis. Em 3 de agosto de 1914, contudo, a bancada parlamentar do Partido Social-Democrata alemão posicionou-se unanimemente ao lado do imperador em defesa da Alemanha. Os socialistas franceses, belgas e austríacos também assumiram uma vigorosa posição patriótica. Na Grã-Bretanha, os parlamentares trabalhistas e os sindicatos fizeram o mesmo (embora alguns dirigentes trabalhistas, como Keir Hardie e Ramsay MacDonald, não tivessem aderido).

Apesar da agitação belicosa que se propagava em outros países, na Itália prevaleceu inicialmente uma atitude de cautela. Essa falta de disposição de inserir-se nos combates também se verificou em outros países europeus como a Holanda, a Espanha e a Suécia, os quais até o fim da

guerra se mantiveram à parte, e a Romênia, a Grécia e Portugal, que, como a Itália, acabaram se envolvendo.

Seria equivocado presumir que a relutância da Itália em entrar na guerra tivesse relação com uma atitude pacifista. Havia, na época, duas principais correntes de opinião que podiam ser consideradas “pacifistas”: os católicos e os socialistas. Mas nenhuma das duas correntes apregoava o pacifismo como um princípio. Os católicos aceitavam a ideia de uma guerra justa, mas se mostravam hostis ao Estado italiano, cujas bases se originaram de uma guerra de conquista contra o papado. Os socialistas aceitavam a possibilidade da violência revolucionária, mas consideravam as guerras uma consequência da ganância capitalista. Havia também (como ainda há) a percepção de que os italianos não eram feitos para a guerra, mas predispostos a atividades não-agressivas: os italianos eram considerados “*brava gente*”, vale dizer, um povo honrado e de bom coração.¹² Essas atitudes estereotipadas eventualmente contavam com a anuência de grandes filósofos, como Immanuel Kant, para quem os italianos haviam direcionado seu gênio “para a música, a pintura, a escultura e a arquitetura”.¹³ Os intelectuais italianos frequentemente lastimavam a ausência de qualidades guerreiras em seus compatriotas. Até Alessandro Manzoni, o romancista e dramaturgo católico consagrado pelo nacionalismo italiano e reverenciado por todos, lamentava que séculos de invasões estrangeiras tivessem reforçado a indiferença dos italianos. No primeiro coro de sua tragédia *Adelchi*, de 1822, ele se referia aos italianos como “um povo disperso e sem nome” (“*un volgo disperso che nome non ha*”), instável, medroso e indeciso, eternamente à espera de um invasor estrangeiro para libertá-lo.

Seria mais plausível explicar a relutância em entrar na guerra por meio do passado italiano do que de estereótipos nacionais. As incursões italianas anteriores em aventuras imperiais não tinham sido bem-sucedidas. Em março de 1896, uma grande força expedicionária italiana de 17.700 homens fora aniquilada em Adua, na Etiópia, pelas tropas do imperador Menelik, a derrota de maior repercussão de um exército europeu na África. Os mortos e alguns dos prisioneiros foram castrados, segundo a tradição etíope. O desastre pôs fim à carreira política do primeiro-ministro Francesco Crispi.¹⁴ A corrida para conquistar colônias dividiu muito mais

a Itália do que a Grã-Bretanha, a Alemanha ou a França. Em 1911, a Itália declarou guerra à Turquia e ocupou a Líbia, Rodes e as ilhas do Dodecaneso. O empreendimento revelou-se mais fácil que a Etiópia, mas

causou polêmica quase equivalente. O vexame de Adua foi compensado: a Itália tornara-se uma potência colonial, embora de segunda ordem. O primeiro-ministro Giovanni Giolitti, que concordara com a guerra na Líbia com certa relutância, contara com o apoio da imprensa liberal, e sobretudo do *Corriere della sera*, de Luigi Albertini, assim como de organizações católicas que viam a expedição como mais uma cruzada contra os bárbaros pagãos. A Líbia, contudo, não fez muito pelo prestígio de Giolitti, além de ter aumentado consideravelmente a influência e o poder dos nacionalistas italianos. Organizações como a *Associazione Nazionalista Italiana*, de Enrico Corradini, trataram de explorar a aventura líbia, conferindo-lhe um peso muito maior na vida nacional que o justificado pelo número de adeptos e conseguindo penetrar no serviço público civil, nas Forças Armadas e na vida intelectual: “Ao terminar a guerra, o movimento nacionalista tinha aberto caminho nos centros jornalísticos de Turim, Milão, Veneza, Roma e Nápoles”.¹⁵

Os intelectuais contribuíram para a legitimação de uma atitude pró-guerra. Os futuristas, inimigos das convenções burguesas, entre as quais o liberalismo, o parlamentarismo e o pacifismo, glorificavam a guerra e a violência, considerando o artista, tido como uma espécie de super-homem nietzschiano, como um indivíduo destinado a tomar o próprio destino nas mãos e a indicar para os outros o caminho do futuro.¹⁶ Os artistas deviam deixar sua torre de marfim, aproximar-se das massas e conduzi-las com *slogans* deliberadamente chocantes de adoração à guerra e à violência — ideias que logo seriam incorporadas pelos fascistas. No Manifesto

Futurista, publicado no *Figaro*, de Paris, em 20 de fevereiro de 1909, Marinetti, com toda evidência empenhado em *épater les bourgeois*, escreveu que os futuristas “glorificarão a guerra — a única higiene do mundo —, o militarismo, o patriotismo, os gestos destruidores dos libertários, as ideias belas que matam e o desprezo pela mulher”.¹⁷ Marinetti também escreveu entusiasticamente sobre a conquista italiana da Líbia, em 1911, como correspondente do diário de direita parisiense *Vintransigent*. Tudo isto representou um fértil terreno intelectual para as ideias fascistas. Mas essa posição nacionalista estava longe de ser uma prerrogativa exclusiva de futuristas e modernistas. Giosuè Carducci, ganhador do Prêmio Nobel (1906) e respeitado homem de letras, cuja influência na educação e na vida intelectual da Itália não poderia ser superestimada, louvava com frequência temas patrióticos e guerreiros,

evocando a grandeza da Roma antiga e ostentando uma “visceral aversão às instituições parlamentares”.¹⁸

A eleição italiana de 1913, a primeira obedecendo ao princípio do sufrágio universal masculino, demonstrou, todavia, que os nacionalistas radicais eram mantidos sob controle: os liberais, apesar de profundamente divididos, ainda contavam com maioria dos votos, enquanto os socialistas melhoravam consideravelmente sua posição. O que explica, pelo menos em parte, por que o primeiro-ministro Antonio Salandra, e o ministro das Relações Exteriores, Sidney Sonnino, ambos liberais de direita, consideraram que o país não estava suficientemente fortalecido para entrar na guerra em 1914, declarando que optariam pela neutralidade. Enquanto isso, eles preparavam terreno para a intervenção.

A princípio, a maioria dos membros do Parlamento se posicionara contra a guerra, ao contrário de seus pares nos países beligerantes. Nem os liberais de Giolitti, facção dominante no Parlamento, nem os socialistas se sentiam inclinados a entrar no conflito. Argumentavam que a economia italiana era muito fraca e dependente do equilíbrio entre a necessidade de importar matérias-primas e a de exportar alimentos (sobretudo para a Europa Central) para financiar as importações. As massas trabalhadoras haviam conquistado melhorias em suas condições de vida apenas há pouco tempo, e ainda não se sentiam parte de uma única nação. Além disso, a guerra era vista como uma luta entre dois impérios, o britânico (e/ ou o francês) e o alemão, e não havia motivos para o sangue italiano ser derramado. A Igreja tentava manter uma neutralidade, pois existiam católicos de ambos os lados (na França, em boa parte da Áustria-Hungria e no sul da Alemanha).

O intervencionismo, contudo, não era apoiado apenas pelo *lobby* militar e das armas, mas também por uma parte significativa da opinião pública. É improvável que esta representasse o país como um todo, já que as massas rurais não tinham como expressar sua vontade, e poucos italianos participavam de manifestações favoráveis à guerra. Os adeptos do conflito, contudo, eram muito ruidosos no país, e defendiam o intervencionismo por causa de uma generalizada falta de confiança nas instituições do Estado e, acima de tudo, no Parlamento, considerado um antro de corrupção dominado por políticos indignos de confiança.

Salandra e Sonnino estavam de acordo com esses sentimentos, já que negociaram a entrada da Itália na guerra, na primavera de 1915, sem

consultar o Parlamento. Achavam que a guerra não duraria muito, embora àquela altura uma visão como essa já não tivesse tanto fundamento quanto em 1914. Era quase de senso comum — e não apenas em Paris e Londres, mas também em Roma — que, com mais uma investida ao longo do flanco sul das Potências Centrais, a Alemanha teria de enviar tropas em auxílio de seus aliados austríacos (superados numericamente pelos italianos), acabando por lutar em três frentes.¹⁹

A política externa italiana fora leiloada a quem oferecesse mais. A Alemanha e a Áustria dispunham-se a conceder consideráveis vantagens à Itália, desde que esta se mantivesse fora da guerra. Os franceses e os britânicos prometeram mais: não apenas a região do Trentino, com a maioria de seus habitantes de fala italiana, mas também o sul do Tirol (Trentino-Alto Adige) até o Passo Alpino de Brenner (a fronteira geográfica e natural do Tirol cisalpino); Trieste, Veneza Júlia, a Dalmácia e várias ilhas do Adriático (mas não Fiume); reconhecimento da soberania italiana nas ilhas do Dodecaneso; parte da região turca da Adalia (hoje Antalya), na hipótese de uma partição da Turquia na Ásia; uma parte de qualquer eventual indenização de guerra; e, “na eventualidade de a França e a Grã-Bretanha aumentarem seus territórios coloniais na África em detrimento da Alemanha, essas duas potências concordam, em princípio, em que a Itália venha a reivindicar alguma compensação justa”. Essas ofertas, acrescentando-se a promessa de um empréstimo de 50 milhões de libras esterlinas, foram o suficiente para selar o acordo. O Artigo 16 do Tratado de Londres, assinado em abril de 1915, para sancionar a intervenção italiana, garantia claramente: “O presente acordo será mantido em segredo”.²⁰ A Itália entrou no conflito no dia 24 de maio, declarando guerra à Áustria. A expectativa de que a intervenção italiana no flanco sul das Potências Centrais levasse a um rápido colapso austríaco revelou-se infundada.

Na Grã-Bretanha, Alemanha, França, Bélgica e Áustria, a guerra uniu as populações até o seu final. Posteriormente, as inevitáveis recriminações, pelo menos entre os vencedores, mantiveram-se relativamente discretas. Mesmo na Alemanha, onde a imagem da “punhalada pelas costas” era usada pelos nacionalistas e posteriormente pelos nazistas para criticar os social-democratas e os pacifistas, a guerra não acarretou divisões permanentes. O mesmo não se deu na Itália. Em todos os partidos havia neutralistas e intervencionistas, que se mantiveram em lados opostos depois

da guerra. As semanas que antecederam a entrada na Itália na guerra se caracterizaram por um clima de iminência de guerra civil. À medida que a participação no conflito se afigurava cada vez mais inevitável, os neutralistas praticamente desistiram das reivindicações. Houve uma greve geral contra a guerra em 17-18 de maio. Seguiu-se uma estranha calma. Os socialistas adotaram o slogan *nè aderire nè sabotare* (“nem apoiar nem sabotar a guerra”). Os católicos declararam que manteriam lealdade ao Estado — embora o Estado italiano tivesse sido criado com a oposição da Igreja Católica.²¹ No momento em que as tropas iniciaram a marcha, era difícil pregar uma mensagem contrária à guerra. A atração da unidade nacional era quase irresistível.

Mais tarde, agravando-se as condições da guerra, os antiintervencionistas afirmavam que “nossos rapazes” estavam morrendo num conflito inútil em benefício de fabricantes de armas, enquanto os intervencionistas sustentavam que as divisões internas desmoralizavam a tropa e estimulavam o inimigo. Quando o combate teve início, contudo, era difícil resistir às pressões patrióticas, e a oposição foi calada. Eram poucos os que tinham coragem de parecer desleais. A premissa *nè aderire nè sabotare* era um convite a não fazer nada. Giolitti, que se opusera à guerra, anunciou, do quase retiro a que se confinara, em seu distrito eleitoral do Piemonte, que apoiaria o rei e o país. Alguns renomados neutralistas, como o crítico literário Cesare De Lollis, líder da organização antibelicista *Italia Nostra*, apresentaram-se como voluntários da frente de guerra. Mas os acontecimentos que acabaram levando à guerra confirmam que a Itália se achava em um clima menos exaltado que outros beligerantes. O ardor guerreiro estava restrito aos setores mais ativos da população: políticos, jornalistas, estudantes, as classes médias urbanas. Vários relatos, até mesmo de alguns diplomatas estrangeiros, parecem indicar que a maioria dos italianos decidiu guardar silêncio, mantendo-se apáticos ou indiferentes. Os que apoiavam a guerra não tinham dificuldade de manifestar seus pontos de vista. Os que não a apoiavam preferiam ficar calados. Quanto aos muitos em estado de apatia... Como pode alguém manifestar apatia? Como mensurá-la?

Em 1914, os europeus não estavam acostumados a expressar suas opiniões. Afinal, praticamente não havia canais para fazê-lo. As manifestações precisavam ser convocadas e organizadas pelos indivíduos politicamente ativos. As pesquisas de opinião começavam a surgir. O hábito

de escrever cartas aos jornais era restrito a uma elite. Revelar-se a um representante eleito era uma prerrogativa usada por muito poucos. Os italianos mostravam-se menos inclinados a participar do conflito que muitos outros europeus. Não só os índices de analfabetismo eram muito altos, como também o absten-cionismo eleitoral, mesmo quando o sufrágio aumentou de menos de dois milhões de eleitores em 1909 para mais de cinco milhões em 1913. A divisão entre neutralistas e intervencionistas limitava-se a uma parcela muito pequena da população. Mas era a parcela que importava: os formadores de opinião, os intelectuais, os oficiais do Exército, os estudantes — sobretudo os do norte.²²

Certamente nem todos intervencionistas eram nacionalistas de direita. Havia entre eles homens de esquerda, os chamados “intervencionistas democráticos”, como Leonida Bissolati e Gaetano Salvemini, tendo ambos se apresentado como voluntários. Bissolati fora o primeiro editor do jornal socialista *Avanti!* (1896-1904), na época à frente da facção reformista do PSI. Expulso do partido em 1912, ele fundou, com Ivanoè Bonomi, o *Partito Socialista Riformista*. Em 1916, integrava o governo. Salvemini, que havia deixado o Partido Socialista em 1911 por não ter se oposto com suficiente vigor à aventura na Líbia, preconizara a entrada da Itália na guerra ao lado da Entente. Como os outros intervencionistas democráticos, esperava que a Itália fosse capaz de levar a cabo o programa do *Risorgimento*: a união de todos os italianos sob uma bandeira única, com o “retorno” do Trentino ao país, assim como de Trieste e de todos os territórios da costa Dálmata nos quais prevalecia a língua italiana.

A posição do intervencionismo democrático tinha suas origens em Mazzini e seu desejo de varrer do mapa da Europa um império “reacionário” como o da Áustria, o que, para muitos, abriria caminho para uma série de revoluções na Europa Central. Com isto, parecia justificar-se a adesão ao lado do conflito em que estavam reunidos ao mesmo tempo os impérios czarista e otomano, que podiam ser considerados mais “reacionários” que o austríaco.

Os intervencionistas não hesitavam em preconizar medidas enérgicas contra os pacifistas e os neutralistas. Em certos casos, os intervencionistas democráticos revelaram-se ainda mais autoritários que os nacionalistas de direita. Assim foi que, em dezembro de 1916, Bissolati afirmou que o jornal *Avanti!* deveria ser suspenso, queixando-se de que Salandra, o primeiro-ministro, só não o fizera por considerar que a guerra não duraria muito.²³

A Igreja hesitara em se posicionar diante do conflito. Tanto a Áustria quanto a Itália eram países católicos, mas os católicos italianos não se mostravam tão apreensivos quanto o papa Bento XV. Dom Luigi Sturzo, o padre que fundaria o *Partito Popolare Italiano* (PPI) em 1919, era ele próprio um intervencionista. Os capelães militares revelavam-se de fato tão entusiastas da guerra quanto os oficiais nacionalistas. Mussolini lembra em seu diário que o discurso mais patriótico que ouvira em 16 meses de guerra fora pronunciado numa igreja, a 31 de dezembro de 1916, durante uma missa.²⁴

A frente intervencionista, dessa forma, era diversificada. Seu principal pilar era formado, naturalmente, pelo bloco nacionalista, mas ao seu lado havia um variado sortimento de liberais e socialistas de diferentes orientações. Os intervencionistas tinham a vantagem de, em tempo de guerra, sempre poderem se vangloriar de ser aqueles que envergam a bandeira nacional, já que cada derrota pode ser atribuída à desmoralização provocada pelos adversários da guerra, ao passo que toda vitória é uma justificação da própria posição. Assim, a derrota sofrida pelos exércitos italianos em Capo-retto, em outubro de 1917, essencialmente por motivos militares, teve consequências políticas espetaculares, não só por ter causado a substituição do general Luigi Cadorna como chefe do Estado-Maior e a renúncia do primeiro-ministro Paolo Boselli, mas por ter sido usada para desarticular toda a classe política. A derrota, dizia a opinião corrente, não se devia apenas à Cadorna, mas também à atitude derrotista e à falta de patriotismo de tantos italianos (ponto de vista reforçado pela rendição de grande número de militares italianos em Caporetto), à fraqueza e pusilanimidade dos que tinham governado a Itália desde a unificação — avaliação sustentada não só por Cadorna, como se poderia esperar, mas também por comunistas como Antonio Gramsci e liberais como Luigi Albertini, editor do *Corriere della sera*.²⁵ Caporetto acarretou um novo surto de ardor patriótico, que a essa altura também se apoderara da maioria dos membros socialistas do Parlamento, entre eles o veterano líder Filippo Turati, e importantes sindicalistas, muito embora o PSI se recusasse a abandonar, pelo menos oficialmente, o *slogan* ‘*nè aderire nè sabotare*. Mas também ocorreu a manifestação de um surto paralelo de sentimento contrário à guerra. A oposição à guerra tinha como elemento a crise econômica, responsável pela agitação no campo e nas fábricas. Medidas de emergência foram adotadas, além de uma legislação de cunho militar que

proibia procissões religiosas e paradas de caráter bélico. Além disso, foram estabelecidos acordos para a instauração de condições básicas de paz social no campo.²⁶

A pronta decisão de Mussolini de apoiar a guerra contribuiu para configurar a complexidade do bloco favorável ao envolvimento no conflito. Inicialmente ele assumira uma atitude neutralista, mas logo mudou de ideia, abraçando o intervencionismo sob a alegação, não destituída de fundamento, de que a guerra acarretaria uma importante transformação social na Itália. Como representante da ala “esquerda” do Partido Socialista, ele há muito desprezava o reformismo tímido de socialistas tradicionais como Turati. Ao declarar-se adepto de uma “neutralidade ativa” nas páginas do jornal socialista *Avanti!*, com o argumento de que “os vencedores terão uma história e os ausentes não terão nenhuma. Se a Itália ficar ausente, será a terra dos mortos, a terra dos covardes”, Mussolini foi imediatamente expulso do PSI (29 de novembro de 1914). A defesa do intervencionismo permitiu-lhe romper com a esquerda do Partido Socialista, colocando-o num campo muito mais proveitoso para sua carreira política, embora, a princípio, seu “intervencionismo revolucionário” causasse apreensão no Ministério da Guerra e no alto comando das Forças Armadas.²⁷ Ele ainda era um homem de esquerda, porém, conquistando cada vez mais a confiança dos nacionalistas, tornou-se progressivamente menos “revolucionário” e mais nacionalista. Em janeiro de 1915, as motivações que apresentava para a entrada na guerra já se confundiam com as ideias da direita nacionalista tradicional: “Precisamos decidir: ou entramos na guerra ou esquecemos essa farsa de ser uma grande potência. Vamos construir cassinos, hotéis, bordéis e engordar. Um povo pode até mesmo ter ideais assim. Engordar é o ideal de espécies zoológicas inferiores”.²⁸

A linguagem utilizada e os sentimentos expressos estavam de acordo com a narrativa intervencionista nacionalista, que contrastava a nova e jovem Itália, contemplando otimista o futuro, com a velha Itália — conservadora, neutralista, dominada por parlamentares imbecis que paralisavam o país com seus debates inúteis. Os polêmicos ataques de Mussolini ao velho *establishment* eram conduzidos com vigor nas colunas de seu novo jornal, *Il Popolo d'Italia*, firmemente favorável à guerra. Desse modo, ele tornou-se popular entre jovens veteranos, e também modernistas e poetas de vanguarda *à la* Marinetti.

Intelectuais como Giovanni Papini e Giuseppe Prezzolini aproveitaram a guerra para denunciar como a Itália havia se tornado “doente” nas condições políticas que então prevaleciam. Era necessária uma revolução nas ideias, uma revolução que não tivesse medo de recorrer aos *teppisti* (capangas), pois, escrevia Prezzolini em 1914: “Não se fazem revoluções com eruditos ou gente que usa luvas brancas. Um *teppista* vale mais do que um professor universitário quando se trata de montar uma barricada ou derrubar as portas de um barco (...)”.²⁵ Talvez Prezzolini já estivesse pensando em Mussolini.

Longe de ser um impedimento, a ambiguidade ideológica de Mussolini mostrou-se vantajosa. O realinhamento ideológico que se verificava no país como um todo favorecia aqueles que estavam em busca de novidades, e, como sabemos, as novas ideias são muito mais flexíveis e disformes do que as antigas. A Itália que saía da guerra era muito diferente do país que entrara no conflito. O caráter “total” desse combate ficou evidente em todos os países beligerantes, mas atingiu a Itália mais do que a França, a Alemanha ou a Grã-Bretanha. Não por ter morrido mais gente — as baixas foram proporcionalmente maiores na França —, mas pelo fato de que, antes da guerra, a consciência nacional era menor na Itália do que na maioria dos outros participantes. A guerra contribuiu para moldá-la.

Os camponeses do sul — que até então mal tinham consciência de serem italianos — haviam sido alistados em grande quantidade, envergando o mesmo uniforme que estudantes e operários de outras regiões da Itália e sendo levados a combater sob uma mesma bandeira no extremo nordeste de um país que pouco conheciam. Seria difícil afirmar em que medida esses recrutas adquiriram uma consciência nacional arraigada, mas é certo que desenvolveram uma disciplina nunca antes experimentada, além de um forte sentimento de comunidade com aqueles que haviam combatido e morrido a seu lado. Também tiveram a experiência da violência e da brutalidade. O número de baixas italianas na Grande Guerra foi muito alto: 650 mil mortos e um milhão de feridos. As baixas teriam sido ainda mais numerosas se o alto comando não tivesse agido com muito mais prudência em 1918 (quando caíram para 143 mil, contra 520 mil em 1917). O sucesso em Vittorio Veneto, em 1918, compensou em parte as perdas sofridas em Caporetto, sendo exaustivamente explorada pelos chefes de Estado da Itália. Na realidade, neste momento o moral das tropas

austriacas desmoronara completamente, e muitos já haviam declarado rebelião contra seus oficiais.³⁰

O ressentimento pela guerra uniu veteranos das mais diversas tendências em torno do horizonte de uma Itália diferente, na qual os que haviam pago um preço alto teriam seu sofrimento reconhecido pela gratidão da pátria. A maioria deles, naturalmente, via a guerra como um mal inevitável sobre o qual não tinham muito controle. Acostumados a obedecer e a se mostrar subservientes, aceitaram a guerra como se aceita uma catástrofe natural. Giuseppe Capacci, atuando como soldado na frente em 1915-16, deu mostras de invulgar talento literário em seu diário (na vida civil, era um meeiro toscano com apenas três anos de educação formal), no qual mal se encontra uma palavra de ódio ao inimigo ou algum vestígio de patriotismo. O tema central é uma resignada aceitação do seu destino: “Queríamos saber aonde seríamos levados”, escreveu ele, “mas era inútil: um soldado nada sabe até chegar. Alguns pensavam que estávamos indo para a Albânia, outros, para Isonzo (...)”.³¹ Em outubro de 1916, a sorte o favoreceu: ferido no braço, ele foi conduzido à relativa segurança de um hospital militar, onde a presença de enfermeiras da Cruz Vermelha trouxe-lhe à lembrança o conforto da companhia feminina, das mães e irmãs: “Quem não teve a experiência da guerra não sabe o que é o prazer de voltar a algo parecido com a vida civil”.³² Sua única crítica social manifestou-se no momento em que, no trem de volta para casa, foi expulso do vagão de segunda classe para o de terceira a fim de dar lugar a alguns *signori* (damas e cavalheiros), embora estivesse visivelmente ferido: “É este o amor, o cuidado que esses cavalheiros têm para conosco, soldados; nada mais direi a respeito, embora pudesse escrever muito”.³³

Uma mentalidade coletivista desenvolveu-se entre muitos desses soldados, que até bem pouco tempo antes de entrar na guerra eram camponeses. A guerra era uma experiência transformadora. Afastados de seu cotidiano, de seus afetos e interesses, os soldados voltavam-se para as tarefas do dia. Sua passividade rural rapidamente se transformou em humilde dedicação aos oficiais e amizade pelos outros soldados.³⁴

A guerra era tida como um teste de companheirismo, juventude, disciplina e coragem. Era celebrada pelos sobreviventes que a haviam combatido, e que em certa medida tinham sido brutalizados por ela e pela demonização do inimigo.³⁵ Independentemente da realidade desse companheirismo, do qual dispomos apenas de indicações não muito dignas

de crédito, reunidas depois dos fatos, o que unia muitos veteranos de guerra era uma narrativa comum. Enquanto os soldados sofriam, os “outros”, os ricos, os protegidos e os que dispunham de amigos e influência, tinham conseguido esquivar-se — ou pelo menos era o que se pensava — da dor e do sofrimento da guerra, ficando ainda mais ricos. Neutralistas e entusiastas do conflito igualmente acusavam os políticos que se desentendiam em Roma, longe das trincheiras, onde, por sinal, a tradicional atitude antipolítica de muitos italianos acentuou-se.

Não resta dúvida de que a guerra foi um divisor de águas, mas o mesmo se deu com a Segunda Guerra Mundial. No entanto, como demonstrou George Mosse num ensaio brilhante, a Segunda Guerra Mundial não produziria uma mitologia de memórias comuns e experiências compartilhadas, como a Primeira Grande Guerra o fez.³⁶ A profusão de memoriais de guerra encontrados no campo e nas cidades da França, da Grã-Bretanha e da Itália depois de 1918 não se reproduziria depois de 1945.

Mesmo na época, era consenso que o conflito de 1914-18 mudara completamente a Itália. Após o seu fim, o primeiro-ministro Vittorio Emanuele Orlando considerou-o “a maior revolução política e social de nossa história”.³⁷ Salandra, que conduzira o país à guerra, reconheceu que seria impossível recuperar o espírito da época anterior a ela.³⁸

O novo espírito se encarnava nos soldados que retornaram. Esses veteranos constituiriam o caldo de cultura para a proliferação de violentas associações paramilitares de direita, das quais os fascistas recrutavam seus adeptos mais exaltados. Grande parte do simbolismo da extrema direita foi elaborada durante a guerra. As camisas-negras usadas por seus seguidores tinham inspiração no uniforme das tropas de elite — os *arditi* —, idealizado no verão de 1917 pelo general Luigi Capello. O hino dos *arditi*, “*Giovinezza*” (Juventude), tornou-se o hino oficial do Partido Fascista. A própria palavra *fascio* (feixe ou maço) estivera em voga muito antes de Mussolini apropriar-se dela. Originou-se no *Risorgimento*, sendo posteriormente usada por movimentos de protesto de camponeses e operários esquerdistas, sobretudo na Sicília Ocidental — os *fasci siciliani* reprimidos no início da década de 1890 pelo primeiro-ministro Francesco Crispi. Em outubro de 1914, um grupo de sindicalistas de esquerda a favor da entrada na guerra fundou o *Fascio Rivoluzionario dazione Internazionale*. Posteriormente, em fevereiro de 1917, 80

parlamentares favoráveis à participação italiana na guerra constituíram o *Fascio Nazionale di Azione*, acolhendo não só conservadores como também reformistas socialistas como Bissolati e intervencionistas liberais como Luigi Albertini, editor do *Corriere della sera*. Finalmente, em dezembro de 1917, uma grande frente de parlamentares nacionalistas (mais de 150 deputados e 90 senadores), entre eles Salandra, formou o *Fascio Parlamentare di Difesa Nazionale*. Foram saudados por Mussolini como “os 152 deputados fascistas”.³⁹

Desse modo, muitos dos elementos do fascismo — símbolos, possíveis recrutas, atitudes e elementos ideológicos — já existiam quando Mussolini mal era conhecido e contava com poucos seguidores. Se os fascistas constituíssem uma ameaça mais clara, poderiam ter sido esmagados pelo *establishment* político, que, no entanto, estava muito mais preocupado com o perigo representado pela esquerda do que com aquele movimento ainda incipiente e indefinido da direita nacionalista.

O fim negociado da guerra — como desejava o presidente americano Woodrow Wilson em 1916 — teria favorecido Giolitti e a ala do velho setor liberal que preferiria ter ficado de fora. Mas ela só terminou em 1918. Como a Itália estivera ao lado dos vencedores, a razão parecia estar com os intervencionistas. Antes da guerra, a Itália era “a menor das grandes potências”, ou talvez nem mesmo fosse uma grande potência. O nacionalismo italiano chafurdava num sentimento de inferioridade.

Depois da guerra, a conjuntura mostrava-se favorável a um completo realinhamento do sistema de relações internacionais na Europa. É bem verdade que os verdadeiros vencedores tinham sido os Estados Unidos — a nova grande potência —, cuja intervenção foi decisiva para que a guerra não se prolongasse, e cujos recursos beneficiaram a recuperação econômica de muitos países europeus. Era verdade também que, apesar de enfraquecidos, os principais rivais imperiais da Itália, a França e a Grã-Bretanha, saíram da guerra com seus impérios coloniais intactos. Mas todas as demais grandes potências tinham sido humilhadas. Do ponto de vista da diplomacia italiana, a situação não podia ser melhor para as perspectivas internacionais do país. Seu principal inimigo, o Império Austro-Húngaro, não só fora derrotado como estava perto de ser desmembrado. A Alemanha perdera a guerra. A Rússia, tendo-se retirado do conflito depois da revolução, estava mergulhada numa guerra civil e, transformada num Estado pária, enfrentava o risco de uma intervenção externa. O iminente fim

do Império Otomano também representava uma rica colheita colonial para a coalizão vitoriosa. Era, portanto, perfeitamente racional que os nacionalistas italianos — como o ministro das Relações Exteriores, Sidney Sonnino — considerassem que finalmente a posição de maior influência a que há tanto tempo aspiravam estaria ao alcance. Afinal, a Itália pagara um preço alto em termos de vidas ceifadas.

Nos termos do Tratado de Londres (artigos 4 e 5), caberiam à Itália o Trentino e o Tirol cisalpino, com sua fronteira geográfica e natural, além de Trieste. Mas o texto do tratado também contemplava a Dalmácia, cuja população não era majoritariamente italiana. A imposição dessas cláusulas teria causado dura oposição dos eslavos do sul: o novo reino da Iugoslávia considerava a Dalmácia, com todo direito, parte integrante de seu território. E a Iugoslávia contava com um novo e poderoso aliado: os Estados Unidos. Os EUA não haviam participado do Tratado de Londres e seu presidente, Woodrow Wilson, anunciara seus famosos Quatorze Pontos com uma declaração de intenções (“Acordos abertos negociados de maneira aberta”) hostil à diplomacia secreta geradora de tratados como aquele. Como os Estados Unidos haviam se tornado um importante protagonista da diplomacia européia e a Grã-Bretanha e a França negociavam em função de seus próprios interesses, os diplomatas italianos não contavam com muitos amigos. Além disso, mostravam-se divididos. Os expoentes mais liberais do meio político, dando-se conta de que as cartas não se mostravam favoráveis à plena realização dos objetivos de guerra da Itália, começaram a buscar uma solução, mas corriam o tempo todo o risco de serem denunciados pela direita. Os políticos italianos estavam numa situação objetivamente difícil. Para obter vantagens nos acordos do pós-guerra, teriam de negociar “com dureza”, buscando o apoio declarado da opinião pública, mas com isso estariam fornecendo combustível ao partido da guerra, e se não conseguissem concessões importantes pareceriam ter fracassado.

Em Versalhes, os negociadores italianos (chefiados pelo primeiro-ministro Vittorio Emanuele Orlando) tinham perspectivas acanhadas, concentrando-se quase exclusivamente em reivindicações italianas específicas. Seus pontos de vista eram ignorados. Um dos mais críticos a seu respeito era André Tardieu, assistente do primeiro-ministro francês, Clemenceau: “*Signor* Orlando falava muito pouco. O interesse da Itália na conferência estava praticamente restrito à questão de Fiume, e,

consequentemente, seu envolvimento nos debates foi por demais limitado. Resolveu-se numa conversa tripartite entre Wilson, Clemenceau e Lloyd George”.⁴⁰ Um influente editor de jornal italiano, Olindo Malagodi, lamentava a falta de interesse dos italianos nas questões gerais.⁴¹ Ainda mais desfavorável era a visão da delegação italiana expressa em carta por lorde Hardinge, subsecretário permanente no Foreign Office britânico:

*Eles são de uma incapacidade e de uma futilidade notáveis (...) Foram o elemento mais difícil da conferência, e por mais que eu simpatize com a Itália sob todos os aspectos, constituem, em minha opinião, os mais detestáveis colegas e aliados que se possa ter em uma conferência. Não me sinto pessimista quanto à possibilidade de chegar a um entendimento, pois existe muito de blefe na atitude italiana, e os “mendigos da Europa” são bem conhecidos por alternarem lamúrias com truculência.*⁴²

A Itália queria ter direitos iguais aos das grandes potências, mas estava longe de se comportar como uma grande potência européia, com uma ampla visão continental da política internacional. Voltar das negociações de Paris de mãos vazias seria reconhecer que a Itália fora “enganada” pelos Aliados, sobretudo britânicos e franceses, que tinham conseguido preservar e mesmo ampliar seus impérios. Seria reconhecer que talvez os neutralistas e os socialistas estivessem com a razão. Acima de tudo, significaria que os mortos e feridos da guerra e o sofrimento das trincheiras de nada valera.

O que na época parecia mais sensato era agarrar-se aos ganhos reais — acima de tudo a região do Trento, que não estava em disputa — e deixar de lado as reivindicações mais ambiciosas, não apenas sobre a Dalmácia como também sobre Fiume, que, apesar de contar com uma maioria de italianos, não fora especificamente mencionada no Tratado de Londres. É verdade que Fiume era italiana, mas os territórios circundantes eram eslavos. Se o princípio da autodeterminação fosse adotado *in toto*, Fiume ficaria sem ligação terrestre com o resto da Itália. Os britânicos e os franceses mostravam-se dispostos a aceitar a proposta italiana: Zara para a Itália, a Dalmácia para a Iugoslávia e a atribuição a Fiume da condição de “Estado livre”. Mas Woodrow Wilson não estava disposto a fazer concessões ao nacionalismo italiano — muito pouco entendia da política italiana —, e se valeu da ajuda que vinha proporcionando à Itália para exercer pressão durante as negociações do Tratado de Paris.

Wilson queria que tanto Zara quanto a Dalmácia fizessem parte de uma Jugoslávia forte, permanecendo Fiume como cidade livre, sob a tutela da Liga das Nações. A ascendência de Wilson decorria de um fato muito simples: os Estados Unidos haviam se tornado a principal potência econômica mundial, e a Itália precisava de créditos americanos para a reconstrução no pós-guerra — a verdadeira prioridade de Francesco Saverio Nitti, que sucedera a Orlando como primeiro-ministro em junho de 1919. Como escreveria Nitti em *Europa sem paz*, de 1922, Wilson não tinha dúvida de que, “sem a intervenção dos Estados Unidos da América, a guerra não teria sido vencida pela Entente. Embora possa ser um reconhecimento humilhante do ponto de vista europeu, não deixa de ser um fato, que não pode ser atenuado ou encoberto”.⁴³

A guerra fora de grande benefício para muitos industriais, já que lhes permitiu pagar dívidas antigas. Além disso, os enormes lucros auferidos no conflito geraram novos investimentos, particularmente para a fabricante de armas, aço e estaleiros Ansaldo, assim como para a Fiat e a Pirelli. Terminada a guerra, no entanto, tornava-se difícil para o Estado continuar sustentando a economia e para a indústria italiana encontrar novos mercados externos. A conjuntura favorável do balanço de pagamentos que caracterizara a era giolittiana, contribuindo para o rápido crescimento econômico, já não prevalecia no período do pós-guerra.⁴⁴ Depois do conflito, diminuira consideravelmente a disponibilidade de moeda estrangeira para comprar matérias-primas e alimentos em grande demanda, e a atividade comercial continuava a se deteriorar, especialmente quando os EUA promulgaram leis protecionistas como a Lei Tarifária de Emergência (1921) e a Lei Tarifária Fordney McCumber (1922). A situação seria ainda mais agravada pelo embargo americano à imigração italiana, que provocou a diminuição das remessas de

italianos para o exterior, já que 84% dessas remessas se destinava aos EUA.⁴⁵

O fato de manter boa parte dos membros do Exército mobilizados, para continuar controlando a costa Dálmata, tornou a Itália ainda mais dependente da ajuda alimentar americana. Irritados com o aparente desprezo de Wilson pelos interesses de seu país, os delegados italianos Orlando e Sonnino abandonaram a conferência de paz, retornando semanas depois, ao se darem conta de que sua ausência agravaria ainda mais a situação. A obsessão por Fiume e Dalmácia gerava um custo diplomático

desproporcional. Mas a Itália obtivera ganhos consideráveis com a guerra. Em especial, conseguira arrancar da sua tradicional inimiga, a Áustria, os territórios do Trentino, levando a cabo a meta do *Risorgimento*, com a plena consecução do programa da *Italia "irridenta"*.⁴⁶ Uma abordagem mais inteligente dessas conquistas poderia ter contribuído para aplacar os anseios eternamente insatisfeitos do extremismo nacionalista. Mas a Itália, como explica Adrian Lyttelton, tinha “adquirido a psicologia de uma nação derrotada”.⁴⁷ Acima de tudo, a questão de Fiume e da Dalmácia desviava a atenção das prioridades econômicas que deviam merecer a atenção dos dirigentes. Essas prioridades haviam mudado consideravelmente em consequência do conflito.

Durante a guerra, a Itália, que até então importava quantidades significativas de bens manufaturados da Alemanha, teve de ganhar autonomia nesse aspecto. O efeito direto do combate foi, portanto, aumentar o tamanho do setor manufatureiro e da classe operária italiana. Verificou-se, em particular, uma gigantesca expansão da fabricação de armas e do número de trabalhadores na indústria (dez vezes mais em 1918 do que em 1914). Grande parte do crescimento industrial, longe de ser uma vitória da competitividade de mercado, deveu-se ao maciço aumento das compras por parte do Estado. A indústria italiana mostrava-se como sempre dependente do governo. Para o setor manufatureiro, era uma excelente circunstância: havia um comprador, o Estado, com um bolso sem fundo, já que se escorava nos credores e contribuintes, e empenhado em comprar tudo o que precisava, a qualquer preço. O enriquecimento e a corrupção andavam de mãos dadas — tudo sob a bandeira do patriotismo. A readaptação a uma economia de paz era assegurada por governos “moderados”, chefiados por homens que não haviam se mostrado entusiasmados com a entrada na guerra, como Vittorio Emanuele Orlando (primeiro-ministro entre novembro de 1918 e junho de 1919) e Francesco Saverio Nitti (junho de 1919 a junho de 1920). As remessas de emigrantes não se recuperaram rapidamente, e outros países, além dos Estados Unidos, estabeleceram novas barreiras à imigração.

O grande projeto de Nitti consistia em vincular economicamente a Itália aos Estados Unidos (e à Grã-Bretanha), melhorando as condições econômicas e promovendo a prosperidade.⁴⁸ Ele também se dispunha a abrir mão de ambições territoriais, mas nenhum dos dois países se dispunha

a ajudar a Itália a ponto de oferecer aos bancos americanos garantias sobre empréstimos em dinheiro ao Tesouro italiano.

O plano poderia ter funcionado se o governo italiano tivesse reunido condições para enfrentar as questões econômicas mais urgentes, mas o fato é que as expectativas geradas pela guerra não pareciam esmorecer. As associações de veteranos ganhavam força e se tornavam exigentes. No outono de 1919, a *Associazione Nazio-nale Combattenti* tinha 300 mil membros.⁴⁹ O número de veteranos aumentara ainda mais em consequência do extraordinário crescimento do corpo de oficiais, mesmo nos escalões mais altos. No início da guerra, o Exército italiano tinha 142 generais. Quando terminou o conflito, eles eram 1.246. Como haviam lutado pelo país e seu soldo era satisfatório, não lhes atraía a perspectiva de uma reforma forçada. Como assinala Roberto Vivarelli, teria sido necessário, para aplacar esses oficiais, mantê-los na folha de pagamento em funções burocráticas nas quais não pudessem causar grande dano, ampliando enormemente a burocracia militar. Caso contrário, eles poderiam ser mantidos no serviço ativo, permanecendo o Exército em estado de prontidão — como desejavam muitos industriais, por motivos óbvios — e aumentando ainda mais os gastos militares e de defesa.⁵⁰ Mas Nitti, o primeiro-ministro, agia na direção exatamente oposta: queria relegar a guerra ao passado, reduzir os gastos militares, restabelecer a autoridade do Parlamento e ajudar a promover uma nova ordem internacional baseada no consenso. Desse modo, ainda havia, em 1919, dois partidos na Itália: um partido “da guerra”, constantemente em busca de um “inimigo”, fosse externo ou interno; e um partido “da paz”, que, se acaso encontrasse um inimigo, tentaria aplacá-lo de todas as maneiras possíveis. A história dos anos subsequentes evidenciou o constante crescimento do partido da guerra, sob diferentes aparências, sem qualquer impedimento por parte de um partido “da paz” cada vez mais restrito.

Na época, o expoente mais visível do partido da guerra não era Mussolini, mas o poeta Gabriele D'Annunzio, que não queria, conforme afirmava, “ser um mero poeta”.⁵¹ Ele encarnava de maneira dramática o espírito combativo do partido da guerra. O *establishment* liberal o reverenciava com admiração e temor. Consciente de sua popularidade, hesitava em voltar-se contra ele. A imprensa divulgava com amplitude tudo que dizia e fazia. O poema *Lapregghiera di Sernaglia*, no qual empregava a expressão “vitória mutilada”, referindo-se ao medo dos intervencionistas de

que não fosse alcançada uma vitória plena, foi publicado na primeira página do diário liberal *Corriere della sera*, em 24 de outubro de 1918. Suas palavras retumbantes — “*Vittoria nostra non sarai mutilata. Nessuno/Può frangerti i ginocchi nè tarparti le penne*” (Vitória nossa, não serás mutilada. Ninguém pode quebrar-te os joelhos nem amarrar tuas asas) — passou a fazer parte da retórica do partido da guerra.

D'Annunzio não só deu voz aos sentimentos de muitos veteranos como proporcionou-lhes nova vida. Em 1914, suas principais obras literárias estavam escritas e ele corria o risco de ser esquecido. A guerra permitiu-lhe viver as emoções da ação e da batalha e recuperar a fama. Ao terminar o conflito, teve uma sensação de perda pessoal e de anticlímax: “Quando os canhões calaram, ele lamentou estar vivo”.⁵² Fiume dava-lhe a oportunidade de defender uma causa, de realizar um antigo sonho: a aventura de tomar uma cidade, a emoção de misturar política e teatro.⁵³

A aventura de D'Annunzio em Fiume não começou por iniciativa do próprio poeta. Militantes locais deram voz ao “problema” dos residentes italianos de Fiume desejosos de se reintegrar à pátria. O batalhão de soldados italianos mobilizados em Fiume simpatizava abertamente com eles. No dia 12 de setembro de 1919, D'Annunzio deu início à sua “expedição” a Fiume, acompanhado de apenas 120 veteranos. Ao entrar na cidade, foi aclamado por militares italianos que haviam integrado o exército de ocupação dos Aliados. No dia seguinte, o general italiano que estava no comando em Fiume, Vittorio Pittaluga, transferiu seus poderes ao poeta e deixou a cidade, seguido pelas tropas aliadas. A expedição de D'Annunzio foi a primeira tentativa séria de impor uma revisão armada às novas fronteiras estabelecidas na Europa no pós-guerra.

Se D'Annunzio queria provocar uma crise governamental, não conseguiu. Mas se sua intenção era mostrar que o governo era fraco e tolerava atos de indisciplina e subversão, teve completo êxito. Que governo, com efeito, permitiria que alguém — ainda que um poeta consagrado — tomasse a frente de um exército particular para ocupar um território disputado, temporariamente sob controle das Forças Armadas dos Aliados? Nitti ficou furioso, mas não designou que o Exército retirasse D'Annunzio do caminho, temendo talvez não ser obedecido.⁵⁴ Sem a cumplicidade do Exército, D'Annunzio nunca teria chegado a Fiume, exatamente como, três anos depois, se o Exército recebesse ordens de detê-lo, Mussolini não teria chegado a Roma. Quaisquer que fossem as intenções do Exército, Nitti

estava perfeitamente consciente de que a opinião pública tinha considerável simpatia por D'Annunzio e seu “empreendimento”. O que se aplicava ao *Corriere della sera*, embora Nitti também tivesse consciência de que os dois principais partidos, os socialistas e o PPI, se opunham de maneira radical. Felizmente para Nitti, D'Annunzio era inábil politicamente, e sua total intransigência — ele se manteve inarredável em sua exigência de anexação total de Fiume — não contribuiu para o êxito de sua causa. O que favoreceu Nitti, mas também demonstrou que D'Annunzio não tinha o faro de Mussolini, mais capaz de pressentir quando seguir em frente e quando recuar, quando ceder e quando mostrar-se intransigente.

Em Fiume tiveram origem certos simbolismos que logo seriam tomados de empréstimo pelos fascistas: os grosseiros insultos a adversários, os cânticos, exclamações bizarras e totalmente destituídas de sentido como “*Eia, eia, alalà*” (grito de guerra supostamente usado pelo coro nas tragédias gregas), o exibicionismo machista, o óleo de rícino despejado goela abaixo dos adversários para calar toda forma de discordância, o desejo de chocar o *establishment* herdado dos futuristas.

As classes médias italianas pareciam endossar entusiasticamente essas atitudes, e D'Annunzio transformou-se em herói nacional. Durante mais de um ano, militaristas e nacionalistas viram Fiume como a terra prometida. Até mesmo alguns socialistas compartilhavam esses sonhos, pois a Constituição de Fiume proposta por D'Annunzio — a chamada *Carta di Carnaro* — era um amontoado de *slogans* incoerentes de esquerda e de direita. Redigida com a colaboração de Alceste de Ambris, um anarcossindicalista, o texto constitucional questionava a propriedade privada e pretendia abrir caminho para um novo Estado “corporativo” em que não houvesse lugar para conflitos de classe. Boa parte daquilo que ficaria conhecido como a ideologia fascista tinha seus antecedentes na improvável aventura do poeta-soldado numa cidade a qual poucos italianos tinham ouvido falar.

A aventura teatral de D'Annunzio podia ser um exemplo a ser imitado, mas não serviria de centelha para uma radical reorientação da política italiana. Seus dias estavam contados. Ao retornar ao poder pela última vez em junho de 1920, Giolitti deu início a negociações com o reino da Iugoslávia, com o objetivo de resolver a crise em torno de Fiume. Em novembro do mesmo ano, o Tratado de Rapallo atribuía a Fiume a condição de cidade livre e reconhecia a soberania da Iugoslávia sobre Zara. A reação

de D'Annunzio foi ocupar as ilhas iugoslavas de Arbe e Veglia e declarar guerra à Itália. Giolitti reagiu com igual rapidez, enviando tropas na véspera do Natal para se livrar de D'Annunzio. Algumas bombas contra o palácio municipal foram suficientes. Só depois de tomar o poder e consolidá-lo é que Mussolini firmou, em janeiro de 1924, um novo tratado com a Iugoslávia, através do qual era reconhecida a soberania italiana sobre Fiume (novamente ocupada por tropas italianas em 1922).

Quanto a D'Annunzio, continuou sendo festejado ao mesmo tempo por liberais e fascistas. Assim, em agosto de 1922, quando ele sofreu uma queda em sua *villa* no lago Garda, o *Corriere della sera* publicou — extensamente, junto com uma ampla cobertura do fato — telegramas de solidariedade de numerosas personalidades, de Giacomo Puccini a vários ministros, entre eles os liberais Nitti e Giovanni Amendola. O ministro da Guerra enviou a seguinte mensagem: “Ao valoroso combatente, os cumprimentos e os melhores votos dos soldados italianos”.⁵⁵ Além disso, como se seus atos ilegais em Fiume não passassem de uma travessura, D'Annunzio foi convidado pelo governo anterior a Mussolini a discursar, no dia 4 de novembro de 1922, numa parada militar realizada em Roma para comemorar o fim da Primeira Guerra Mundial.

3. A crise parlamentar

Enquanto o temperamento do Estado italiano era testado de maneira tão indigna em 1919 e 1920, Mussolini buscava manter-se na superfície. Suas sucessivas tentativas de capitalizar a vitória “mutilada” da Itália ficaram à sombra não só de D’Annunzio como da onda de greves que assolou o norte do país, dos avanços eleitorais do Partido Socialista e da formação e rápido crescimento do *Partito Popolare Católico*, com 100 mil filiados ao ser fundado, em janeiro de 1919, e já alcançando 255 mil em 1920.¹

No início de 1919, o único instrumento político de relevância nas mãos de Mussolini era seu diário de notícias, *Il Popolo d’Italia*, cuja importância não deve ser minimizada. É bem verdade que a imprensa italiana era frágil (em comparação com a da França, da Grã-Bretanha, da Alemanha e dos EUA), mas a classe dos interessados em política era reduzida, e ter a seu serviço um órgão dos meios de comunicação, na ausência de uma imprensa popular, era mais importante do que dispor de um partido político. Na verdade, em 1919 Mussolini não dispunha de um partido político. Tinha um “movimento”, os *Fasci di Combattimento*. Seu programa não era abertamente de direita, pois continha reivindicações de extensão do sufrágio às mulheres, recuo da idade de voto para 18 anos, abolição da câmara alta (o Senado), vagas aspirações corporativistas de criação de “conselhos nacionais” de representantes dos principais setores da indústria, um salário mínimo, jornada de trabalho de oito horas, representação dos trabalhadores nas empresas, um imposto sobre a riqueza, confisco de bens da Igreja e um imposto especial sobre os lucros de guerra.

Inspirado pelo prestígio do jornal de Mussolini, um grupo de veteranos, menos de 200 indivíduos, em sua maioria de classe média, reuniu-se na *Piazza San Sepolcro* de Milão, a 23 de março de 1919, para lançar um novo movimento.² Estavam em busca de novidade. Alguns eram nacionalistas amargurados pela guerra; outros, como Marinetti, futuristas desejosos de livrar a Itália do embrutecedor tédio das convenções e, acima de tudo, do papa. O encontro, em geral considerado pelos fascistas o

verdadeiro ato fundador disse movimento, passou quase despercebido à imprensa.

Mussolini tinha consciência de que um grupo tão pequeno podia estar aberto a ideias contraditórias. Disse-lhes:

*Podemos nos dar ao luxo de ter aristocratas tanto quanto democratas, reacionários e revolucionários, defendendo a legalidade ao mesmo tempo em que cometemos ilegalidades, em função das circunstâncias, do momento, do lugar e do clima em que somos forçados a viver e agir.*³

Mussolini ainda não havia esquecido suas origens socialistas. Em seu discurso de Milão, publicado em *II Popolo d'Italia* a 28 de março de 1919, acusava o Partido Socialista de ser “reacionário”, porque seu neutralismo havia favorecido os impérios “reacionários” da Alemanha e da Áustria-Hungria.⁴ Sem a guerra, acrescentava, não teria havido uma revolução na Rússia e o *czar* ainda estaria tranquilamente sentado em seu trono: “Não somos o inimigo da classe operária”, declarou ele, “estamos prontos a lutar por ela”.⁵ A essa altura, os fascistas não estavam tão distantes quanto se poderia imaginar do *Partito Socialista Reformista de Bissolati*. Ambos eram firmemente antibolchevistas, ambos tinham apoiado a guerra. A figura principal do movimento fascista em Cremona, Roberto Farinacci, futuro secretário-geral do Partido Fascista e um reacionário, fora um seguidor de Bissolati.⁶ O que separava Bissolati dos fascistas era a conjuntura internacional, pois Bissolati apoiava os Quatorze Pontos de Woodrow Wilson e a posição americana de reorganização do cenário mundial. Em 11 de janeiro de 1919, ao tentar discursar em um comício no Teatro *La Scala*, ele teve sua voz encoberta pelas vaias dos militantes fascistas.⁷ Bissolati e Mussolini também representavam dois tipos diferentes de retórica, ambos presentes no Partido Socialista. Um deles, abraçado por Bissolati, concebia o discurso político como uma série de argumentos racionais a serem expostos de forma didática. Mussolini, como outros socialistas, seguia D'Annunzio no recurso a metáforas e comparações grandiloquentes.⁸

O antiparlamentarismo de Mussolini originava-se na tradição socialista italiana. Em muitos países europeus, o antiparlamentarismo era prerrogativa da aristocracia. O Parlamento, afinal, estava repleto de burgueses gananciosos que haviam usurpado o poder da nobreza. Na Itália, contudo, o antiparlamentarismo predominava até mesmo na esquerda. A corrupção

(pela qual Giolitti costumava ser culpado) irritava amplos setores das classes subversivas, assim como as classes médias respeitáveis. Os liberais tradicionais (de direita) também se mostravam hostis ao Parlamento, ou pelo menos a um Parlamento dominado pelos partidos políticos. Preferiam largamente agrupamentos amorfos de indivíduos. Os nacionalistas consideravam o Parlamento como o lugar em que a nação se dividia, mostrando-se reffatários a ele. Mussolini herdara do pai, Alessandra, a noção de que o Parlamento era um clube de ricos onde se negociava o destino das massas — avaliação não inteiramente destituída de fundamento. Manifestou seu desprezo pela instituição num arroubo de oratória muito elogiado durante a conferência socialista de Reggio Emilia, em julho de 1912. Nela, declarou que o cretinismo parlamentar era mais pronunciado na Itália do que em qualquer outro país; que o Parlamento só tinha utilidade para a burguesia; que o sufrágio universal não era de grande valia; e que os debates da bancada parlamentar socialista (dominada pelos reformistas) eram patéticos e não mereciam atenção.⁹

O Parlamento fora consideravelmente enfraquecido pela guerra. Não só a entrada da Itália no conflito fora decidida sem aprovação parlamentar, como a subsequente concentração de poderes nas mãos do Executivo foi mais pronunciada do que em qualquer país beligerante. Nos EUA, o presidente podia declarar guerra, mas não tinha poderes para promulgar leis ou baixar decretos; os parlamentos francês e britânico conseguiram manter parte considerável de seus poderes mesmo durante o conflito. Na Itália, contudo, o governo acumulou poderes quase ilimitados, passando a usá-los em questões não diretamente ligadas à guerra. Entre 1915 e 1917, a Câmara dos Deputados italiana reuniu-se 158 vezes, a francesa, 371 e a Câmara dos Comuns britânica, 423. A guerra redundava num virtual suicídio político por parte das elites políticas, pois era no Parlamento que estava sua força.¹⁰

Nada disso impulsionou o sucesso eleitoral dos fascistas. Na eleição de 1919, a primeira desde 1913, verificou-se a espetacular ascensão do Partido Socialista. Com 32,3% dos votos, ele se tornou, sem dúvida, o maior partido político do país. Em segundo lugar ficou o *Partito Popolare* (PPI), com 20,5%. Pela primeira vez os liberais perdiam a maioria parlamentar. O primeiro-ministro Nitti foi claro ao falar para o Senado:

O governo tem sido muito criticado pela situação política enfrentada por nosso país. Pois bem, nobres colegas, temos de encarar a verdade. Existe na Itália uma nova situação. Encontram-se na Câmara dos Deputados 100 deputados do Partido Popular, além de pouco mais de 150 socialistas. Isso significa que dois décimos da Câmara são controlados por uma nova força, o Partito Popolare, e três décimos, por um partido, o Partido Socialista, que anteriormente controlava apenas um décimo.¹¹

O Parlamento formado nas eleições de 1919 era muito diferente daquele do período anterior à guerra: 304 de seus 508 parlamentares foram eleitos pela primeira vez.¹² A lei eleitoral que regera as eleições de 1913 limitava o sufrágio aos cidadãos do sexo masculino de mais de 30 anos, independentemente do nível de alfabetização, e aos homens entre 21 e 30 anos alfabetizados. Depois da guerra, essa cláusula foi abolida, em parte por ter sido considerado injusto que um analfabeto de 21 anos pudesse ser convidado a morrer pelo país, mas não a votar. O segundo aspecto da nova legislação eleitoral era a introdução da representação proporcional — uma “mudança revolucionária”, como observaria Ângelo Tasca, um dos fundadores do Partido Comunista.¹³

Eleições italianas de 1904 a 1919. Cadeiras conquistadas

	1904	1909	1913	1919
Liberais	409	364	307	211
Católicos	3	17	28	100
Socialistas	29	38	79	156
Outros	67	73	90	40

Eleição de 16 de novembro de 1919		
Partido	Percentual dos votos	Cadeiras
<i>Partito dei Combattenti (Veteranos)</i>	4,1	20
<i>Partito Economico</i>	1,5	7
<i>Partito Democrático Sociale</i>	10,9	60
Vários liberais, democratas e radicais	15,9	96

<i>Partito Liberale</i>	8,6	41
<i>Partito Popolare Italiano</i>	20,5	100
<i>Partito Repubblicano Italiano</i>	2,1	9
<i>Partito Radicale</i>	2,0	12
<i>Partito Socialista Riformista Italiano</i>	1,5	6
<i>Partito Socialista Ufficiale</i>	32,3	156
<i>Partito Socialista Indipendente</i>	0,6	1
Total	100	508

Naquele momento os eleitores podiam votar não só num partido mas também em candidatos específicos da lista desse partido. Era possível que partidos fortes e relativamente disciplinados, como o PSI e mesmo o PPI, com um eleitorado leal, orientassem os eleitores a votar em candidatos específicos; o mesmo não estava ao alcance do *Partito Liberale*, que não era na realidade um partido, mas um agrupamento de notáveis cidadãos locais. Consequentemente, a facção dominante no interior de um partido podia ter a certeza de que seus deputados controlariam a bancada parlamentar. O que contribuía para fortalecer ainda mais os partidos devidamente organizados, como o PPI e o PSI.

Os próprios partidos tinham mudado. Saindo-se vitorioso, o Partido Socialista já não era dominado pelos reformistas de Turati, os chamados maximalistas — a facção esquerdista que já em 1912 se posicionava como uma força considerável, mas se sentira fortalecida pela Revolução Russa. Os maximalistas ainda não ousavam

— como queria Lenin — transformar-se num partido comunista; preferiam tomar uma “terceira via” entre Turati e os diferentes grupos pró-comunistas, como o *Ordine Nuovo* de Gramsci, em Turim, e o de Bordiga, no sul.

Ainda assim, os reformistas receberam maior apoio do eleitorado do que se poderia esperar, por sua posição dentro do partido.¹⁴ Isso ocorreu devido aos sólidos laços que uniam a geração mais antiga de líderes socialistas, como Camillo Prampolini e Filippo Turati, ao eleitorado, assim como ao caráter moderado do eleitorado socialista

— sempre acentuadamente menos militante do que os ativistas do partido.

Os êxitos dos socialistas e dos católicos geraram uma paralisia parlamentar. Eram poucas as chances de que os católicos do PPI e os socialistas esquecessem suas divergências para unir forças em um governo de união nacional. Tampouco era provável que os socialistas passassem a agir como um partido reformista unido. Em outros países — a Grã-Bretanha e a Suécia, por exemplo —, os socialistas concordavam em formar governos em colaboração com os liberais. Na Alemanha, os social-democratas haviam sido conduzidos à liderança da República de Weimar. Na Itália, contudo, os socialistas eram por demais anticlericais para unir forças com os católicos, e demasiado anticapitalistas para negociar com os liberais. Ainda que se mostrassem mais flexíveis, é improvável que tivessem encontrado parceiros. Além disso, a ocupação das fábricas gerara um clima de militância que fortaleceu os maximalistas.

Desse modo, os governos italianos posteriores a 1919 revelaram-se inevitavelmente fracos. Já o eram, como sabemos, antes da guerra. A instabilidade há muito constituía uma característica habitual do sistema político do país. Mudara, contudo, a natureza dessa instabilidade.

A fraqueza do Executivo remontava ao Estatuto do Piemonte, de 1848, a carta constitucional da região, incorporada ao novo Estado italiano depois de 1861. Este documento conferia à monarquia o poder de designar o governo e o primeiro-ministro, enquanto o controle das finanças de Estado permanecia nas mãos dos parlamentares eleitos. Esse era, como se sabe, um dispositivo habitual nas democracias parlamentares européias, como a Grã-Bretanha. Nesta, contudo, dois partidos fortes, os liberais e os conservadores, mantinham maiorias disciplinadas na Câmara dos Comuns, o que lhes permitia ao mesmo tempo controlar o orçamento e delegar ao monarca a designação do primeiro-ministro por eles escolhido. A Prússia, e mais tarde a Alemanha, não tinham partidos fortes, mas efetivamente contavam com um monarca forte. Os partidos também eram fracos na França, na Terceira República, mas pelo menos havia um Estado forte, e o Partido Radical (equivalente francês do Partido Liberal italiano), graças à sua retórica revolucionária, permeava boa parte da sociedade civil, especialmente o sistema educacional (além disso, havia na França alternâncias de governo entre a centro-esquerda e a centro-direita).¹⁵

A Itália não tinha partidos fortes nem um monarca forte. O país não fora unido por iniciativa de um Estado — como acontecera na Alemanha, com a Prússia. Uma iniciativa dessa natureza poderia ter se originado em Piemonte, mas o fato é que a unificação da Itália fora um processo complexo e contou com a participação de outros protagonistas, como Garibaldi, não raro condicionando a política piemontesa.

Como não havia partidos disciplinados no Parlamento, os chefes de governo italianos precisavam reunir as maiorias necessárias, depois de extenuantes negociações, para conseguir aprovar as leis. Os parlamentares tinham um dever primordial de lealdade para com o eleitorado — um reduzido segmento da população até 1912. O Parlamento, assim, era basicamente uma arena em que os representantes dos interesses fundiários e os industriais da Itália entravam permanentemente em disputa em torno de cada lei ou medida financeira. Da noite para o dia, adversários podiam ser “transformados” em aliados mediante suborno direto ou indireto — razão da designação pejorativa *transformismo* ser aplicada ao sistema. O difuso sentimento antiparlamentar mencionado anteriormente era uma consequência direta dessa situação. Em seu influente livro *Sulla teorica dei governi e sul governo parlamentare* (1884), Gaetano Mosca expressava uma queixa amplamente conhecida ao escrever que predominava entre os membros do Parlamento “a mais opressiva mediocridade”. Eles pertenciam à geração mais antiga, que havia instituído o sistema em vigor: “A Câmara dos Deputados transformou-se em (...) representante parcial de uma parte do país, enquanto a maioria das novas forças que nele se manifestam, aquelas que estão em condições de comandar, é excluída”.¹⁶ De forma paradoxal e contraditória, Mosca preconizara a diminuição dos poderes da Câmara dos Deputados (a instituição mais democrática), em favor do rei e do Senado.¹⁷ Era uma característica constante do antiparlamentarismo: em vez de propor uma reforma que integrasse as chamadas novas forças, teóricos antidemocratas como Mosca propunham uma solução autoritária.

Desenvolveu-se então um sistema de “clientelismo”, no qual os políticos prometiam empregos aos eleitores e seguidores, proteção e um constante influxo de dinheiro público. Esse tipo de proteção pessoal dificultou o desenvolvimento de partidos políticos modernos e centralizados. Além disso, como a maioria da população era excluída do processo eleitoral e, por conseguinte, também do político, o ressentimento

era generalizado, culminando em reiterados atos de violência civil, que exigiam uma dose regular de repressão. Frente às elites locais fortalecidas, o Executivo era fraco, e frente aos fracos e excluídos, rugia como um leão.

Os parlamentares italianos formavam um grupo relativamente homogêneo, em especial nos 15 primeiros anos após a Unificação (1861-76), quando esteve no poder a chamada “direita histórica” (*la destra storica*); os deputados dessa facção dominante, em sua maioria, eram nobres proprietários fundiários que haviam participado do *Risorgimento*.¹⁸ Mesmo a facção dominante que se seguiu, a “esquerda histórica” (*la sinistra storica*), apesar de menos homogênea, ainda era constituída predominantemente de aristocratas, oficiais, advogados e outras categorias de profissionais - médicos, por exemplo; eram poucos, se é que existiam, os representantes do comércio ou dos negócios, ao contrário do que acontecia na Alemanha ou na Grã-Bretanha.¹⁹ Desse modo, os acordos de conciliação entre facções parlamentares eram facilitados — a prática do *transformismo*. A expressão fora usada originalmente para designar a aliança selada em 1882 entre *la destra storica* e *la sinistra storica* — lideradas, respectivamente, por Mario Minghetti e Agostino Depretis. De certa forma, ambas as facções estavam integradas ao mosaico político conhecido sob a designação genérica de “Partido Liberal”, embora não existisse efetivamente um partido com este nome (ele seria fundado apenas em outubro de 1922, dias antes da “Marcha sobre Roma”). Praticamente não havia diferenças ideológicas acentuadas entre as facções, embora a “esquerda” estivesse mais próxima dos interesses do sul, onde se apresentava mais forte do ponto de vista eleitoral. O principal objetivo político dos representantes eleitos era arrancar do governo recursos a serem distribuídos aos seus seguidores. As lealdades locais sempre prevaleciam sobre as nacionais.

O sistema revelou-se inacessível à reforma. Em 1882, as seções eleitorais de candidato único deram lugar a distritos mais abrangentes com vários candidatos, na esperança de atenuar o localismo. Mas não houve diferença substancial, e depois de 1890 decidiu-se retomar as seções de candidato único. O que acabou por consolidar a relação entre o eleitorado e os representantes eleitos e, na ausência de partidos políticos fortes, ao estilo britânico, estimulou o clientelismo. O *transformismo* adaptou-se a todas essas mudanças, e muito dependia da habilidade da liderança parlamentar, de sua constante atenção às necessidades locais e sua disposição de

distribuir verbas em troca de favores, dentro do princípio *do ut es* (“Toma lá dá cá”).²⁰

As práticas de corrupção e as manipulações de favorecimento eleitoral que se seguiram não eram particularmente uma exclusividade italiana. A política personalizada, em que os eleitores tinham uma relação direta com seus representantes, encarregados de realizar a mediação junto ao governo central, era uma característica comum da vida política européia, especialmente no sul. Na Grécia, por exemplo, depois da independência do país em 1830, a política caracterizava-se pela existência de fortes vínculos personalizados entre o político-protetor e o eleitor-cliente, assim como pela troca de *rousfeti* (favores políticos).²¹ A política era um mal necessário, um mecanismo de autodefesa usado para sustentar um modo de vida tradicional, e não um instrumento de emancipação.²²

O *transformismo* foi abertamente defendido em 1882, quando o primeiro-ministro Agostino Depretis, num famoso discurso em Stradella, ao discutir seu acordo com a direita liderada por Mario Minghetti (tão versado quanto Depretis nas misteriosas artes do arranjo parlamentar), perguntou retoricamente: “Se alguém quiser juntar-se a mim, se alguém quiser aceitar meu modesto programa, se quiser transformar-se e se tornar um progressista, como poderia eu rechaçá-lo?” A prática tivera início quase espontaneamente, quando vários candidatos da direita concordaram com *lobbies* locais no intuito de apoiar o governo.²³ Em grande medida, o *transformismo* existia em virtude do alto grau de homogeneidade entre a “esquerda” e a “direita”. As forças que poderiam ser consideradas contrárias ao sistema haviam se excluído por iniciativa própria (caso dos católicos, proibidos pelo papa de participar da vida política italiana) ou eram irrelevantes (como os republicanos e os socialistas). Constituíam potencialmente, é claro, uma ameaça, que aumentaria a pressão para que o Partido Liberal não se dividisse em facções antagônicas.²⁴ De qualquer maneira, os interesses industriais ainda não eram suficientemente fortes para legislar contra os interesses fundiários — como acontecia com frequência na Grã-Bretanha; nem as duas classes, ou as classes médias, chegaram a se organizar em partidos políticos fortes.

O sistema do *transformismo* partia do princípio de que não era possível governar um país sem um certo grau de centralização. O Parlamento podia representar em si mesmo interesses e posições, mas só o Executivo podia governar — desde que contasse com alguma maioria. E se essa maioria não

existisse, ou pelo menos não de forma estável? Os eleitores não votavam num partido ou num programa de governo, mas naqueles em quem confiavam e que consideravam capazes de fazer o melhor por eles depois de eleitos. Até 1906, não se considerava necessário um voto de confiança num novo governo. Partia-se do princípio de que o rei tinha o direito absoluto de designar o Executivo sem aprovação do Parlamento; daí a necessidade de constantes negociações. Era preciso uma concepção desinibida da política, livre do apego a fórmulas rígidas. Necessário, também, uma dose de oportunismo e, especialmente da parte do primeiro-ministro, uma extraordinária agilidade política. Desse modo, embora fosse fortemente parlamentar, o sistema também conferia importância ao líder.

O que havia de específico no caso da Itália (e de outros países do sul da Europa) era o fato de não existir verdadeiros partidos políticos. Na Grã-Bretanha, o primeiro-ministro era poderoso por ser o líder do maior partido; na Itália, somente por estar em posição de distribuir favores.²⁵

Francesco Crispi explicou esta situação na campanha eleitoral de 1886, em um de seus discursos mais importantes, pronunciado em

Palermo, no dia 19 de maio. Desde 1878, dizia ele, a Itália tinha políticos, mas não partidos políticos. Os agrupamentos parlamentares eram constituídos individualmente por deputados que, tendo sido eleitos por mérito pessoal, podiam mudar de ideia de acordo com as circunstâncias. Na verdade, mudar de lado era necessário para a promoção pessoal. O principal motivo de ter amigos, na política, era vendê-los a quem oferecesse o preço mais alto ou protegê-los para receber em troca garantias de regularidade na própria seleção e reeleição. Os políticos não promoviam ideias, mas apenas a si mesmos (Crispi, naturalmente, deixava bem claro que ele era diferente, mantendo-se leal a princípios, mais do que as pessoas).²⁶ O alvo de Crispi era Depretis. Seu objetivo era assegurar que as eleições fossem disputadas entre programas governamentais:

O governo permite que a população local fique à mercê de seu representante parlamentar, em troca do seu apoio. As nomeações do prefeito, do chefe de polícia e do magistrado local são feitas com a concordância do representante parlamentar, para permitir-lhe manter sua influência local. Todos deviam ver o caos que toma conta do Parlamento sempre que uma votação solene está para ocorrer. Partidários

*do governo correm para todo lado, até mesmo os corredores, em busca de votos. Subsídios, honrarias, canais, pontes, estradas — tudo é prometido; eventualmente, um ato de justiça há muito negado é concedido pelo preço de um voto.*²⁷

Ao ser nomeado primeiro-ministro, em julho de 1887, Crispi tentou construir um Estado forte — tomando como modelo a Alemanha, em vez da França ou da Grã-Bretanha —, mediante uma combinação de expansão colonial, aumento dos gastos públicos, repressão maciça e anticlericalismo, em busca de sustentação de massa para o Estado. Mas nem mesmo ele foi capaz de pôr fim à instabilidade crônica dos governos da Itália, assim como ao frágil “*senso dello stato*” comum entre os italianos, que vinha a ser um dos seus lastimados subprodutos.

Silvio Spaventa, político da chamada “direita histórica” e arquiteto do projeto de nacionalização das ferrovias que levou, em 1876, ao fim da supremacia da direita e ao advento de Depretis, explicava que, num país normal, deveria haver apenas dois partidos representados no Parlamento — um a favor da permanência e outro a favor da mudança —, mas que essa situação não podia ocorrer na Itália porque

*os diferentes partidos com assento em nossa Câmara têm origem na mesma classe, a burguesia, a classe dominante em nossa sociedade. Cabe esperar que a expansão do sufrágio, atraindo para o governo do Estado novas classes com ideias e objetivos diferentes, leve a uma autêntica diferença entre os partidos, assim como à dualidade que acabo de mencionar.*²⁸

Mas ele também advertia que se a burguesia, “detentora do capital econômico”, esquecesse que existe “uma outra classe que tem como único bem seu próprio trabalho, que aumenta a cada dia e quer melhorar suas condições de vida”, não seria capaz de dar origem a uma “forma moderna de governo”.²⁹

Todos pareciam concordar que o problema governamental na Itália era na realidade um problema de representação partidária. Nem mesmo a nomeação de Crispi como primeiro-ministro desestabilizara o sistema do *transformismo*, denunciado por ele mesmo com tanta insistência. Teoricamente, existia uma ampla maioria liberal que, no entanto, era tão

instável que o padrão constante de negociação do sistema não foi alterado. A luta política não se dava entre partidos, mas no interior da grande parte liberal.³⁰ Como previra Spaventa, o transformismo começou a perder a sustentação com o surgimento dos sindicatos e dos partidos políticos. Cooptar uma classe não é impossível, mas sai muito mais caro do que cooptar um político. A conciliação de classe exige uma legislação social e reformas previdenciárias, que por sua vez requerem uma economia forte. O pagamento de salários altos, outra maneira de cooptar as classes trabalhadoras para o capitalismo, era impossível na Itália, já que os baixos custos trabalhistas constituíam uma das poucas vantagens desfrutadas pelos empresários italianos. Restava a repressão. Como o porrete sai mais barato do que a cenoura, Crispi e Antonio Rudini optaram pela repressão, reforçada por uma política colonial empenhada em criar um império italiano que beneficiasse a todos. Mas tudo isso também acabaria fracassando, pois o país seria acometido de uma grave crise econômica e agrária em 1888-94 e as ambições coloniais italianas sofreram um histórico revés na Etiópia em 1896. Abriu-se caminho, assim, para a ascensão de Giolitti, exemplo perfeito de burguês esclarecido — talvez mesmo esclarecido demais para a burguesia de mentalidade bem estreita que compunha a Itália na época. Giolitti já havia sido primeiro-ministro (maio de 1892 a dezembro de 1893), mas sua era teve início realmente com o governo formado por Giuseppe Zanardelli, em fevereiro de 1901, quando ele foi nomeado ministro do Interior. Giolitti viria então a dominar a política italiana até a guerra, frequentemente — mas não necessariamente — como primeiro-ministro (1903-05, 1906-09, 1911-14).

Giolitti elevou o *transformismo* a um novo e “moderno” patamar. O arranjo continuava sendo a norma, assim como a cooptação, mas já agora envolvendo grupos sociais mais amplos. Em seu mais famoso discurso parlamentar, em 4 de fevereiro de 1901, Giolitti delineou aquela que deveria ser a nova política liberal concernente à relação entre o capital e o trabalho, numa tentativa de conduzir as elites econômicas italianas ao século XX. Ele lamentava que o governo que chegava ao fim continuasse a pensar que toda e qualquer associação de trabalhadores era perigosa, embora não fosse mais o que se considerava em outros “países civilizados” (referência à Grã-Bretanha e à França, principais modelos da Itália liberal). A fundação de sindicatos fazia parte do progresso das civilizações. Defrontado, em 1901, com um telegrama ao ministro da Agricultura em que um senador

se queixava: “Hoje, eu, um senador do reino da Itália, tive de trabalhar o arado com minhas próprias mãos porque meus trabalhadores, há séculos leais à minha família, estão em greve com o consentimento do governo”, Giolitti respondeu: “Quero estimulá-lo a continuar a fazê-lo. Poderá, assim, dar-se conta de como pode ser exaustivo e passará a remunerar melhor seus trabalhadores”.³¹

Giolitti também queria aumentar a legitimidade do Estado ampliando o sufrágio, que era excepcionalmente limitado (em comparação com os países aos quais os intelectuais italianos gostavam de comparar a Itália: a França, a Grã-Bretanha e a Alemanha). Quando ocorreu a unificação do país, em 1861, somente 418 mil pessoas tinham direito a voto (1,9% da população adulta). Em 1882, eram dois milhões (6,9%). O direito a voto decorria da educação ou do pagamento de impostos. Em dado momento, na década de 1870, os deputados consideraram a possibilidade de tomar o quarto ano completo de escola primária como mínimo para poder votar, mas somente 14% dos municípios tinham escolas primárias com classes de quarto ano. O sufrágio masculino quase universal (os analfabetos só podiam votar depois dos 30 anos de idade) finalmente foi introduzido em 1912, valendo pela primeira vez na eleição geral de 1913. O eleitorado chegara a 8,4 milhões (23,2% da população), embora permanecesse alto o nível de abstenção — mesmo em 1919, somente 56,6% dos eleitores efetivamente votaram.³²

Giolitti financiou obras públicas, instituiu procedimentos de julgamento de questões trabalhistas, regulamentou os horários de trabalho de mulheres e crianças e criou uma rede de fiscais para assegurar o cumprimento da legislação trabalhista. As reformas sociais, dizia, com grande discernimento, eram perfeitamente compatíveis com o capitalismo. O Estado tinha de mostrar-se imparcial entre os interesses em conflito; capitalistas e trabalhadores deviam ser iguais perante a lei; ambos precisaram ter sua representação política. A hostilidade dos sindicatos em relação ao governo era uma reação à hostilidade que haviam sofrido por parte de sucessivos governos. Mas os sindicatos eram os legítimos representantes das classes trabalhadoras. As instituições políticas não deviam temer os trabalhadores organizados, e sim a multidão desorganizada. Se os trabalhadores eram capazes de obter salários mais altos graças a seus sindicatos, não havia motivos para que o Estado se opusesse, pois não cabia a ele agir como defensor das classes

empresariais. Isso serviria apenas para comprimir os salários abaixo de seu nível “justo”, o que seria uma injustiça. Os países em que os operários eram bem-remunerados, sustentava Giolitti, estavam na vanguarda do progresso econômico.³³ Ele denunciava — e não era a primeira vez — os numerosos impostos indiretos (sobre o pão e o sal, por exemplo) que prejudicavam muito mais os pobres que os ricos, acrescentando:

*Estamos no início de um novo período histórico. É preciso ser cego para não enxergá-lo. Novas camadas populares têm acesso à vida política; diariamente surgem novos problemas, manifestando-se novas forças com as quais o governo deve lidar. As divergências nos grupos parlamentares de hoje mostram que o que nos divide agora já não é o que costumava nos dividir antes.*³⁴

Como ministro do Interior, entre 1901-03, Giolitti lidou com prudência com a grande quantidade de greves que tomou conta da Itália. Os sindicatos eram tolerados; não se recorria automaticamente às tropas para reprimir greves no setor privado, embora ele recorresse com frequência à força para acabar com greves no setor público.³⁵

A maior preocupação de Giolitti era o avanço do Partido Socialista. Fundado em 1892, o PS, não obstante a limitação do sufrágio, já contava com 14 assentos na Câmara em 1895, e publicava nada menos do que 30 jornais — um dos quais tinha 50 mil leitores diários.

Em 1897, registrava 27 mil membros inscritos e mais de 10% dos votos.³⁶ Embora o partido se mostrasse predominantemente forte no norte (Piemonte e Lombardia) e no centro (especialmente na Emília e na Toscana), também contava com considerável apoio na Sicília e na Apúlia. E apesar de ser um partido eminentemente urbano (em 1913, um terço dos eleitos em cidades com mais de 100 mil habitantes eram socialistas), tinha numerosos seguidores entre os trabalhadores rurais.³⁷

Em comparação com a França e a Grã-Bretanha, no entanto, a Itália ainda era subdesenvolvida. Em 1898, a renda média era menos da metade que a da França e um terço em relação à da Grã-Bretanha.³⁸ O país também era assolado por graves conflitos sociais, que culminaram numa fuzilaria promovida pelo general Bava Bec-caris em trabalhadores que protestavam em Milão, em 1898, contra um aumento do preço do pão: 80 pessoas foram mortas. Mas esses acontecimentos pareciam ser o sinal de alerta para a era

da repressão aberta, pois os socialistas saíam fortalecidos das perseguições. O número de greves manteve-se elevado, aumentando também a quantidade de protestos cujos desfechos eram favoráveis aos trabalhadores, mas Giolitti — nem sempre de maneira coerente — deu prosseguimento às suas políticas liberais, insistindo na ideia de que o Estado não devia intrometer-se nessas disputas.³⁹

O socialismo parecia avançar até mesmo no campo. Em 1897, 24 mil trabalhadores rurais haviam entrado em greve, organizados em sua maior parte por sindicatos de orientação socialista. Em 1901, 222 mil trabalhadores agrícolas fizeram greve (um total de 450 mil grevistas), sobretudo na Lombardia, seguida pela Emília, o Vêneto, o Piemonte e a Sicília.⁴⁰ Os patrões ficaram tão assustados que fizeram importantes concessões.⁴¹

Giolitti evidentemente tinha uma meta mais ampla: a construção de um moderno e avançado Estado capitalista. Para isto, era necessário restringir a agitação social ao mínimo aceitável, contendo a ameaça da esquerda mediante a cooptação, não de parlamentares isolados, como acontecia até então, mas das classes operárias industriais, *tal como representadas por seu partido*. Com esta finalidade, era preciso modificar um sistema eleitoral que penalizava indevidamente os socialistas. Como se queixara Turati, cada deputado socialista representava quase 11 mil eleitores, em comparação com um deputado radical representando 3.700 eleitores e um republicano, 2.800.⁴²

Para que essa cooptação obtivesse êxito, fazia-se necessária a introdução do sufrágio masculino universal, o que foi feito em 1912. O segundo elemento da estratégia era um Estado previdenciário, tal como vinha sendo instituído na Alemanha, na França e na Grã-Bretanha (os modelos de Giolitti). Para financiá-lo, Giolitti estabeleceu o monopólio estatal dos seguros de vida, esperando dessa forma bancar um novo sistema de pensões para os trabalhadores sem aumentar os impostos. Finalmente, era necessário também conquistar os católicos (como mais um contrapeso frente à esquerda).

Desde a Unificação, o papa instruía os católicos a boicotar o Estado italiano, proibindo-os de participar de eleições parlamentares, fosse como “eleitores ou eleitos”. Gradualmente, a Igreja conscientizou-se da ameaça socialista, e à medida que os católicos davam sinais de desrespeitar a ordem, a proibição passou a ser relaxada.⁴³ Pio X — tendo prometido, ao

ser eleito papa em 1903, restabelecer a teologia conservadora antimodernista (*Instaurare Omnia in Christo*: “restabelecer todas as coisas em Cristo”) depois do papado relativamente liberal de Leão XIII — autorizou que os católicos se organizassem politicamente em 1905. O Vaticano tinha consciência de que estava mudando a estrutura de classe do mundo católico, e que este já não era eminentemente rural. Novos grupos sociais urbanos em expansão, especialmente de professores e profissionais liberais, eram cada vez mais atraídos à esfera de influência do catolicismo.⁴⁴ A introdução, em 1912, do sufrágio masculino universal aumentou o peso e o impacto do voto católico, levando a um “pacto” secreto entre o presidente da principal organização eleitoral católica (a *Unione Elettorale Cattolica*), Vincenzo Ottorino Gentiloni (1865-1916), e Giolitti. Os votos católicos seriam destinados aos candidatos cujas propostas políticas não fossem incompatíveis com as da Igreja. Candidatos liberais mais ambiciosos apressaram-se a manifestar obediência a essas propostas — em mais um caso de *transformismo*. Desse modo, embora apenas 29 candidatos católicos oficiais (vale dizer, apoiados pela *Unione Elettorale Cattolica*) tivessem êxito, foram eleitos em número muito maior dos deputados que contavam com o apoio dos católicos — chegando talvez a 230.⁴⁵

Giolitti saiu-se inicialmente fortalecido, pois os que almejavam o apoio católico precisavam de sua ajuda, mas também suscitou a ira dos nacionalistas e dos liberais anticlericais. Posteriormente, ele viria inclusive a perder o apoio dos católicos, quando estes se deram conta de que seria muito mais vantajoso se organizar num partido católico unido (o PPI), em vez de precisar vender seus votos aos seguidores de Giolitti.

Giolitti também fracassou a longo prazo em seu empenho de atrair os socialistas a um arranjo com o Estado capitalista. A ala reformista liderada no Partido Socialista por Turati — tendo triunfado no congresso do partido em 1908 e estando mais do que disposta a cooperar com Giolitti — não podia aceitar uma adesão ou um apoio sistemático ao governo, embora o fizesse eventualmente. Quando o ultra-reformista Bissolati concordou em negociar oficialmente a formação do novo governo, depois da eleição de 1911, foi imediatamente denunciado por Turati, que temia a perda do apoio dos trabalhadores.

Finalmente, Giolitti não conseguiu o apoio dos empresários. Em 1910, eles se organizaram formalmente em uma associação, a *Confederazione*

Italiana delVIndustria (dirigida até 1914 por um francês, Louis Bonnefon Craponne), mas não apresentavam uma ideologia coesa nem se mostravam particularmente fortes: a *Con-findustria*, como passaria a ser conhecida a associação, contava inicialmente apenas com 1.931 membros, empregando somente 190 mil trabalhadores.⁴⁶ Alguns eram favoráveis ao *laissez-faire*, outros, adeptos do protecionismo, de acordo com os interesses de cada empresa. Sua retórica era influenciada pelos escritos do jovem economista liberal Luigi Einaudi, de grande prestígio, graças à sua atuação jornalística, cuja ideologia econômica ultraliberal agradava aos industriais. Na realidade, a defesa do liberalismo expressava apenas o desejo de diminuir o intervencionismo do Estado quando lhes era conveniente, e uma cordial aversão a “burocratas”, políticos e seus semelhantes.⁴⁷ Além disso, eles se opuseram a ceder aos sindicatos qualquer poder sobre a classe operária e não queriam o Estado intervindo nas relações entre empresário e trabalhador.⁴⁸ Por tudo isso é que temiam o tipo de Estado que Giolitti se empenhava em construir. Quase é possível afirmar que os industriais se constituíram em um *lobby* político e se organizaram como forma de reagir a Giolitti.

Apesar desses problemas aparentemente insuperáveis — católicos pouco confiáveis, socialistas muito ativos, capitalistas pouco esclarecidos —, a estratégia de Giolitti era a que apresentava mais chances de modernizar a Itália. Tinha a vantagem de possuir certa frieza realista desprezada por “uma geração auto-referencial de intelectuais em busca de poesia na política”.⁴⁹ Reconhecia que a burguesia italiana era fraca, que os partidos políticos não eram fortes, que o Executivo era instável e que a corrupção não era necessariamente incompatível com a modernização.

O controle dos membros do Parlamento era a chave da estratégia de Giolitti. Para alcançá-lo, ele não hesitou em usar os dirigentes regionais nomeados pelo governo para pressionar deputados, prefeitos e vereadores. Num famoso artigo publicado em 1910 em *ÜAvanti*, Salvemini, que se referia a Giolitti como *il ministro delia malavita* (o ministro do submundo), escreveria: “Esse método, aplicado sem escrúpulos, era suficiente para pôr a serviço do dirigente regional a maioria dos prefeitos do distrito eleitoral, que precisava ser conquistado ou mantido em segurança para um candidato do governo.”^u

A era Giolitti foi um período de desenvolvimento industrial moderado em razão da crise econômica de 1907, que aumentou o poder dos bancos. A

economia italiana abriu-se mais ao comércio internacional, por meio da assinatura de tratados comerciais com vários países, entre eles a Suíça, a Alemanha, a Áustria e a Rússia. A consequência foi um déficit na balança comercial, compensado em parte pelas remessas de emigrantes que deixavam o país.⁵¹ Surgiu um poderoso “triângulo industrial” (Milão, Turim e Gênova), onde se concentraria a maior parte do crescimento econômico italiano nos 80 anos subsequentes.⁵² Certos observadores, especialmente Douglas Forsyth, consideram que essa expansão sustentava-se em alicerces instáveis, que logo seriam debilitados pela guerra, e que, conseqüentemente, o sistema de Giolitti era ainda menos realista depois da guerra que antes dela.⁵³ Os setores de negócios queixavam-se dos impostos altos e do nível elevado de gastos públicos. E, com efeito, os elementos mais bem-sucedidos nos primeiros anos da política econômica de Mussolini foram a redução dos gastos públicos e a reforma fiscal.

A enorme defasagem entre pobres e ricos e entre o norte e o sul foi exacerbada pelas tarifas protecionistas (embora seus efeitos não se revelassem uniformes). O progresso social convivia com a agitação social (dois eventos que estão longe de ser contraditórios). Como costumava sustentar a historiografia liberal italiana, o país parecia avançar em seus próprios termos na direção de um Estado liberal com pinceladas social-democratas.

Para que o sistema Giolitti funcionasse, certas condições deveriam ser atendidas: socialistas moderados, sindicatos dispostos a cooperar, católicos inclinados a trabalhar de acordo com o sistema, desenvolvimento econômico, paz social e distanciamento em relação às guerras. Acima de tudo, era preciso que o Parlamento continuasse sendo palco de barganhas políticas entre as forças moderadas. Até a Primeira Guerra Mundial, muitas dessas condições

— nem sempre coincidentemente — manifestaram-se. O mesmo não aconteceria depois da guerra.

Como analisamos, a eleição de 1919 — a primeira desde 1913

— assinalou o fim de uma era. A introdução da representação proporcional fortaleceu os partidos e grupos bem organizados, como os socialistas e os católicos.⁵⁴ A nova Câmara já não oferecia um vasto círculo liberal a partir do qual o primeiro-ministro pudesse forjar uma maioria.

Porém, o que mais preocupava, do ponto de vista giolittiano, era o fato de que a estratégia de atração dos socialistas moderados já não funcionava, pois a maioria dos socialistas apoiava a revolução soviética, fazendo com que os reformistas de Filippo Turati se sentissem ainda menos dispostos a romper com o partido e se juntar a Giolitti. No congresso do Partido Socialista realizado em Bolonha, em outubro de 1919, pouco depois da eleição italiana e meses após a fundação da Internacional Comunista, o principal confronto não se dera entre moderados e maximalistas, mas entre os diferentes grupos maximalistas, enquanto a facção comunista preconizava o boicote das eleições (posição criticada por Lenin). A moção que acabou sendo aprovada, integrando o partido à recém-criada Internacional, reconhecia a necessidade de participar das eleições, mas apoiava o eventual emprego da violência para pôr fim ao poder burguês e instituir a ditadura do proletariado. Os reformistas não se mostraram convictos na oposição a essa plataforma revolucionária, que parecia afastada das reivindicações (jornada de oito horas, reforma do sistema de arrendamento na agricultura, reforma agrária e protesto contra o aumento substancial dos preços de alimentos) que eram apresentadas pelos trabalhadores industriais e rurais. Os socialistas pareciam apanhados numa dinâmica revolucionária que impedia a ação.⁵⁵

De acordo com o que foi mencionado anteriormente, a eleição de 1919 assinalou a vitória dos socialistas (156 deputados eleitos, contra 52, em 1913) e do PPI (100 deputados, contra 29 pró-católicos eleitos em 1913). Os fascistas conseguiram apenas alguns milhares de votos. As facções parlamentares (a “direita” e a “esquerda” históricas) que dominavam o país desde o *Risorgimento* haviam perdido a hegemonia. A paralisia do Parlamento era resultado das perdas liberais e do fato de católicos e socialistas estarem ideológica e socialmente muito distantes para formar um governo. O governo Nitti foi obrigado a recorrer ao apoio do PPI. Durou poucos meses.

A Itália, como teria dito Lenin, já não podia ser governada à velha maneira. Embora não houvesse uma ameaça séria de revolução, entre 1919 e o primeiro semestre de 1920 os trabalhadores italianos estiveram em agitação quase permanente, que culminou na ocupação de fábricas no norte do país. Foi o período de mais generalizada turbulência social na história da Itália.⁵⁶ As organizações da classe trabalhadora tinham saído da guerra extraordinariamente fortalecidas. A *Confederazione Generale dei Lavoro*,

de orientação socialista, que em 1918 contava apenas com 249 mil membros, já reunia 2,15 milhões em 1919. A CIL católica e a UIL sindicalista somavam mais 1,25 milhão de membros (dados de 1921), elevando para mais de 3,5 milhões o número de trabalhadores sindicalizados.⁵⁷ Era um dos mais altos níveis de sindicalização na Europa.

Os conselhos operários, considerados pelos comunistas como precursores dos soviets italianos, ocuparam as fábricas. Durante o mês de maio de 1920, a cidade de Turim, sede da fábrica de automóveis Fiat, foi palco de intensa agitação operária. Os industriais entraram em pânico, e o governo Nitti enviou 50 mil soldados para sufocar o movimento, que envolvia menos de 200 mil operários em Turim e sua província. Segundo os socialistas, entre abril de 1919 e abril de 1920, 145 manifestantes e grevistas foram mortos e 450, feridos, pela polícia e pelo Exército.⁵⁸

Os sindicatos mal conseguiam conter os operários, mas os socialistas, apesar da retórica revolucionária, sentiram que a situação era desfavorável, sendo necessário mais tempo para organizar uma força armada proletária.⁵⁹

Essa agitação social era reflexo da ampla efervescência que vigorava na Europa, empenhada em aumentar a influência política das organizações trabalhistas. O movimento trabalhista seria finalmente derrotado de diferentes maneiras e com resultados variados na Alemanha, na Itália e na França.⁶⁰ Mas o alarme que causou nos círculos liberais e empresariais foi considerável. As greves ferroviárias de janeiro de 1920 foram condenadas pelo *Corriere della sera* em termos muito mais duros, os quais o jornal jamais empregaria contra o fascismo. A burguesia, sustentava o diário, nada mais tinha a conceder, o que significava ignorar os ganhos que vinha obtendo.⁶¹

Em setembro de 1920, cerca de 400 mil operários do setor de engenharia ocuparam suas fábricas. Embora o movimento se disseminasse pela maior parte da Itália industrial, seu epicentro estava no triângulo industrializado de Turim, Milão e Gênova.⁶² Porém, embora tanto a esquerda quanto a direita imaginassem que se tratava de um prelúdio à revolução, a *occupazione delle fabbriche* (ocupação das fábricas) era, na verdade, em todos os aspectos principais, uma disputa sindical. Mesmo ao ser lançado o *slogan* do controle por parte dos operários, este seria um sistema através do qual uma comissão de operários e gerentes passaria a receber informações precisas sobre a situação econômica da empresa, para permitir aos trabalhadores avaliar o realismo de suas reivindicações. A

ocupação então teve fim. Um acordo fora selado entre os sindicatos reformistas e os industriais. Giolitti, como sempre, fora o grande mediador.⁶³ Foi uma derrota psicológica para os operários.⁶⁴ O sonho revolucionário não passava de uma esperança perdida. Não havia uma estratégia, metas intermediárias, nem qualquer indicação mais clara do caminho a seguir, apenas *slogans* vagos e vazios.⁶⁵

O fato de o homem mais uma vez indicado para resolver a situação ser Giovanni Giolitti era sintomático da crise política por que passava o país. Em junho de 1920, com quase 78 anos de idade, ele ainda se mostrava mais astuto que muitos de seus sucessores, como Nitti, mas já não era capaz de entender plenamente a nova Itália do pós-guerra. Posteriormente, em 1924, ele reconheceria que encontrara dificuldades nunca antes experimentadas ao concordar em formar o novo governo, em 1920.⁶⁶

Giolitti tentou controlar a crise recorrendo às velhas técnicas do *transformismo*. Confiando em sua comprovada capacidade de mediação entre atores políticos, ele se julgou capaz de fazer o mesmo com os partidos modernos e organizados. Em um famoso discurso eleitoral em seu distrito de Dronero, no dia 12 de outubro de 1919, ele defendeu as prerrogativas do poder parlamentar, que em sua opinião precisava urgentemente ser restabelecido, depois de quatro anos de domínio absoluto do Executivo. Tentou mais uma vez cortejar a esquerda, insistindo no ataque aos especuladores de guerra, já que “o trabalho é a única fonte de riqueza” e “as classes privilegiadas de nossa sociedade, que levaram a humanidade ao desastre, não podem mais governar o mundo”.⁶⁷ Mas eram muitos os obstáculos. O líder do partido católico era Luigi Sturzo, um padre que conseguira construir o partido em sua Sicília natal, enfrentando as mesmas forças que há muito apoiavam Giolitti. Sturzo conhecia sua própria força: como nem mesmo os socialistas reformistas de Turati tinham condições de se unir a Giolitti (pois a maioria dos socialistas era formada por maximalistas), qualquer governo precisaria buscar o apoio dos católicos. As dificuldades de Giolitti se agravaram pelo fato de seus correligionários liberais estarem mais divididos do que nunca: a guerra abrira um profundo fosso entre aqueles que, como Giolitti, preconizavam a neutralidade e os que, como Salandra, defendiam o engajamento. A gestão da economia revelou-se difícil. O problema era estabilizá-la sem alienar o novo eleitorado. Nitti não quisera reduzir os gastos sociais por medo de se indispor com a ala reformista dos socialistas, atraindo assim a hostilidade

dos conservadores e dos interesses empresariais. Giolitti reduziu os gastos sociais abolindo os subsídios do pão, e com isso provocando a indisposição dos católicos.⁶⁸

Giolitti convencera os socialistas mais moderados a resolver a questão da ocupação das fábricas em troca de promessas vagas. Os industriais, contudo, entraram em pânico. Chegaram a pensar que uma revolução estava prestes a eclodir. Perderam a confiança em Giolitti, que se tornara demasiado apaziguador.⁶⁹ Na realidade, Giolitti entendera a conjuntura daquele momento muito mais do que eles. Dispusera-se a fazer concessões, a instituir uma comissão com direitos iguais de representação para empresários e trabalhadores. Sua estratégia consistia em evitar qualquer provocação, sabendo que logo o movimento se extinguiria. E estava certo, mas os industriais queriam dar uma lição nos operários, humilhar a “escória vermelha”. Mais adiante, isso contribuiria para a aproximação dos industriais com Mussolini, embora o futuro Duce, apanhado de surpresa pela amplitude do movimento, tivesse tentado mediar, sendo, no entanto, ainda muito desconhecido na época para ser levado a sério. Não desejando parecer tomar o lado dos patrões, ele não se uniu ao coro de desaprovação dos que achavam que Giolitti devia ter reprimido os operários.⁷⁰ Os industriais queixaram-se do plano de “controle dos operários” apresentado por Giolitti, como se fosse um vago projeto para assegurar que ninguém cantasse vitória, e acabasse por fortalecer a ala reformista do Partido Socialista (cujos projetos de gestão dos trabalhadores eram inevitavelmente considerados colaboracionistas com a classe adversária). Em 1920, contudo, eles ainda se eximiam de acusar Giolitti violentamente, por medo de algo ainda pior.

Em 1921, o perigo oferecido pela esquerda evaporara completamente. Analisando o episódio em retrospectiva, Luigi Einaudi considerou a ocupação das fábricas um estranho mito. Nada houvera que pudesse causar preocupação. Em 1920, contudo, Einaudi levava o ocorrido a sério.⁷¹ Uma vez esquecido o perigo representado pelos trabalhadores, a gerência da Fiat ganhou coragem. Em março de 1922, demitiu trabalhadores praticamente sem protestos por parte dos sindicatos, pois muitos dos afastados eram comunistas e socialistas “criadores de caso”. Na verdade, a esquerda como um todo, e não apenas os “extremistas”, fora completamente derrotada.

A onda de greves passara, as esperanças revolucionárias foram frustradas, os sindicatos saíram-se humilhados e os socialistas mostravam-

se mais divididos que nunca. Turati queixava-se — com alguma razão — do comportamento rude dos maximalistas. A facção comunista decidiu deixar de perder tempo com o Partido Socialista. Desligou-se em janeiro de 1921, no congresso de Livorno, e fundou o Partido Comunista da Itália.



4. O avanço do fascismo

Até o segundo semestre de 1920, o fascismo ocupava uma posição marginal na crise social e política em desdobramento. Quase ausente dos relatos da imprensa, não considerado uma ameaça séria pelos socialistas, o movimento de Mussolini se inseria em uma zona de depressão. Os antifascistas — dos liberais aos comunistas — não o haviam percebido. Foi o que fez Antonio Gramsci em novembro de 1920, ao se referir ao fascismo simplesmente como a face violenta do capitalismo, e aos *squadristi* como os encarregados das tarefas sujas que a sociedade burguesa não podia desempenhar na legalidade.¹ Togliatti, um dos fundadores do Partido Comunista, mencionou a ameaça fascista pela primeira vez em março de 1921, quando os fascistas destruíram a redação do jornal socialista *La Difesa*, em Florença, meses depois de iniciarem incursões violentas pela Emília e a Toscana.² Piero Gobetti, o jovem jornalista liberal de Turim que escrevia semanalmente sobre questões políticas e culturais no *Energie nove* e em outras publicações, abordou o fascismo pela primeira vez somente em maio de 1922, cinco meses antes da “Marcha sobre Roma”.³ O que não chega propriamente a surpreender. Ainda na metade do ano de 1921, o próprio Mussolini, segundo seu biógrafo Renzo De Felice, “não tinha perfeita clareza sobre o que era realmente o fascismo”.⁴

A intensidade da crise era tal que, como acontece comumente, todos os olhos se voltavam para os principais protagonistas: Giolitti, os socialistas, os católicos. Mussolini efetivamente tentou inserir-se no jogo político. Durante a ocupação das fábricas, ofereceu ajuda a Bruno Buozzi, o líder do FIOM, o sindicato dos operários metalúrgicos, fazendo um apelo aos trabalhadores em total desprezo aos socialistas, contra os quais invectivou, principalmente ao longo de 1920.⁵

Simultaneamente, tentava chegar a um entendimento com Giolitti, para assegurar a inclusão de candidatos fascistas na lista do “bloco nacional” para as eleições locais de 7 de novembro de 1920. Assim ocorreu que, graças a Giolitti, alguns seguidores de Mussolini foram eleitos em Roma e outras grandes cidades.

Porém, a grande virada para os fascistas não ocorreu nos principais centros urbanos, mas em cidades menores do centro do país e do interior. Pois enquanto a agitação da classe operária abalava os centros industriais, o campo também era assolado por turbulências, com ocupações de terra feitas por trabalhadores agrícolas em toda a região norte e partes do centro e do sul da Itália. Em 1918 e 1919, o número de greves no setor agrícola aumentara, refletindo as consideráveis mudanças ocorridas no campo nos anos de guerra.⁶ A mais notável delas era o aumento do número de camponeses proprietários: durante a guerra, um milhão de hectares de terras fora adquirido por 500 mil camponeses, que pela primeira vez se tornavam proprietários.⁷ Mas seria um equívoco considerar uma categoria homogênea todos os diferentes grupos que constituíam o universo rural — entre eles os proprietários de terras, os pequenos proprietários camponeses (*contadini*), os meeiros (*mezzadri*), os arrendatários (*affittuari*), os trabalhadores agrícolas (*braccianti*) e a “burguesia rural”.

Embora houvesse poderosos latifundiários dominando vastas terras, antes da guerra a maioria desses milhares de proprietários existentes na Itália enfrentara consideráveis dificuldades, à medida que a emigração (mais de 500 mil pessoas por ano no início da década de 1900) forçava a elevação dos salários dos trabalhadores agrícolas. Havia também uma burguesia rural. Seus membros frequentemente eram classificados como proprietários fundiários, por possuírem terras. Mas eles se mantinham ligados a elas por motivos familiares e de tradição, e precisavam completar sua renda mantendo uma loja, exercendo uma profissão, como a advocacia, ou mediante algum emprego precário. Muitos detestavam as classes “urbanas” — tanto os trabalhadores quanto os ricos, pois ambos tinham melhorado sua condição à custa dos que trabalhavam na terra, ou pelo menos era o que se acreditava.

O natural conservadorismo dos grandes proprietários de terras e dos burgueses rurais foi reforçado pelo estilo conservador da classe imediatamente abaixo: o campesinato. Prevalecia nesse meio o catolicismo, paralelamente à aversão ao Estado, aos impostos e acima de tudo aos socialistas, considerados culpados pela organização dos trabalhadores agrícolas. Durante a guerra, a repugnância dos camponeses pela autoridade central se intensificara, pois se considerava em geral que o conflito atendia aos interesses dos ricos e das cidades (os

dispensados do serviço militar eram em número muito maior pertencentes às classes industriais que às rurais). As requisições de alimentos por parte do Estado eram muitas vezes consideradas injustas, mas também havia compensações: pensões para as viúvas de guerra, subsídios para as famílias dos convocados a combater, ajuda na educação dos filhos e outras vantagens previdenciárias. O subemprego endêmico nas pequenas propriedades agrícolas significava muitas vezes que, sendo recrutado um pai ou um filho, os que permaneciam na propriedade da família tinham condições, se trabalhassem um pouco mais, de manter a produção no mesmo nível sem contratar nenhum outro empregado. Também havia empregos relacionados à guerra em indústrias próximas.⁸ Aqueles que produziam insumos, como a madeira, apresentavam rendimentos relativamente melhores na guerra que os que cultivavam cereais.⁹ O racionamento de comida durante a guerra afetava muito mais os moradores das cidades que os do campo, que tinham fartura de gêneros alimentares.¹⁰

“Abaixo” dos camponeses estavam os *mezzadri*, ou meeiros. Eram camponeses-colonos que trabalhavam a terra de propriedade de um senhor, eventualmente empregando trabalhadores agrícolas. O senhor podia dispensar o meeiro, sendo proprietário não só da terra como da casa do lavrador, dos animais e de algumas ferramentas. Os senhores e os meeiros dividiam os gastos e os lucros de acordo com um contrato, que também podia exigir do meeiro a prestação de serviços em diferentes épocas do ano. As condições de vida dos meeiros haviam se deteriorado nos anos anteriores à guerra com a crescente comercialização da agricultura, o que diminuía sua parcela da produção.¹¹ Durante a guerra, contudo, os lavradores sem-terra sofreram muito mais do que os meeiros, pois seus salários não acompanharam a elevação dos preços. Os meeiros, por outro lado, beneficiavam-se com a inflação, já que as dívidas contraídas para comprar ferramentas e sementes se depreciavam.¹² Desse modo, muitos meeiros viviam em melhores condições no fim da guerra que no início. Deram-se conta, também, de que havia a real possibilidade de se tornarem proprietários da terra em que trabalhavam, especialmente os que tinham economizado dinheiro graças aos constantes aumentos dos preços de alimentos.

O slogan “a terra para os que a cultivam” fez sucesso, e quase todas as forças políticas — até mesmo alguns conservadores — o invocavam de uma

maneira ou de outra. Várias propostas de reforma agrária foram feitas, entre elas a de compra de terras por parte do Estado, que seriam então concedidas a famílias camponesas individuais, ou a grupos de famílias camponesas, para o cultivo. A desapropriação de terras devolutas ou não cultivadas, ou de terras abandonadas pelos proprietários, e sua distribuição ao campesinato contavam com considerável apoio no Parlamento. Esses debates despertaram esperanças entre os camponeses, embora eles considerassem todos esses projetos inferiores em relação à concretização de seu desejo de possuir terras.¹³ Nesse ponto, os católicos do PPI é que se mostravam os mais decididos defensores da exigência da “terra para os que a cultivam”.

A maioria dos socialistas, contudo, considerava que a solução mais eficiente seria reunir vastas extensões de terra e entregá-las a cooperativas de camponeses para o cultivo. O objetivo de longo prazo dos socialistas era “a socialização da terra”, lema que surgiu durante a guerra e a Revolução Russa (embora os bolchevistas, ironicamente, tivessem se apropriado do *slogan* oposto: “a terra para os camponeses”). Nessas circunstâncias, aumentava ainda mais a hostilidade das classes fundiárias (senhores, pequenos proprietários camponeses e meeiros com a perspectiva de adquirir terras próprias) em relação aos socialistas. Estes últimos, além disso, eram a principal força de organização dos trabalhadores agrícolas em um sindicato (denominado *Federazione Lavoratori della Terra*) e os inspiradores das Ligas Socialistas, que apoiaram

a onda de greves dos trabalhadores agrícolas em 1919-20. Nessas greves, reivindicava-se uma jornada de oito horas de trabalho e aumentos salariais consideráveis, além da nacionalização da terra. Até socialistas moderados como Cláudio Treves denunciavam qualquer exigência de aumento do número de pequenos proprietários de terras como uma manobra católica para antepor obstáculos à disseminação das ideias socialistas.¹⁴ A abordagem coletivista preconizada pelos socialistas poderia ter funcionado, politicamente falando, no Vale do Po, onde os lavradores eram em sua maioria trabalhadores sem-terra, mas não na Toscana, região em que os meeiros eram particularmente numerosos (o que explica por que, em boa parte da Toscana, até os socialistas acabaram pregando “a terra para os camponeses”).

A ansiedade das classes fundiárias aumentou ainda mais depois das eleições locais do outono de 1920, quando os socialistas fizeram notáveis

avanços em muitas pequenas cidades da Emília Romana e da Toscana, enquanto os *Popolari* católicos adquiriam controle dos municípios em muitas regiões do Piemonte, da Lombardia e do Vêneto. O triunfo dos socialistas em Bolonha foi particularmente significativo, pois o PSI obteve 63% dos votos. Sete dos parlamentares locais passaram a ser socialistas, e o oitavo era do PPI. O velho Partido Liberal, defensor dos interesses das classes proprietárias locais, fora derrotado.¹⁵ Aqueles que assumiram o controle podiam distribuir empregos e contratos do setor público às suas próprias cooperativas. As autoridades locais socialistas elevaram os impostos sobre a propriedade enquanto as Câmaras do Trabalho socialistas adquiriam domínio sobre a contratação e a dispensa dos trabalhadores agrícolas, que obtiveram salários mais altos e menor carga horária de trabalho.¹⁶ As classes fundiárias e os notáveis que ditavam as regras no jogo político local se ressentiram. Todo o sistema de poder parecia ruir frente à ameaça vermelha.

Os grandes proprietários consideravam que o governo era negligente no combate às Ligas, por isso recrutavam seus próprios esquadrões, em geral entre os fascistas locais, que se apresentavam como anti-socialistas, e foram assim ampliando sua influência nas pequenas cidades do Vale do Po, da Toscana e da Úmbria. Para os agricultores, era difícil resistir à sedução da violência fascista. Temerosos de sofrer represálias da esquerda, eles relutavam em contratar a mão-de-obra de fura-greves. Esperavam que o Estado interviesse, mas o governo, como sempre fraco, receava arriscar-se a um confronto com a esquerda.¹⁷ Uma notícia publicada no principal diário de Bolonha citava um proprietário de terras que se queixava de ter sido informado pelas autoridades de que “o governo não tinha a menor condição de nos garantir o respeito da propriedade ou das pessoas”.¹⁸ Não surpreende, assim, que os proprietários se aproximassem cada vez mais dos fascistas. A violência praticada por estes, portanto, não era gratuita.¹⁹ Tinha alvos bem específicos, e uma forte base de apoio. Enquanto a direita se unia, a esquerda se dividia entre reformistas, maximalistas e comunistas. Além disso, a violência praticada pelos fascistas conseguiu atemorizar o eleitorado. Em Reggio Emília, reduto socialista onde eles haviam conseguido 50% dos votos em 1919, obtiveram apenas 5,9% em 1921,²⁰

Surgia um ambiente de desrespeito à lei. Os métodos brutais dos fascistas eram bem recebidos até por setores da imprensa liberal, presumindo-se que, uma vez cumprida sua missão, *os fascisti* poderiam ser

mantidos sob controle. As atividades desses *fascisti* rurais não encontraram qualquer obstáculo por parte das autoridades, e muito menos das Forças Armadas, que frequentemente simpatizavam com eles. Em geral a polícia sequer aparecia nos locais dos crimes cometidos por fascistas, ou chegava tarde demais, deixando de identificar os delinquentes. Era evidente sua parcialidade em favor dos fascistas e contra os socialistas.²¹ Em Brescia, Ferrara e outras cidades, policiais e *carabinieri* agindo por conta própria participavam dos atos de resistência dos fura-greves.²² Os oficiais mais jovens mostravam-se particularmente hostis aos socialistas, acusados de pacifismo e de serem os responsáveis pela “vitória mutilada”.

A indignação dos grandes proprietários foi ainda mais exacerbada pela má colheita de 1920, que reduziu ainda mais seus lucros.²³ Não surpreende, assim, que buscassem o apoio dos fascistas, que haviam se saído razoavelmente bem nas eleições locais e cuja propaganda alegava que defenderiam os direitos dos cidadãos durante as greves — em outras palavras, protegendo o trabalho dos fura-greves frente aos ataques dos socialistas.²⁴ Os grandes proprietários de terras e a burguesia profissional e comercial das províncias italianas uniram-se em torno de palavras de ordem, como a exemplificada em artigo de fundo publicado em um jornal de Ferrara, no início de novembro de 1920: “São necessárias novas forças jovens e corajosas. Felizmente, a recente luta eleitoral revelou-nos essas novas forças: os fascistas (...) Só eles têm o direito de falar em nome do futuro da Itália; só eles, que amam a juventude e a força, podem conter a onda de loucura que se abateu sobre a Itália”.²⁵ Era este o contexto da aliança entre os *squadristi* fascistas e os proprietários de terras, sendo aqueles financiados por estes. No fim de novembro de 1920, tornara-se explícita a aliança entre os senhores fundiários e o fascismo.²⁶ Aqueles que poderiam ter feito oposição, os católicos e os socialistas, estavam irremediavelmente divididos: “O movimento trabalhista rural resvalou para uma rixa entre suas duas partes constituintes”.²⁷

De qualquer maneira, já era tarde demais para a constituição de um partido agrário legítimo e funcional: os fascistas haviam se revelado a alternativa mais atraente.²⁸

A uma velocidade que ninguém poderia ter previsto, descortinou-se aos proprietários de terras a perspectiva de ver o odiado sindicalismo rural liquidado por um movimento, o de Mussolini, que parecia mais capaz de

representar suas aspirações de longo prazo: a defesa da propriedade privada, uma política externa nacionalista e a realização de obras públicas para fomentar a economia rural. Giolitti e Nitti pagavam o preço da excessiva concentração nas necessidades do setor industrial. Relegados, os proprietários fundiários das províncias do norte e do centro contra-atacavam, tendo como arma principal os esquadrões do fascismo.²⁹ Era o que se verificava até mesmo em regiões como a Toscana, onde não havia na história recente casos de confrontos violentos entre camponeses e proprietários de terra, como ocorrera em outras partes da península. Pois naquele instante ela se transformava em um dos centros da violência fascista no campo.³⁰

Como é sabido, o fascismo nasceu na *Piazza Sepolcro*, em Milão, em março de 1919, quando Mussolini anunciou a formação de seu movimento. Mas ninguém prestou atenção. No fim de 1920, a situação mudara de forma dramática. A nova plataforma de lançamento do fascismo era constituída pelas fortalezas “vermelhas” de Ferrara e Bolonha, onde o ressentimento da burguesia, que se considerava uma minoria oprimida, aumentara durante a guerra e nos anos subsequentes. Dali, o fascismo embarcou numa ofensiva em direção ao principal reduto socialista no campo, vale dizer, o resto do Vale do Po, a Toscana, a Umbria e até a região sul da Apúlia. Êxito gera êxito, e muitos se juntaram às fileiras do fascismo nos primeiros meses de 1921.³¹ Havia simpatia pelos fascistas em muitos setores. Numa circular de setembro de 1920, os chefes de Estado-Maior das Forças Armadas consideravam que os fascistas eram “forças vivas a serem eventualmente empregadas contra forças subversivas e antinacionais”.³² Para Gramsci, isto representava uma mudança de direção para a pequena burguesia italiana. Ela estivera outrora “escravizada ao poder parlamentar”; pois agora tornava-se antipar-lamentar, “imitando a classe trabalhadora e descendo às ruas”.³³

Contrariando as evidências, Mussolini negaria mais tarde que o fascismo jamais tivesse pretendido representar os interesses dos senhores fundiários, ao mesmo tempo afirmando que os pequenos proprietários de terras, meeiros e colonos, que unanimemente detestavam o socialismo, nada tinham a temer em relação ao fascismo.³⁴

Antes de chegar ao campo, o fascismo testara seu temperamento violento por seis meses em Trieste, onde, no dia 13 de julho de 1920, fascistas armados e nacionalistas atacaram os escritórios da minoria

eslovena no Hotel Balkan. Em setembro, Mussolini foi saudado como herói conquistador por toda a cidade — sendo Trieste uma das poucas cidades italianas em que os fascistas desfrutavam de amplo apoio na classe trabalhadora.³⁵ Com a ajuda das autoridades, clubes e jornais eslovenos foram sistematicamente depredados. O inimigo, então, era o nacionalismo eslavo, e não o socialismo.³⁶ Mas logo os fascistas se voltariam contra os socialistas, destruindo em 14-15 de outubro de 1920 a redação do diário socialista *Il la-voratore di Trieste* e a Câmara do Trabalho em Fiume. A violência estendeu-se então para o sul, na Emília: no dia 21 de novembro foi a vez do *Palazzo d'Accursio* em Bolonha, onde os fascistas abriram fogo contra um grupo reunido em comemoração à vitória eleitoral dos socialistas.³⁷ Nove pessoas morreram e 100 ficaram feridas. Em janeiro de 1921, novamente na Bolonha, os camisas-negras incendiaram a Câmara do Trabalho. As elites locais festejaram. Era sua vingança contra os tempos em que, antes mesmo da guerra, o Partido Socialista lhes parecia “um Estado dentro do Estado, com suas leis específicas e (...) órgãos executivos”.³⁸ Em janeiro de 1921, uma comissão parlamentar concluía: “O *fascio* não teria a grande importância que veio a adquirir na cidade de Bolonha (...) se não tivesse atraído a simpatia e o consenso da maioria dos cidadãos”.³⁹ Nos seis primeiros meses de 1921, os fascistas destruíram 119 Câmaras do Trabalho, 59 *Case delpopolo* (círculos culturais socialistas), 107 cooperativas, 83 escritórios das Ligas da Terra (*leghe contadine*, associações de trabalhadores agrícolas), gráficas socialistas, bibliotecas públicas e sociedades de ajuda mútua, num total de 726.⁴⁰ Entre fevereiro e maio de 1921 (quando se realizou a eleição geral), dirigentes socialistas foram intimidados e espancados, e em certos casos assassinados; cooperativas socialistas e do trabalho e agências de emprego foram deixadas em ruínas. As expedições punitivas dos *camice nere* deslocaram-se para o norte, em direção à Mântua e ao Vêneto, e para o sul, chegando à Bolonha e Ravena.⁴¹ O movimento espraiou-se para a Toscana e outras regiões, tendo como alvo especificamente as áreas “vermelhas”. Onde não havia um eleitorado socialista expressivo, a violência era apenas esporádica.⁴²

A violência surtia efeito: Ferrara, até então um reduto socialista, tornou-se fascista na eleição nacional de 15 de maio.⁴³ O derramamento de sangue teve prosseguimento por mais um ano e meio — até a “Marcha sobre Roma”. Ítalo Balbo, o líder dos *fascisti* de Ferrara, relatou com

satisfação a destruição e a violência infligidas num período de 24 horas, em julho de 1922, “destruindo e queimando (...) escritórios e prédios pertencentes a socialistas e comunistas. Foi uma noite terrível. Nossa passagem foi marcada por altas colunas de fogo e fumaça”.⁴⁴ “Nosso objetivo”, explicava ele, era “desmoralizar o Estado, destruir o atual regime e todas as suas veneráveis instituições. Quanto mais nossas ações fossem consideradas escandalosas, melhor”.⁴⁵

O teor da retórica da época — imitando D’Annunzio — pode ser percebido em documento de um dos muitos grupos estudantis de direita que surgiam na Itália, o “*appello*” lançado em abril de 1920 pelo *Consiglio Nazionale dell’Avanguardia Studentesca*:

*Se a Guerra celebrava para nós, que somos jovens, o glorioso relato épico da juventude consciente surgindo do sangue e das ruínas, de confrontos e batalhas mais abrasadores e vermelhos que o próprio Sol, para aqueles de vós que sois ainda mais jovens o atual ocaso de mediocridade e vil covardia não deve surgir como o implacável cinza do outono. Deveis senti-lo como anunciando a libertação da escuridão e a ascensão de uma radiosa aurora que nunca conhecerá crepúsculos.*⁴⁶

Quem eram os fascistas em 1920-22? Não é fácil saber. De acordo com seus próprios cálculos, em novembro de 1921, 24% eram “trabalhadores rurais”, 15,5% “trabalhadores industriais”, 13% estudantes (muito acima da média nacional), 11,9% pequenos agricultores, 14% profissionais liberais (muito além da média nacional) e 9% comerciantes (equivalente à média nacional). A substancial presença de trabalhadores rurais e industriais devia-se presumivelmente aos recentes êxitos fascistas no empenho de tomar dos socialistas o controle das bolsas de trabalho em muitas localidades. Os que quisessem emprego precisavam abandonar a fidelidade aos socialistas (ou aos *Popolari*) pela adesão aos fascistas. Mas a principal fonte de apoio aos fascistas eram certamente os estudantes colegiais e universitários. Em 1921, havia 49 mil estudantes universitários na Itália (5 mil mulheres) e 136 mil colegiais com mais de 15 anos (um terço composto por mulheres). A população estudantil masculina (colegial e universidade) era, portanto, de quase 135 mil, dos quais 19 mil eram fascistas militantes, proporção muito maior do que a de qualquer outro grupo populacional.⁴⁷

Esses militantes, em grande número jovens, e em esmagadora maioria do sexo masculino, evidentemente apreciavam atividades de cunho militar, a solidariedade e o companheirismo machista, assim como os flertes com a ideia de martírio. Para os que tinham passado pela experiência, era como estar em guerra novamente; para os que não haviam participado do conflito, era uma maneira de brincar de soldado, com riscos muito menores que os dos confrontos contra as equipadas tropas austríacas.⁴⁸ Os que aderiram ao movimento em 1920 e 1921 haviam sido atraídos por sua negatividade.⁴⁹ Sentiam-se consternados com os acontecimentos, embora de maneiras diferentes, e entraram para o partido que parecia se posicionar contra tudo que detestavam: liberais, socialistas, católicos, o Parlamento, os sindicatos, o bolchevismo e todos os fatores que parecessem limitar a liberdade desses grupos, essencialmente de classe média baixa.

Embora a violência tivesse se manifestado até a “Marcha sobre Roma”, o auge ocorreu indubitavelmente nos seis meses entre as eleições locais de novembro de 1920 e a eleição geral de maio de 1921. Em maio de 1921, Giolitti incluiu os fascistas em sua lista eleitoral, o *blocco nazionale*, legitimando-os. Depois disto, os fascistas passaram a ter duas abordagens: violência e legalidade. Desse modo, maio de 1921 foi uma data de extrema importância na ascensão de Mussolini ao poder.

Cabe perguntar por que Giolitti, que era primeiro-ministro nesses seis meses de violência, não só se eximiu de reprimir o movimento como o incluiu em sua lista eleitoral — o pior erro de sua carreira política. Parece evidente que Giolitti os subestimou de modo grosseiro: “Os candidatos fascistas”, declarou, “serão como fogos de artifício. Farão muito barulho, mas deixarão para trás apenas fumaça”.⁵⁰ Ele também se defrontava com o fato de que, se a nova eleição resultasse num Parlamento sem maioria definida, como em 1919, a crise política se agravaria. E havia ainda a consciência de que simplesmente era impossível conter a violência fascista.

Nos meses anteriores a maio de 1921, o fascismo conquistara o inequívoco apoio e estímulo dos proprietários fundiários, grandes e pequenos. Todos aqueles que odiavam o socialismo esqueceram suas divergências e saudaram os *camice tiere*; entre eles havia indivíduos de riqueza consolidada que temiam perdê-la, os que a haviam conquistado e se mostravam ávidos por defender seu *status* e os que tinham perdido dinheiro e prestígio e precisavam pôr a culpa em alguém. O liberalismo das classes médias italianas sempre fora superficial. Antes da guerra, elas confiavam

em Giolitti e afins porque não havia mais ninguém em quem confiar. Jamais impregnaram-se realmente do amor à democracia. Nessa nova circunstância, todas as suas frustrações, antigas e recentes, vinham à tona. Os fascistas, com sua linguagem sem rodeios, haveriam de dirimir os conflitos internos e restabelecer alguma ordem. E se para isto fossem necessárias ações mais duras, tudo bem. Como escreveria na época Mario Missiroli, editor do diário conservador *II Resto dei Carlino*, de Bolonha, a burguesia local se distinguia pela “ausência de sensibilidade política, decência e contenção moral”.⁵¹ E, no entanto, era o mesmo Missiroli que advertira em 1917 aos setores agrários:

*Vemos os setores agrários à margem, encolhendo-se, tímidos, com medo de se mover (...) Talvez não saibam que um vento africano vem soprando da Rússia (...) Será que não se dão conta de que existem na Itália homens capazes de se transformar em Lenin? (...) Não se conscientizaram de que uma colossal união contra a propriedade fundiária está sendo organizada?*⁵²

Naquele momento os proprietários fundiários tinham plena consciência, e haviam encontrado o seu Lenin.

O apoio tácito ou declarado das polícias locais e dos *carabinieri* (a polícia paramilitar nacional) foi decisivo para o sucesso do fascismo. Em muitas ocasiões os meios de transporte dos fascistas eram assegurados pelo Exército. O crescimento do movimento fascista, de acordo com Adrian Lyttelton, “foi fortemente ajudado e às vezes até propiciado pelo Exército regular (...) Os altos escalões do Exército continuavam a encarar o movimento fascista com ‘cautelosa benevolência?’ As tentativas do governo de dissuadi-los não eram “muito convictas”.⁵³

Giolitti percebeu que não conseguiria conter a violência fascista por meios militares. Isso se devia em parte ao fato de não poder contar com as forças da ordem pública nem com o Exército.⁵⁴ Deu-se conta de que o risco de não ser obedecido superava em muito as consequências que adviriam se agisse como sempre o fez: toda vez que se via ameaçado por um novo adversário, ele optava por compartilhar o poder, em vez de enfrentá-lo. Para ele, o que acontecia era apenas mais um capítulo do eterno conflito entre proprietários fundiários e trabalhadores.⁵⁵ Essa era, por conseguinte, uma avaliação completamente equivocada da situação. O erro seria agravado

quando Giolitti dissolveu o Parlamento, convocando novas eleições. Ele achava que podia alcançar o resultado esperado, como fizera repetidas vezes nos anos anteriores à Primeira Guerra Mundial. Também acreditava que a perspectiva de uma eleição levaria a uma diminuição da violência. Mas não foi o que aconteceu. A violência aumentou, assim como o número de vítimas fatais.

Os resultados pareceram inicialmente justificar Giolitti. Os socialistas caíram para 24% dos votos (de 32% em 1919), perdendo um quinto das cadeiras (de 156 para 123). A esquerda estava, assim, mais dividida que nunca, pois o Partido Comunista obteve 15 assentos e pouco menos de 5% dos votos. O PPI melhorou ligeiramente em relação aos 20% de deputados eleitos em 1919, conquistando mais oito assentos. Os fascistas conquistaram 35 assentos pela lista de Giolitti. Nem de longe constituíam uma força parlamentar importante, e, de qualquer maneira, em vez de apoiar Giolitti, logo engrossaram as fileiras da oposição, com Mussolini mantendo-se isolado na extrema direita.

Os maiores avanços dos fascistas registraram-se em províncias nas quais a esquerda também obteve o maior apoio — vale dizer, regiões onde eram mais intensos os confrontos entre a esquerda e a direita.⁵⁶ Os socialistas, contudo, ainda eram o maior partido, ficando o PPI em segundo lugar. Mas o país parecia como sempre ingovernável, com um excesso de partidos ocupando os 535 assentos da Câmara dos Deputados.

Os fascistas entraram no Parlamento “ostentando seu desrespeito”.⁵⁷ Mas a conquista de uma aparente respeitabilidade política tinha seu preço. A truculenta retórica que acompanhou a meteórica ascensão do fascismo precisava agora ser contemplada pela arte da moderação e da adaptação. Foi aí que Mussolini, até então participante insignificante do drama da política italiana do pós-guerra, veio a se afirmar. É verdade que tinha apenas 37 anos, mas já vivia há quase 20 no meio político. Sabia que sua missão consistia em acalmar os seguidores mais violentos, mas sem aliená-los nem abrandá-los tanto que eles deixassem de ser vistos como uma ameaça.

Eleição de maio de 1921 (Câmara dos Deputados)

	Percentual	Assentos

	dos votos	
<i>Partito Nazionale Fascista</i>	0,5	2
<i>Blocchi Nazionali</i>		
(incluindo candidatos fascistas)	19,1	105
<i>Partito dei Combattenti</i> (veteranos)	1,7	10
<i>Partito Economico</i>	0,8	5
<i>Partito Democrático Reformista</i>	1,8	11
<i>Partito Democrático Sociale</i>	4,7	29
<i>Partito Liberale Democrático</i>	10,4	68
<i>Partito Liberale</i>	7,1	43
<i>Partito Popolare Italiano</i> (católico)	20,4	108
<i>Partito Repubblicano Italiano</i>	1,9	6
<i>Partito Socialisti Indipendenti</i> (reformistas)	0,6	1
<i>Partito Socialista</i>	24,7	123
Partido Comunista (PCI)	4,6	15
Listas das minorias linguísticas		
(eslavos e germanófonos)	1,3	9
Outros	0,4	0
	100	535

O sucessor de Giolitti na chefia do governo foi Ivanoè Bonomi, antigo reformista socialista e aliado de Bissolati. Ele era o ministro da Guerra quando os esquadrões fascistas devastaram as “áreas vermelhas”, tendo direta ou indiretamente tolerado a violência fascista. Agora, como primeiro-ministro, pedia o seu fim, apelando diretamente a Mussolini para que entrasse em entendimento com os socialistas num “*patto di pacificazione*”.

Mussolini imediatamente entendeu que chegara o momento de sacar o trunfo da moderação. O *patto di pacificazione* foi assinado no dia 3 de agosto de 1921. Cada um dos lados comprometia-se a abrir mão de atos de violência. Mussolini dissera aos seguidores que o importante eram a disciplina e a obediência ao líder. Nem todos aceitaram esse *dictat*. Os

fascistas mais militantes, como Dino Grandi e Ítalo Balbo, ficaram furiosos, em parte porque tinham recebido fundos de senhores agrários locais para sufocar o socialismo rural e o trabalho não fora concluído. Mussolini ameaçou renunciar, declarando em seguida que chegara a hora de transformar seus *Fasci di combattimento* num partido político devidamente constituído:

*É necessário formar um partido organizado e disciplinado que possa, quando necessário, transformar-se num exército capaz de recorrer à violência de forma defensiva ou ofensiva. Esse partido precisa ter uma mente, ou seja, um programa. Pressupostos teóricos e práticos terão de ser revistos, ampliados e, se necessário, abandonados.*⁵⁸

As queixas e os atos de violência continuaram, naturalmente, mas como não havia mais ninguém capaz de aspirar à sucessão e tornar-se o líder do fascismo, Mussolini tinha liberdade para capitalizar as credenciais que já adquirira junto à Itália “respeitável”. Sua posição ambígua entre a ala intransigente e insurrecionária do fascismo e o lado legalista rendia frutos: em política, frequentemente ser vago surte efeito.

Foi somente a essa altura, pouco mais de um ano antes da “Marcha sobre Roma”, que Mussolini aparentemente traçou um plano. Era importante estabelecer vínculos com as diferentes forças políticas e sociais que realmente importavam no país: a monarquia, a Igreja e os industriais. E ele tratou de instituir a paz com cada uma delas.

Os primeiros a ser tranquilizados foram os industriais. Em um de seus raros discursos na Câmara dos Deputados em 1921, Mussolini declarou que a política econômica fascista seria liberal e não socialista, embora o fascismo não fosse liberal, tampouco nacionalista, democrata ou católico. O fascismo era o fascismo, disse ele, com ar decidido. “Essa identificação é um sinal de força (...) O fascismo está destinado a representar na história italiana uma síntese entre as teorias indestrutíveis do liberalismo econômico e as novas forças do universo do trabalho”.⁵⁹ Até pouco tempo antes, escrevera ele em fevereiro de 1922, a esquerda representava a mudança e o progresso, enquanto a direita representava a reação e o conservadorismo, mas os fatos tinham mudado. Terminara a era da esquerda e da democracia (1848 a 1920). Se o século XIX fora o século da revolução, o século XX

seria o da restauração. A democracia saía de cena. O capitalismo já não precisava dela: “Acabara a orgia da indisciplina”.⁶⁰

Como reagiram os industriais diante de Mussolini? Em 1922, depois da “Marcha sobre Roma” e da nomeação de Mussolini para a chefia de governo, a maioria deles deu boas-vindas ao fascismo, assim como a maior parte do *establishment* liberal. Mas será que o fizeram porque eram burgueses ricos, dando-se conta de que os fascistas ficariam a seu lado? O capitalismo italiano efetivamente precisava de um governo autoritário e forte? Afinal, os industriais nem sempre têm os mesmos interesses. Uns eram a favor do protecionismo e da intervenção do Estado; outros, do *laissez-faire* e mercados desregulados. Entretanto, como a produtividade italiana era inferior à dos concorrentes estrangeiros, todos queriam salários baixos. Havia, portanto, bons motivos para se posicionar contra greves, sindicatos e socialistas, alinhando-se com aqueles que reprimiam greves, incendiavam as propriedades dos socialistas e consideravam como traidores os trabalhadores filiados a sindicatos. No que dizia respeito aos industriais, todavia, o período de emergência, no qual os socialistas tornavam-se mais fortes e os trabalhadores ocupavam fábricas, chegara ao fim. Em 1921, os “vermelhos” tinham sido derrotados.

Durante a guerra, a maioria dos empresários, especialmente nos setores da indústria química e do aço, tinha se posicionado a favor da intervenção, apoiando financeiramente a imprensa intervencionista, até mesmo a de Mussolini. Seu *II Popolo d'Italia* efetivamente recebeu ajuda, mas não de maneira significativa, e em 1920 o jornal enfrentava dificuldades financeiras.⁶¹ Os industriais ainda não confiavam em Mussolini, pois sabiam que fora socialista e ainda usava uma retórica socialista. Mussolini deu-se conta disto, tratando, em 1921, de adaptar sua linguagem para o liberalismo econômico e abandonar os princípios de intervencionismo estatal até então apregoados por ele. Em 1922, para todos os efeitos, aderira plenamente ao liberalismo econômico, sendo elogiado por um intransigente liberal em matéria econômica como Luigi Einaudi, que no dia 7 de junho de 1922 acusou o prefeito de Bolonha de bolchevismo por tentar conter a violência fascista.⁶²

O *Corriere della sera* e Einaudi ficaram igualmente impressionados com o discurso pronunciado por Mussolini em Udine, a 20 de setembro de 1922, quando declarou:

*Queremos retirar do Estado todos os seus poderes econômicos. Basta de ferroviários estatais, carteiros estatais, seguradores estatais. Basta desse Estado mantido à custa dos contribuintes e pondo em risco as exauridas finanças do Estado italiano. A polícia deve permanecer, pois protege as pessoas honestas de ladrões e malvados; o educador estatal deve permanecer, em benefício das novas gerações; as Forças Armadas devem permanecer, pois protegem as fronteiras da Pátria; e a política externa deve permanecer.*⁶³

Mas não era uma posição inteiramente nova. No dia 6 de abril de 1920, em artigo sobre a economia de tempo à luz do dia publicado no *II Popolo d'Italia*, Mussolini lançara-se numa invectiva antiestatal de traços nitidamente liberais, embora na época praticamente ninguém o percebesse:

*Também sou contrário ao novo horário legal porque ele representa mais uma forma de intervenção e coerção do Estado (...) Começo com o indivíduo e me volto contra o Estado (...) O Estado, com sua enorme máquina burocrática, é asfixiante. O indivíduo podia tolerar o Estado quando era simplesmente um soldado ou um policial. Mas agora o Estado é tudo: banqueiro, fornecedor de créditos, proprietário de cassinos, cafetão, segurador, carteiro, ferroviário, empreendedor, industrial, professor (...) O Estado controla tudo, causando apenas danos: cada uma de suas atividades é um desastre.*⁶⁴

Em 1922, naturalmente, todos prestavam atenção a cada palavra de Mussolini. Ettore Conti era um industrial burguês, e se orgulhava disso. Em 1922, era também senador e presidente da associação dos industriais (a *Confindustria*). Até o fim de 1921, Mussolini não é mencionado em seu diário. No início de 1922, contudo, ele registrava com visível satisfação que as massas italianas finalmente pareciam ter-se imbuído do adequado espírito patriótico, que o mito de Lenin já não era tão forte nelas e que reagiam contra o socialismo e a violência socialista.⁶⁵ Isto se devia em parte, considerava ele, a Mussolini e seus partidários fascistas:

Um homem dessa magnitude, que defende os frutos da vitória; que se posiciona contra as ligas camponesas que maltratam e ameaçam os proprietários, seus bens e suas colheitas; que é inimigo daqueles que

*pretendem estabelecer o domínio da Foice e do Martelo; que confia mais nas elites que nas massas, não é alguém que desagrade à Confederazione Industriale (...) Espero que ele e os fascistas participem de um governo de maior autoridade que o do fraco [Luigi] Facta.*⁶⁶

E quando Mussolini finalmente foi nomeado primeiro-ministro, Conti escreveu: “Se ele conseguir esquecer de onde veio e obter o apoio de outros partidos, será capaz de beneficiar o país”.⁶⁷ Ele certamente se sentiria reconfortado com a famosa entrevista de Mussolini ao *Manchester Guardian*, uma semana antes da Marcha, que parecia selar a aliança entre o fascismo e o liberalismo econômico. Seu tom era tranquilizador: “Nossas políticas serão completamente liberais.” Um governo fascista inauguraria uma nova era de liberdade econômica, gastaria menos e receberia mais, mantendo equilibrada a balança de exportações e importações. Mesmo que os italianos tivessem menos para comer, os gastos públicos seriam reduzidos ao mínimo.⁶⁸

Antes de 1922, os industriais ignoravam o fascismo ou se mostravam indiferentes. Ao longo de 1922, mantiveram-se basicamente calados sobre o advento do fascismo. Era quase como se tivessem medo de tomar partido ou não conseguissem reunir coragem para apoiar abertamente o fascismo.⁶⁹ À medida que os fascistas se fortaleciam, os industriais passaram a simpatizar com eles, como tantos outros que até recentemente defendiam a importância da democracia. No momento em que Mussolini foi designado primeiro-ministro, a maioria dos capitalistas passou a apoiá-lo praticamente sem reservas. No dia 29 de outubro de 1922, a *Confindustria* aprovou de maneira entusiasmada o novo governo (antes mesmo que Mussolini aceitasse formalmente a nomeação).⁷⁰ De qualquer forma, os industriais não podiam mais apoiar Giolitti, pois ficaram totalmente alheios às propostas econômicas que ele fizera em 1921 como primeiro-ministro. O fato de Giolitti ter abolido a garantia de anonimato nas transações com ações causou alarme ainda maior que a proposta de que fossem “confiscados” os lucros de guerra, provavelmente porque todos sabiam que o confisco não tinha chances de ser imposto, ao passo que o fim do anonimato representava uma séria ameaça, um golpe na generalizada evasão fiscal.⁷¹

Isso não quer dizer que os industriais (ou, antes, sua associação, a *Confindustria*) tivessem se tornado pró-fascistas. Se dependesse de sua

preferência, o novo governo seria chefiado por um liberal. Quer dizer apenas que eles também estavam convencidos da generalizada convicção de que não só não deviam ser tomadas iniciativas contra os fascistas, como era necessário entrar em acordo com eles, pois haviam se tornado a principal força anti-socialista do país.

Foi o que levou muitos industriais a declarar, uma vez instalado Mussolini na função de primeiro-ministro, que pela primeira vez tinham um governo claramente a seu lado.⁷² E embora muitos liberais logo começassem a se questionar a respeito, os industriais passaram a se mostrar mais entusiásticos. Quando Luigi Albertini, o editor do *Corriere della sera*, aderiu ao campo antifascista em 1923 (tendo apoiado Mussolini com relutância em 1922), enfrentou a hostilidade da *Confindustria*, logo sendo expulso. Após o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti, em junho de 1924 (ver página 151), Einaudi ficou chocado com o silêncio dos industriais, continuando a sustentar que, quaisquer que fossem os desmandos de Mussolini ou de seus seguidores, nada representavam em comparação com aquilo que os bolchevistas teriam cometido se lhes fosse permitido.⁷³

Depois da nomeação de Mussolini como primeiro-ministro, os industriais sentiram-se ainda mais recompensados com a designação de Alberto De Stefani, um intransigente liberal, como ministro das Finanças — para alegria de Luigi Einaudi.⁷⁴ De Stefani reduziu impostos, aboliu isenções fiscais que beneficiavam contribuintes de baixa renda, facilitou as transações com ações e a evasão fiscal reintroduzindo o anonimato (abolido por Giolitti), eliminou a regulamentação dos aluguéis, privatizou os seguros de vida (introduzidos por Giolitti) e transferiu a gestão do sistema de telefonia para o setor privado. Os fascistas tiveram sorte ao chegar ao governo no fim da crise econômica do pós-guerra, que deu lugar a um período de considerável crescimento econômico (a produção manufatureira aumentou em mais de 50% entre 1921 e 1925. Só o Japão crescia mais rapidamente).⁷⁵ Mas os industriais ainda estavam preocupados. Tinham ficado satisfeitos com a abolição dos sindicatos comerciais em 1925 e sua substituição por organizações de trabalhadores controladas pelos fascistas. Estas, contudo, precisavam manter credibilidade junto aos trabalhadores filiados compulsoriamente, não podendo se comportar, portanto, da maneira como agradaria aos industriais. A “luta de classes”, assim, não desapareceu completamente, como assinalou o dirigente comunista Togliatti.⁷⁶ Mas não

havia motivo de excessiva preocupação para os industriais: os aumentos de salário seriam contidos ao longo dos 20 anos de fascismo.

Assim como se aproximava do universo dos negócios, Mussolini também deixou de lado todo e qualquer vestígio de seu antimonarquismo, declarando ser possível renovar a política italiana sem acabar com a monarquia, e que esta não tinha interesse em criar obstáculos ao avanço da revolução fascista. “Devemos ter a coragem de ser monarquistas”, declarou em Udine, a 20 de setembro de 1922.⁷⁷ Dias antes da “Marcha sobre Roma”, no comício organizado pelos fascistas em Nápoles, a 24 de outubro de 1922, afirmou do palanque que não havia motivos para que a monarquia se posicionasse contra eles, pois tanto os fascistas quanto os monarquistas se empenhavam pela unidade do país, sem se preocupar com a democracia. E os fascistas tampouco queriam privar o povo do seu “brinquedo”, ou seja, o Parlamento — sabendo-se que, para a maioria dos italianos, ele realmente era pouco mais que um brinquedo, já que seis milhões dos 11 milhões de eleitores nem se davam ao trabalho de votar.⁷⁸ A massa passou então a clamar “Viva o rei!”, deixando claro o compromisso dos fascistas no apoio à monarquia, um compromisso reforçado pelo fato de ser o regime monárquico muito mais popular no sul, especialmente em Nápoles, que no norte. Não podia ser uma surpresa para as massas, portanto, quando Mussolini, ao chegar em Roma no dia 30 de outubro de 1922, gritou para a multidão: “*Viva il Re! Viva l’Italia! Viva il fascismo!*”⁷⁹

A conciliação com a Igreja foi mais difícil. Mas Mussolini tentou. Em seu primeiro discurso na Câmara dos Deputados, em 21 de junho de 1921, ele declarou que “o fascismo não prega o anticlericalismo”; o anticlericalismo era um “anacronismo”; “hoje as tradições latinas e imperiais de Roma são representadas pelo catolicismo”; “o Estado secular deveria fornecer ao Vaticano toda a ajuda material necessária para escolas, igrejas, hospitais etc.” desde que o Vaticano renunciasse ao poder temporal. E para completar, ele se declarou contrário ao divórcio.⁸⁰ Quando da morte do papa Bento XV, Mussolini, em artigo publicado em *Il Popolo d’Italia*, em 24 de janeiro de 1922, abordava respeitosamente a posição internacional da Igreja Católica, manifestava esperança na reconciliação entre o Estado italiano e o Vaticano e condenava o anticlericalismo dos “charlatões”.⁸¹ Uma semana depois, em entrevista ao *Resto dei Carlino*, ele lamentava que a queda do governo Bonomi tivesse dificultado que a Câmara dos Deputados prestasse as devidas homenagens à morte do pontífice.⁸² Em 27

de julho de 1922, reiterava que o fascismo não era anti-religioso nem anticatólico: “Nossa posição é muito mais sutil que o medíocre anticlericalismo do período anterior à guerra”.⁸³

O empenho em tranquilizar a Igreja era apenas parte da operação. Não menos importante era acalmar o partido católico, o PPI. Este, no entanto, estava profundamente dividido, mais um fator em favor de Mussolini. Havia uma corrente católica “de esquerda” voltada para uma espécie de catolicismo social baseado numa rede de cooperativas e sindicatos “brancos”.⁸⁴ O objetivo era assegurar que o catolicismo político avançasse em uma direta competição com o socialismo (seguindo as diretivas da encíclica papal *Rerum Novarum*, de 1891). Os sindicatos brancos não se opuseram à ocupação das fábricas em 1920, mas tampouco as apoiaram. Muito mais firme foi a reação dos católicos à violência fascista nas regiões rurais. Por este motivo, foram chamados de “bolchevistas brancos”, sendo seus escritórios atacados por camisas-negras com quase tanto vigor quanto os dos “vermelhos”.⁸⁵ Os católicos mais ao centro perceberam que era necessária uma espécie de frente comum com os liberais, mas se mantinham estritamente contrários a Giolitti, em parte porque sua decisão de cobrar impostos sobre os lucros das negociações de ações também penalizava ordens religiosas e o Vaticano, mas também porque Giolitti relutava em conferir aos sindicatos brancos o reconhecimento que se dispusera a conceder aos socialistas.

Evidentemente poucos se davam conta, em 1921, de que a Itália estava à beira do abismo. Na verdade, o PPI, como os socialistas, não tinha estratégia nem planos. A morte de Bento XV privou o partido de seu mais forte protetor no Vaticano. O sucessor, Pio XI, era um representante da Lombardia muito conservador, não propriamente apaixonado pela democracia e virulentamente anticomunista.⁸⁶ A política do Vaticano ia se afastando de maneira gradual do PPI, à medida que o partido barganhava com os socialistas reformistas em questões como educação, esperando levá-los a apoiar um governo liberal. Mas os acontecimentos se desdobraram com mais rapidez que o previsto. Os fascistas ganharam poder e prestígio. O Vaticano pressionou o PPI para que não se isolasse, abrindo caminho para sua aquiescência formal ao novo governo de Mussolini, no fim de outubro de 1922.

Em 1922, Mussolini se achava em posição excepcionalmente favorável. Os socialistas haviam sido prejudicados pela ocupação das

fábricas e mostravam-se divididos; os liberais já não tinham condições de formar um governo; os católicos estavam divididos. A violência dos fascistas no campo recebera amplo apoio, e eles foram recompensados com assentos no Parlamento. Mussolini já era tido como um respeitável estadista. Ainda preocupado em reagir aos erros dos outros, evitava cometer os seus próprios. Fez o possível para garantir que os componentes mais duros de seu partido não tivessem condições de ditar as políticas, advertindo que os fascistas eram “um partido eleitoral”, disposto a participar conscientemente das disputas eleitorais.⁸⁷ Afirmava que, embora o fascismo não pudesse apoiar o Estado italiano então existente, trataria de fazê-lo para evitar um “Estado socialista” ou um “antiestado anarquista”.⁸⁸

Os *fascisti* estavam ensinando aos italianos, e especialmente à burguesia, que a violência era legítima, já que o Estado era por demais fraco, corrupto e covarde para impor sua vontade, fazendo uso do monopólio da força de que dispunha. Era necessário, portanto, estabelecer um Estado paralelo, não para destruir o antigo, mas para fortalecer seu modo de agir. Em seu discurso aos fascistas de Milão, em 4 de outubro de 1922, Mussolini explicou que “o Estado liberal” era “apenas uma máscara por trás da qual não existe um rosto; um andaime por trás do qual não há edificação, uma força sem alma”.⁸⁹

Como as autoridades e as classes médias toleravam a violência, os fascistas continuaram a empregá-la impunemente ao longo de 1922. No dia 3 de agosto, quando os fascistas tomaram o Palazzo Marino — a sede da prefeitura de Milão — e expulsaram o conselho socialista, o magistrado local, Antonio Raimondi, recebeu ordens de não intervir.⁹⁰ Há alguns anos Milão era governada pelos socialistas, mas também era o centro comercial e financeiro da Itália e a cidade “burguesa” por excelência. O *Corriere della sera*, considerado o órgão das elites financeiras e comerciais milanesas, noticiou o ato de violência sem qualquer palavra de condenação.

No início de outubro de 1922, os fascistas também ocuparam Trento e Bolzano, forçando a renúncia do prefeito, que havia sido nomeado pelo governo nacional. O governo não reagiu. No verão de 1922, quando o Partido Socialista convocou uma greve para exigir a volta à legalidade (o *sciopero legalitarió*), os fascistas trataram de reprimi-la, tomando o lugar das autoridades para restabelecer sua própria “ordem”. Com medo ainda maior dos “vermelhos” que dos “negros”, o antigo *establishment* juntou-se

aos segundos. Antonio Salandra observaria em suas memórias que “todas as classes interessadas na ordem pública” não tinham qualquer dúvida, “com ou sem razão”, de que o fascismo era a última fortaleza válida frente à anarquia e à subversão.⁹¹

A disposição do Estado a tolerar os atos de violência dos fascistas, suas reiteradas práticas ilegais, o uso de uniformes e o fato de se comportarem como um Estado dentro do Estado começaram a causar perplexidade entre os próprios fascistas. Um dos mais leais e próximos seguidores de Mussolini, Cesare Rossi, escreveu que se houvesse na Itália um governo digno desse nome, teria mandado que a polícia e os *carabinieri* dispersassem-nos. Não se concebia, prosseguia ele, que um Estado, dotado de Exército e polícia próprios, pudesse permitir a existência de bandos armados com hierarquia e regulamentos de caráter militar: “Isto demonstra que na Itália não existe um Estado. Não adianta; somos forçados a assumir o comando. De outra maneira, a história da Itália seria uma piada”.⁹²

Os fascistas eram aparentemente os senhores da Itália, dispostos a fazer o trabalho sujo em nome de uma burguesia assustada. O *Corriere della sera* oscilava entre um vago desconforto com seus “excessos” e uma resignada aceitação do fato de que indivíduos truculentos tivessem de se desincumbir daquilo que as classes dominantes não queriam e não eram capazes de fazer. No editorial assinado por Luigi Albertini, o editor, em agosto de 1922, condenava a greve “legalista” dos socialistas com termos exaltados (“um enorme desastre abateu-se sobre toda a nação”) que nunca utilizou contra os fascistas.⁹³ Na imprensa liberal, só o *La Stampa*, de Turim, manteve-se alinhado com a legalidade.⁹⁴ Publicado em Milão, o *Corriere della sera* era o principal jornal da Itália, vendendo cerca de 450 mil exemplares e sendo considerado a voz da burguesia “moderna” e esclarecida. Seu editor, Albertini, ativo adepto do intervencionismo desde 1915, detestava Giolitti, acusando-o com frequência de pretender impor uma ditadura no país e de haver tentado manter a Itália fora da guerra. Quando Mussolini lançou seu movimento, em 1919, o *Corriere* observou com certa satisfação, em artigo no dia 23 de março, que ele fora um intervencionista. Posteriormente, contudo, as poucas referências ao fascismo ficavam relegadas à seção do jornal dedicada às “notícias locais”, não raro acompanhadas de lembretes aos leitores de que se tratava de um movimento voltado contra as ameaças e a propaganda leninistas.⁹⁵

Em abril de 1921, Albertini já saudava o fascismo como “a mais extremada expressão de uma nova consciência nacional” — o que não chegava a constituir um completo apoio, mas tampouco era uma crítica.⁹⁶ Ao longo de 1922, o *Corriere* considerou os socialistas, e não os fascistas, como a principal ameaça ao país, exigindo um governo “forte”.⁹⁷ Reiteradamente culpava os socialistas, e não os fascistas, pela violência,⁹⁸ afirmando que estes estavam simplesmente reagindo à violência daqueles e afirmando que, se o governo fosse capaz de enfrentar efetivamente os socialistas, não haveria mais necessidade de que os fascistas entoassem *slogans* revolucionários⁹⁹ — e, de qualquer maneira, os fascistas não pretendiam impor uma ditadura.¹⁰⁰ Em setembro, o tom foi ficando cada vez mais pró-fascista. Os fascistas — escrevia o *Corriere* — tinham aceitado o liberalismo econômico e estavam imbuídos de uma mentalidade muito mais aberta que os socialistas.¹⁰¹ O jornal se rejubilava pelo discurso de Mussolini em Udine, pois reconhecia os princípios democráticos fundamentais do Estado.¹⁰² No dia 6 de outubro, o *Corriere* publicou na primeira página uma tranquilizadora entrevista com Michele Bianchi, secretário-geral do Partido Fascista, que exclamava, ao ser perguntado se os fascistas estavam preparando um golpe: “Uma marcha militar sobre Roma? Um *coup d'état*? (...) Quem foi que inventou essas fantasias? Claro que é verdade que estamos discutindo uma marcha sobre Roma, mas seria uma marcha espiritual, totalmente legal”.¹⁰³

Mas o *Corriere* começava a se preocupar. Os fascistas tinham ocupado Trento e Bolzano. Mussolini começara a falar de um novo Estado fascista enquanto o jornal ainda defendia o Estado liberal, algo a que se referia como “o espírito do Ocidente”.¹⁰⁴ Qual seria a solução? No editorial intitulado “Um clima de crise”, o jornal observava que havia uma divisão no interior do governo entre os que queriam tomar medidas firmes contra os fascistas e os que achavam que eles poderiam ser convencidos a se eximir de atos de violência. O jornal se alinhava a estes, acrescentando que talvez os fascistas pudessem ser convencidos a entrar para o governo.¹⁰⁵ A partir de então, o *Corriere delia sera* ressaltaria que a única solução era integrar os fascistas à coalizão de governo, antes mesmo que Mussolini o sugerisse abertamente.

Ao ser instalado, em 10 de agosto de 1922, o segundo governo de Luigi Facta, o último antes do fascismo, os fascistas já tinham imposto sua

vontade, conseguindo a renúncia dos prefeitos de uma série de cidades do centro da Itália. Em outubro, o Partido Fascista tornara-se, para todos os efeitos, um “contra-Estado”, com seu próprio “exército” (a Milizia) e seus uniformes. O diário fascista *Il Popolo d'Italia* chegou a publicar, em 3 de outubro, o “regulamento” da Milizia. Se houvesse efetivamente um Estado em funcionamento, teria extinguido a Milizia, recorrendo a seu Exército e à força policial. Mas o governo de Facta tinha de governo apenas o nome: “Precisamos de um governo mais forte”, *un governo piú forte*, proclamava o editorial do *Corriere della sera*.¹⁰⁶ A reivindicação de um governo mais forte era agora retomada pela vasta maioria dos liberais. O ex-primeiro-ministro Nitti, em discurso pronunciado dez dias antes do advento de Mussolini, defendia a tese com típico realismo: “A Itália gasta muito”, explicava; “gasta mais do que produz.” Seriam necessários certos sacrifícios, não poderia haver greves no setor público, as pessoas deveriam ter confiança no mercado e acima de tudo o país precisaria de um governo forte — não importando “que seja de esquerda ou de direita”.¹⁰⁷

5. “Precisamos de um governo forte”

Que alternativas haveria para evitar a integração dos fascistas a uma coalizão governamental? Existiria alguma chance de um governo de união nacional antifascista baseado numa aliança entre os socialistas e o PPI — os principais partidos antifascistas? No início de 1922, a gravidade da crise política tornara-se tão evidente que alguns socialistas estavam convencidos da necessidade de buscar uma aliança com os *popolari* do PPI. Mas os socialistas mostravam-se tão divididos que se os reformistas tivessem alinhado-se com os católicos, os maximalistas o teriam tido como uma confirmação de sua convicção de que os reformistas já não se distinguiam dos partidos burgueses. E os reformistas e os *popolari* juntos não eram suficientemente fortes para formar um governo. Seria necessário envolver também os maximalistas, que, no entanto, eram dogmáticos por demais para dar esse passo.

Os *popolari* seriam capazes de se mostrar receptivos a uma parceria tão improvável? Eles e os socialistas, afinal, enfrentavam o mesmo inimigo, já que ambas as correntes vinham tentando organizar as massas rurais e ambas tinham sido submetidas à violência fascista. Mas nunca se chegou a pensar seriamente que Don Sturzo e Filippo Turati pudessem participar do mesmo governo, embora alguns de seus seguidores chegassem a contemplar um acordo nesse sentido.¹ Alguns pactos efetivamente foram firmados em nível local, particularmente em Bérgamo (agosto de 1921) e Cremona (março de 1922), mas as lideranças do PSI e do PPI recusaram-se a estabelecer uma aliança nacional.² E em julho de 1922, enquanto Luigi Facta tentava salvar seu primeiro governo (após suceder ao malfadado Ivanoè Bonomi, em fevereiro de 1922) e negociava com os *popolari*, os fascistas depredaram a residência do dirigente local dos *popolari* de “esquerda” em Cremona, Guido Miglioli. Facta condenou a violência, mas nada fez para impedi-la. Os *popolari* derrubaram o governo, mas continuaram a negociar. Quanto aos socialistas, decretaram que Miglioli era um “blefe”, uma “fraude” e um lacaios dos patrões.³

Don Sturzo, o líder do PPI, poderia ter selado um pacto com Turati, mas seria denunciado pelo Vaticano, que passara a considerar Mussolini aceitável, tendo ele descartado seu anticlericalismo com a indiferença de alguém que se livra de um velho par de chinelos, úteis quando novos, mas embaraçosos depois de velhos.⁴ Por este motivo é que, a 25 de setembro de 1922, em plenos preparativos para as eleições locais em Milão, o PPI aderiu a um amorpho “bloco nacional”, juntamente com os liberais, os nacionalistas e os fascistas, para prevenir a possibilidade de um prefeito socialista.

A divisão interna do Partido Socialista chegou ao auge nas semanas que antecederam a ascensão de Mussolini ao poder, quando realizou seu congresso em Roma. No exato momento em que o “bloco burguês” estava a ponto de se unir sob a bandeira do fascismo, a esquerda entregava-se à desordem, e, o que é pior, nem se dava conta. A maioria maximalista, embora não se dispusesse exatamente a se alinhar com os comunistas e aderir à Terceira Internacional de Lenin, decidira que finalmente havia chegado o momento de romper com os reformistas e expulsá-los.

A essa altura, a Itália dispunha de três partidos de esquerda: o Partido Comunista (fundado em 1921), o Partido Socialista dirigido pelo líder maximalista Giacinto Serrati e o novo Partido Socialista unitário de tendência reformista, comandando por Filippo Turati e Giacomo Matteotti. Se a esquerda estivesse unida, continuaria sendo a maior força no Parlamento, e se tivesse a possibilidade de concluir um pacto com o *Partito Popolare*, existiria uma maioria antifascista. As divisões no campo socialista não eram meras rivalidades pessoais, sendo causadas por autênticas divergências doutrinárias e políticas. Não havia, assim, a possibilidade de um Partido Socialista unido. Os maximalistas tinham razão ao acusar os reformistas de se iludirem: já passara o momento de convencer a parte mais esclarecida da burguesia italiana (representada por Giolitti e Francesco Saverio Nitti) a abraçar a causa das reformas. Essas alternativas não mais existiam.

Mas não apenas os socialistas estavam divididos. O PPI também oscilava entre uma ala “social”, na tentativa de organizar operários e camponeses católicos e defrontando-se com a violência fascista, e a ala mais “política”, liderada por Don Sturzo e mais próxima do Vaticano.

O *establishment* liberal também resvalara para a confusão, especialmente depois da queda do primeiro governo Facta, em julho de

1922. Nenhum dos antigos dirigentes do Partido Liberal dispunha-se a disputar a sucessão. Durante a crise, Giolitti permaneceu na estação de águas em Vichy. Por isto é que Luigi Facta, o mais relutante dos primeiros ministros (e leal protegido de Giolitti), voltou a ser nomeado pelo rei — para desespero de sua mulher, Maria, que

escreveu à filha mal poder esperar pelo momento em que “Papai” haveria de se livrar da política, atividade que considerava cada vez mais “repugnante”.⁵ No dia 21 de outubro — uma semana antes da “Marcha sobre Roma” —, a correspondência de Facta com a mulher (cansada de Roma, ela retornara a Pinerolo, no Piemonte) nos mostra um homem louco para entregar o poder a um outro (Mussolini), louco para agarrá-lo: “Tenho grande esperança de me livrar de tudo isto nos próximos dias (...) Oh, querida (...) no dia em que puder partir ficarei indescritivelmente feliz”.⁶ A essa altura, os liberais já não tinham alternativas.

Não se podia esperar dos nacionalistas um posicionamento contra o fascismo, pois seu principal objetivo fora impedir a entrada dos socialistas no governo — e não apenas dos maximalistas, mas até da corrente moderada liderada por Turati, que faria pressão por uma política externa pacifista.⁷ A atitude permissiva dos nacionalistas em relação ao fascismo era compreensível. Para eles, o fascismo não representava um perigo real, já que as atividades violentas dos fascistas estavam voltadas contra aqueles que pareciam ameaçar a ordem estabelecida — incluindo-se aí qualquer partidário da esquerda. Eles também se davam conta, com razão, de que a política externa de Mussolini não haveria de se distanciar minimamente que fosse da que era preconizada pelos próprios nacionalistas — o que permitiria sacudir os italianos para tirá-los de sua pasmaceira e livrá-los de seu complexo de inferioridade em relação ao restante da Europa “avançada”. Esses conservadores tinham em comum com as elites do país o “desejo desesperado” de se tornar “modernos”.⁸ Consideravam que o país e a maioria dos compatriotas eram culturalmente atrasados, e por isso despreparados para a democracia liberal, social, reformista e esclarecida que julgavam distinguir nos países que consideravam os verdadeiros modelos da Europa avançada (a Grã-Bretanha e a França).

Tal como as elites intelectuais, os nacionalistas não gostavam realmente do povo italiano. D’Annunzio almejava uma Itália maior porque estava profundamente insatisfeito com a que existia. O poeta futurista

Marinetti considerava os italianos fracos e sem energia (massa demais, pensava ele). Por si mesmos, os conservadores nunca haviam adquirido força suficiente para impor um caminho autoritário em direção à modernidade, *à la* Bismarck. O tradicional Estado piemontês certamente era centralista, mas não podia comparar-se à Prússia. Houvera anteriormente tentativas de impor regimes autoritários — primeiros-ministros como Luigi Pelloux e Francesco Crispi restringiram as liberdades civis —, que em geral foram derrotadas. Os conservadores, assim, enxergavam Mussolini com boa vontade. Talvez ele tivesse êxito onde haviam fracassado, ao mostrar às classes inferiores seu devido lugar. O fato de o próprio Mussolini ser originário dessas classes era uma vantagem. No fim das contas, acreditavam os conservadores, ele faria o que lhe mandassem, exatamente como a tarefa do mordomo consiste em imprimir decoro e disciplina em criados insolentes e indóceis. As classes dirigentes italianas já haviam optado pela repressão autoritária. Até Giolitti, preocupado com a ameaça de déficit nos gastos públicos, negociava abertamente com Mussolini.⁹ Mas os maximalistas (e os comunistas) também estavam equivocados: a revolução pode ter tido uma chance em 1919, mas certamente não em 1921, para não falar de 1922, quando a esquerda já não era capaz de controlar os acontecimentos.

Os verdadeiros liberais também permaneciam fora de combate. Sua figura central, Luigi Einaudi, manteve-se alheio até o fim. No momento em que a Itália se debruçava sobre o abismo, uma semana antes da “Marcha sobre Roma”, ele se preocupava com o uso do dinheiro do contribuinte para salvar estaleiros, em vez de se permitir que as atividades econômicas corressem ao influxo das maravilhas do mercado.¹⁰

Como escreveria Piero Gobetti em *La rivoluzione liberale* (1924), o liberalismo italiano não fora capaz de gerar uma classe dirigente, uma classe de empresários e uma consciência liberal dignas do nome. Os liberais, explicava ele, não eram capazes de reformar o país porque no máximo assumiam postos de governo, mas não, plenamente, o poder. Sua maior preocupação era manter-se nos cargos mediante toda sorte de artimanhas e trapanças. Os liberais italianos, acrescentava — surpreendentemente, pois ele próprio era um liberal — não tinham a paixão da liberdade.¹¹ Uma acusação grave, mas a verdade era ainda pior. O principal fracasso do liberalismo italiano foi nunca ter sido capaz de criar um ambiente econômico favorável às classes médias, que haviam sido

mantidas longe de todos os centros de poder, fossem políticos, burocráticos ou culturais. Elas se sentiam desvalorizadas e sem representação. Não estavam comprometidas com qualquer forma de democracia, pois a única que conheciam parecia proteger os interesses dos ricos. Na verdade, eram poucos na Itália os que podiam ser considerados comprometidos com a democracia: nem os liberais tradicionais (embora a todo momento lançassem mão da palavra “democracia”), nem os nacionalistas, nem os fascistas, nem os maximalistas, nem os comunistas, nem os católicos.

Os fascistas quase se viram aprisionados na armadilha de um sucesso que não haviam previsto plenamente. O respeito que conquistaram ao pôr fim à greve “legalista” dos socialistas em agosto de 1922 apanhou-os de surpresa. Ninguém tentara detê-los, ao passo que os socialistas, que haviam convocado a greve na esperança de mobilizar todos os que se preocupavam com o restabelecimento da ordem pública, frente aos extremistas, ficaram completamente isolados. O Partido Fascista atraiu então o maior número de adesões jamais verificado em sua história. Como explicaria Michele Bianchi, o secretário-geral, em reunião do comitê central do partido em agosto de 1922, o movimento assumira tão grande proporção que deveria “fortalecer o Estado ou tornar-se o próprio Estado. Não poderia mais ser mantido à margem das fontes do poder”.¹²

Foi o que convenceu Mussolini a contemplar uma marcha sobre Roma. Ele enunciou essa possibilidade muito antes de qualquer planejamento.¹³ Segundo as memórias de Ítalo Balbo, a decisão foi efetivamente tomada a 16 de outubro de 1922, em reunião a que compareceram, em Milão, Mussolini e Michele Bianchi.¹⁴ Mas já em setembro Mussolini proclamava reiteradamente que o fascismo estava em vias de assumir suas “responsabilidades”: o governo do país.¹⁵ No dia 26 de setembro, discursou em Cremona, tendo ao lado o chefe fascista local, Roberto Farinacci. Diante de uma multidão fascinada, num silêncio considerado “absoluto” e “religioso” diante do repórter de *Il Popolo d'Italia*, ele anunciou que o fascismo dera início a uma marcha que não se deteria “até alcançarmos nossa meta: Roma”.¹⁶

Os planos continuaram a ser traçados a 24 de outubro, na conferência do Partido Fascista, convocada com a ajuda das autoridades, que providenciaram até mesmo trens especiais para transportar os delegados a preços mais baratos. O plano consistia em ocupar prédios no norte e no

centro da Itália. Em seguida, três colunas armadas convergiriam para três pontos rodoviários nas imediações da capital. O fato de tudo isto ter sido planejado com o objetivo de exercer pressão foi deixado evidente pelo próprio Mussolini. Usando uma camisa-negra com ornamentos nas mangas, ele foi saudado por três fanfarras de trompetes ao entrar no salão, tomado por uma multidão. O entusiasmo, segundo relatos da imprensa, era “enorme”. Até que, ao se fazer “completo silêncio”, ele declarou:

*Vimos de todas as partes da Itália a Nápoles para um ritual de fraternidade e amor (...) Toda a Itália tem os olhos voltados para nós, pois desde a guerra não se viu um fenômeno mais interessante, mais global e mais poderoso que o fascismo italiano (...) Criamos o nosso mito. Esse mito é feito de fé e paixão (...) Não precisa ser realidade (...) Nosso mito é nossa Nação, a grandeza da nação.*¹⁷

O encontro de Nápoles foi mais um festival do que uma conferência partidária. Os “delegados” desfilaram durante três horas, apresentando-se como “legiões”; muitos usavam uniformes e entoavam cânticos de guerra. Nos bairros populares da cidade, multidões acompanhavam o espetáculo, acorrendo às varandas e juntando-se próximas a monumentos e ao longo das ruas. Mussolini já falava abertamente dos ministérios que queria: Relações Exteriores, Guerra, Marinha, Trabalho e Obras Públicas, embora afirmasse: “Não quero participar pessoalmente do governo”.¹⁸ Eram os mesmos ministérios que havia mencionado a 20 de outubro, em sua entrevista ao *Manchester Guardian*, e ao primeiro-ministro Antonio Salandra, na véspera.¹⁹

Vários senadores napolitanos compareceram à conferência de Nápoles, entre eles o filósofo Benedetto Croce. O comparecimento não implicava aprovação, muito menos apoio: era normal que dignitários locais comparecessem a eventos dessa natureza.²⁰ Mas efetivamente significava que os fascistas eram considerados um partido normal e legítimo. O presidente da Câmara dos Deputados, Enrico De Nicola, enviou a Mussolini uma mensagem formal: “Ao senhor e a todos os colegas que participam, minha pessoal e cordial mensagem dos melhores votos.” O que não levou Mussolini a adotar um tom mais conciliador. Em meio aos gritos entusiásticos de “Para Roma! Para Roma!”, ele proclamava:

*Ou bem eles nos entregam o governo ou nós haveremos de tomá-lo, ocupando Roma. É uma questão de dias, talvez de horas (...) Voltem para suas cidades e esperem nosso chamado. Se necessário, serão dadas ordens. Enquanto isso, podem se dispersar e manifestar sua solidariedade com as Forças Armadas: Viva 1'Esercito! Viva il fascism! Viva 1'Italia! (...) Nós, fascistas, não queremos entrar no governo pela porta dos fundos. No fim das contas, tudo pode ser decidido pela força, pois na história é a força que decide tudo.*²¹

Mussolini voltou para Milão. Os organizadores planejaram a marcha e Luigi Facta, o primeiro-ministro, finalmente decidiu agir. Com o consentimento do gabinete, preparou um decreto instituindo o estado de sítio e impondo a lei marcial. O governo presumia que o rei o assinaria, e que, conseqüentemente, a marcha seria detida pelo Exército. Mas Vítor Emanuel III não assinou o decreto. Pelo contrário, pediu a Mussolini que formasse um novo governo.

Muito já se escreveu sobre essa recusa do rei. Vivia-se um autêntico momento histórico, no qual a decisão de um indivíduo podia ter mudado o curso da história. Ou pelo menos era o que se acreditava. Mas uma outra pergunta precisa ser feita: por que teria Facta preparado o decreto, quando a essa altura uma parte considerável da opinião pública respeitável, além da maioria do *establishment*, chegara à conclusão de que seria impossível governar sem os fascistas? Talvez a iniciativa do primeiro-ministro pudesse ser encarada como uma tentativa de última hora de controlar o fascismo, despojando-o de seus aspectos extralegais e bloqueando a marcha para em seguida possibilitar a formação de um novo governo, possivelmente chefiado por seu protetor, Giolitti, no qual os fascistas desempenhariam papel importante, mas secundário. Se assim foi, a função da Marcha não seria iniciar uma revolução, mas impedir um arranjo com o velho *establishment* giolittiano, muito mais prosaica e menos empolgante. Nesse caso, a Marcha teria sido meramente uma forma de exercer pressão sobre o jogo parlamentar, ao qual os italianos se haviam acostumado.

E por que o rei se recusou a assinar?²² É verdade que Vítor Emanuel III era flexível e fazia o que lhe era indicado pelos assessores. Os assessores estavam divididos e ele teve de se decidir sozinho. Decidir-se era um de seus problemas. Era ele um homem de poucas qualidades. Carecia de

atrativos físicos, autoconfiança e imaginação. A baixa estatura era um fator agravante, especialmente porque estava frequentemente cercado de oficiais militares altos. Vítor Emanuel nasceu em 1869, em Nápoles, onde passou a infância e o início da adolescência, distante da Corte instalada em Roma. Cresceu sem a companhia de irmãos ou amigos de sua idade, desenvolvendo uma personalidade taciturna. Ao contrário do pai, o rei Umberto I, e do avô, Vítor Emanuel II (o primeiro rei da Itália), que se vangloriavam de nunca ter lido um livro, gostava de ler, embora tivesse recebido, como eles, uma educação militar. Sua verdadeira paixão a vida inteira, contudo, foi a numismática, ocupação que provocava muita zombaria. Em 1896, o então primeiro-ministro Francesco Crispi, que possuía vagas ambições nos Bálcãs, providenciou seu casamento com Jelena (Elena) Patrovic-Njegos, filha do rei de Montenegro. O casamento deu-se sem grande pompa, pois o papa, ainda hostil ao reino da Itália, recusara-se a permitir a utilização da Basílica de São Pedro para a cerimônia.

Vítor Emanuel III subiu ao trono de forma inesperadamente precoce, aos 31 anos de idade, em julho de 1900, após o assassinato do pai pelo anarquista Gaetano Bresci. Na primeira década de seu reinado, teve a sorte de contar, como primeiro-ministro, com um homem da inteligência de Giolitti. Um embaixador britânico escreveria a respeito do jovem rei: “Dizem que ele tem ideias, mas o fato é que nunca as expôs a ninguém”.²³ Sua personalidade fechada, indecifrável, também chamou a atenção de outros.²⁴ Ele raramente interferia na política, nem mesmo na política externa, embora a Constituição lhe conferisse explicitamente consideráveis poderes nesse terreno.

Considerando-se a situação em retrospectiva, era este o homem que decidiria se a Itália continuaria sendo uma democracia ou haveria de se tornar uma ditadura. Mas só em retrospectiva, pois o que é marcante aos olhos das gerações futuras nem sempre parece tão dramático para aqueles que vivenciaram a época em questão. Olhando para trás, podemos dizer que o rei tomou uma decisão fatídica; na época, contudo, essa decisão não parecia conduzir a uma ditadura. Vítor Emanuel não entendeu que, recusando-se a assinar o decreto, estava mostrando as cartas. Julgava que simplesmente evitava riscos. Antes de convidar Mussolini a formar um governo, pretendia nomear Salandra. Este, no entanto, compreendera a situação. Declarou abertamente a dirigentes fascistas como Cesare Maria

De Vecchi e Dino Grandi, assim como a Mussolini, que só aceitaria se pudesse integrar o próprio Mussolini ao governo. Ficou aliviado ao ser informado de que Mussolini recusara o convite para assumir um ministério. Ele, Salandra, estava fora de perigo.²⁵ A essa altura, Mussolini devia estar pensando que não havia criado toda aquela complexa cena política, culminando numa marcha, simplesmente para entregar o posto máximo a Salandra. Escreveria ele em seu jornal: “Nossa vitória parece completa, com o consenso quase unânime do país. Mas nossa vitória não pode ser mutilada por compromissos de última hora. Um governo Salandra não seria digno de nossa mobilização. O governo deve ser claramente fascista”.²⁶ Mussolini dera-se conta de que podia ambicionar o prêmio máximo. A aposta dera certo. Nada poderia detê-lo. E se “eles” não podiam detê-lo, era por terem entendido que ele era demasiado forte.

Logo, a verdadeira questão não consiste em saber por que o rei não assinou, mas por que deveria ter assinado. Examinemos a questão do seu ponto de vista. Ele se defrontava com uma realidade desagradável. É verdade que a marcha fascista poderia ter sido facilmente dispersada, mas era igualmente inquestionável o fato de que o próximo governo teria de incluir ministros fascistas, talvez chegando a cinco. A opinião pública liberal já se acostumara à ideia de que era necessário negociar e chegar a alguma forma de pacto com os fascistas, oferecendo-lhes empregos e ministérios e integrando-os a uma coalizão. Com excessão da esquerda, poucos exigiam que eles fossem eliminados do panorama político. E era menor ainda o número daqueles que esperavam que isso acontecesse, já que tão pouca resistência se materializara até então. Todo o *establishment* liberal estava de acordo neste sentido: o *Corriere della sera*, ex-primeiros-ministros como Giolitti e Salandra, o presidente da Câmara dos Deputados, Enrico De Nicola, o respeitado filósofo Benedetto Croce, o economista Luigi Einaudi e até a Igreja. Salandra, consultado pelo rei sobre o acerto da decisão de não assinar, concordou, dizendo-lhe: “Decreta-se o estado de emergência quando há vontade e poder para fazê-lo. Não era o caso”.²⁷

E se Vítor Emanuel tivesse assinado, ainda precisaria encontrar alguém disposto a liderar um governo com ministérios fascistas, ao passo que Mussolini se teria mantido a distância, com a opção de provocar a queda do governo no momento que lhe conviesse. O rei não podia ter esquecido que não conseguira encontrar um liberal disposto a assumir as funções depois da renúncia do primeiro governo Facta, e que se vira

obrigado a nomear novamente este último. A única alternativa era Giolitti, que, no entanto, poderia tentar aplicar um programa de reformas sociais avançadas com o apoio dos *popolari* e de alguns socialistas. Isto, contudo, era improvável, e de qualquer maneira seria inaceitável para a Itália “liberal”. Com efeito, Giolitti descartara liminarmente uma candidatura própria já em julho de 1922,²⁸ embora, naturalmente, poucos acreditassem nele, e, em 24 de outubro, o *Corriere della sera* ainda temesse a sua volta. O *Corriere* e Luigi Albertini, falando em nome do consenso dos intelectuais, não tinham dúvidas: seria muito melhor o grosseiro Mussolini que o grande estadista liberal da Itália, que estava com 80 anos e nunca merecera a estima do rei. O rei também tinha consciência de que havia na Corte muitos simpatizantes fascistas, entre eles sua mãe e o arrojado primo Emanuele Filiberto, Duca d’Aosta, um bem-apegoado herói de guerra, queridinho dos veteranos — e, segundo boatos, mais do que disposto a assumir a Coroa, caso Vítor Emanuel viesse a abdicar.

Embora não houvesse na verdade uma “Marcha sobre Roma” nem uma “revolução fascista”, equivalente, por exemplo, à Revolução Russa, a combinação da violência fascista sem qualquer controle com o sentimento generalizado de calma e conciliação no *establishment* indicava um ambiente psicológico em que seria improvável que os fascistas viessem a ser militarmente reprimidos. E embora pudesse contar com as Forças Armadas e o general Pugliese, o rei sabia também que os fascistas dispunham de considerável apoio nos altos escalões militares, que ficariam indóceis se fossem forçados a tomar alguma iniciativa contra Mussolini. Ele provavelmente consultou alguns generais de alta patente, como o pró-fascista Tahon di Revel, que lhe teriam recomendado “ceder” ante o avanço fascista (Tahon di Revel foi recompensado com um ministério no governo Mussolini).

Explica Marco Mondini:

*A politização do corpo de oficiais, as suspeitas quanto à lealdade de muitos de seus comandantes para com as instituições, o receio de que soldados italianos viessem a seguir o exemplo dos bolchevistas — tudo isto contribuiu para transformar o Exército num instrumento indigno de confiança, aos olhos da liderança civil.*²⁹

Não seria a nomeação de Mussolini a alternativa mais razoável e "suave" ?

Do ponto de vista do rei, o verdadeiro inimigo estava à esquerda, sobretudo os coléricos maximalistas, que continuavam sonhando com a revolução. Ao assumir uma posição firme contra o fascismo, o rei teria legitimado a resistência ao movimento, e com isso favoreceria a esquerda. Ante o dilema de optar por uma virada à direita ou à esquerda, o rei escolheu Mussolini, que, ao contrário dos socialistas, fizera reiterados gestos de conciliação em relação à monarquia. Quem sabe não seria possível acalmá-lo conduzindo-o ao poder? Ele estaria, assim, participando do sistema, tratando de acalmar suas tropas e restabelecer a ordem pública. Além disso, ainda que a ameaça fascista fosse eliminada, será que a Itália efetivamente se tornaria mais governável? Diminuiria a paralisia do Parlamento? Não serviria apenas para dar mais espaço à ala maximalista do Partido Socialista, estimular os “vermelhos” e aumentar ainda mais a determinação dos fascistas de assumir o controle completamente — e já então em seus próprios termos? Os fascistas não tinham muitos votos nem muitos parlamentares, mas seu partido estava em ascensão, constituindo um polo de atração para os jovens e os inflamados. Mussolini era preferível aos capangas que o cercavam e só ele parecia capaz de contê-los. Deter a Marcha serviria apenas para dar uma trégua temporária ao *establishment*. Os fascistas poderiam reagrupar-se, reanimar sentimentos antimonarquistas e preparar-se para continuar lutando.

A decisão do rei de convidar Mussolini a integrar o governo foi aceita praticamente por todo o meio político, inclusive a imprensa liberal. Só Luigi Salvatorelli, nas páginas de *La Stampa*, lamentou a virada em direção à ilegalidade, a um estado de exceção que poderia durar mais que o esperado (palavras proféticas).³⁰ Os industriais ficaram exultantes, especialmente ao tomar conhecimento de que Alberto De Stefani, um fascista comprometido com políticas econômicas liberais, fora nomeado ministro das Finanças (ele se revelaria demasiado liberal para com indústrias de mão-de-obra abundante, como a química e a de armas). Os liberais logo se candidataram à inclusão no governo de Mussolini; os católicos fizeram o mesmo, com o apoio do Vaticano, que tratou, convenientemente, de esquecer que apenas três anos antes o novo chefe de governo exigira o confisco das propriedades da Igreja. O grupo liberal de

Nápoles, ao qual pertencia Benedetto Croce, enviou a Mussolini um telegrama de congratulações.³¹

O que surpreende nos acontecimentos que antecederam o dia 30 de outubro e o período imediatamente posterior é a ausência de qualquer movimento de massa. Milão, informava o *Corriere della sera*, estava “calma e quase normal”. O centro da cidade — onde fora proibida a circulação de automóveis e bicicletas — era controlado pelos militares e pelos *carabinieri*?² Os sindicatos, exaustos, estavam calados, assim como todas as organizações da sociedade civil na Itália. Não havia greves nem quaisquer manifestações. Observaria o próprio Mussolini em seu discurso na Câmara, algumas semanas depois da Marcha: “Se a classe trabalhadora italiana tivesse convocado uma greve geral, teria sido um problema para nós”.³³

Os únicos que estavam mobilizados eram os próprios fascistas, e mesmo eles serviam apenas de apoio num jogo que se desenrolava inteiramente nas altas esferas do poder. A esquerda pouco tinha a dizer, exceto que Mussolini não passava de mais uma manifestação do capitalismo. Os comunistas eram fracos, mostrando-se quase indiferentes a uma situação que sabiam não poder influenciar minimamente. Embora os industriais e a imprensa alardeassem o perigo bolchevista, não existia na verdade qualquer ameaça da esquerda, cujo papel, rigorosamente passivo, consistia em ser utilizada para justificar a ascensão de Mussolini ao poder. Como sugerira De Felice, a Itália estava cansada: três anos e meio de guerra, dois anos de agitação social, uma crise econômica e a violência fascista.³⁴ Os italianos queriam apenas paz e tranquilidade.

Não eram muitos — até mesmo entre os fascistas — os que se davam conta do que realmente acontecia: que um novo regime estava nascendo, e que em breve não haveria mais eleições nem liberdade de imprensa. No campo liberal, a maioria não via qualquer motivo urgente (nem vantagens políticas) em se opor a Mussolini. Se ele fracassasse, o fracasso seria seu, e eles poderiam colher os benefícios. Eles haviam tolerado numerosos atos de violência, e logo aceitariam uma severa limitação dos direitos e liberdades, pois cada uma dessas limitações eram eminentemente defensáveis, sempre consideradas temporárias e decorrentes de circunstâncias especiais. Assim, quando Mussolini assumiu, ouviu-se um coro de aprovação, oscilando entre o franco entusiasmo (os nacionalistas e a direita em geral) e a aceitação resignada do fato como um mal necessário

(os liberais). Até mesmo um homem como Giovanni Amendola, um liberal que sempre ostentara virulenta aversão a Mussolini, considerou necessário, em novembro de 1922, votar a favor do novo governo, para tentar conduzi-lo pelo caminho da legalidade e da constitucionalidade. Socialistas moderados como Anna Kuliscioff pensavam exatamente da mesma forma. Gaetano Salvemini, que logo haveria de se voltar contra o fascismo, considerava que Mussolini não era pior que outros “ditadores” italianos (referindo-se a primeiros-ministros eleitos como Crispi e Giolitti), e que, se pudesse livrar a Itália “das antigas múmias e bandidos” (*vecchie mummie e canaglie*) “teria realizado algo útil para o país”.³⁵ Salvemini, cujo antifascismo não estava em dúvida, escreveu que “Mussolini não é louco como as hordas de jovens fascistas”.³⁶

Após Mussolini ser nomeado primeiro-ministro, os fascistas acampados nas imediações de Roma foram autorizados a entrar na cidade. O fato foi noticiado no *Corriere della sera* com uma manchete tranquilizadora: “A homenagem dos fascistas ao Soldado Desconhecido e ao Rei”.³⁷ Os “revolucionários” reuniram-se nos jardins da *Villa Borghese*, desfilaram pela *via Nazionale* e a *via dei Tritone* e convergiram para *Piazza dei Popolo*. Foram informados por seus líderes de que, agora que o objetivo fora alcançado, era necessário evitar atos de violência. Eles tinham de se comportar: “Ponham flores nos canos de suas armas e sejam gentis com a população, que claramente lhes deu boas-vindas.” Como muitos dos participantes da marcha eram veteranos de guerra, eles marcharam em formação impecável, aclamaram o Duce, quebraram a disciplina apenas para saquear as casas de alguns socialistas e voltaram para casa.

A crença de que Mussolini logo haveria de se metamorfosear num político como outro qualquer, apesar das tendências populistas, tinha algum fundamento. O jovem jornalista transformado em líder das multidões tornara-se primeiro-ministro depois de poucos anos de agitação. Não tinha a menor experiência de gestão do que quer que fosse e estivera no Parlamento por pouco mais de um ano. De repente, via-se à frente de uma máquina político-burocrática que há mais de 60 anos atendia aos interesses da mesma elite política. Ele poderia facilmente ter-se tornado seu prisioneiro, sendo transformado em mera figura decorativa. Mas também é verdade que em 1921 e 1922 praticamente não cometera erros táticos, e suas poucas incertezas e hesitações tinham sido causadas pela dificuldade objetiva de tomar decisões numa situação intrinsecamente instável. Alguns

colaboradores, como Aldo Finzi, que o acompanhou na viagem de trem para Roma e estava a seu lado quando aceitou a nomeação do rei, tiveram de reforçar sua determinação, exortando-o a concordar apenas com plenos poderes. Em seu comportamento, ele devia transmitir a imagem de um *Dux* firme e decidido, um líder sempre no controle, sempre seguro de si — o que nem sempre era o caso, no entanto, pois havia momentos de insegurança. Para os políticos de hoje, constantemente amparados pelos holofotes dos meios de comunicação, é um teste bem conhecido, mas não o era na época. Os políticos não precisavam, então, cantar para a galeria nem se preocupar com sua imagem pública. Paradoxalmente, o futuro ditador sabia que, na era da democracia, é necessário lisonjear as massas e ceder às suas vontades.

Ele também precisava bajular seus implacáveis seguidores. Seu primeiro discurso como primeiro-ministro, no dia 16 de novembro de 1922, foi de arrepiar os cabelos, mas suas palavras de profundo desprezo pelo Parlamento foram recebidas com aplausos masoquistas, com a exceção da extrema esquerda:

Senhores, o que venho fazer hoje nesta Câmara é um ato formal de respeito, mas não peço, em troca, qualquer gesto recíproco de reconhecimento especial. Assim como, em maio de 1915, os pontos de vista da Câmara foram ignorados, também agora, em outubro de 1922, um governo surgiu sem aprovação parlamentar. Devo advertir a todos os senhores que estou aqui para defender e desenvolver a revolução dos camisas-negras, que haverá de se tomar uma força pelo crescimento, o progresso e o prestígio da nação. Eu poderia ter vencido completamente (stravincere). Mas impus-me limites. (...) Com 300 mil jovens armados dispostos a tudo e esperando minhas ordens em atitude mística, eu poderia ter punido todos aqueles que haviam falado mal do fascismo, tentando arrastá-lo na lama. Poderia ter transformado essa câmara cinzenta e sombria num acampamento para meus pelotões (...) Poderia ter fechado o Parlamento e formado um governo exclusivamente fascista. Poderia, mas, pelo menos por enquanto, não quis.³⁸

Luigi Einaudi, cuja maior preocupação era que o novo governo seguisse políticas “econômicas clássicas”, ficou feliz. A Itália estava no bom caminho, declarou.³⁹ Outros liberais, contudo, começaram a ter suas

dúvidas. Luigi Albertini, o editor do *Corriere della sera*, já se sentira “humilhado” e “inconsolável” (palavras suas) quando seu jornal foi fechado, no domingo, 29 de outubro.⁴⁰ O discurso de Mussolini aumentou ainda mais sua apreensão:

Minha consciência me diz que a reação fascista salvara a Itália do perigo do socialismo, que, de maneira mais ou menos declarada, mais ou menos ameaçadora, envenenara nossas vidas nos últimos 20 anos (...) Mas será que era necessário, para restabelecer a autoridade do Estado, começar por destruí-lo e impor pela força um governo Mussolini?
41

Mas a esperança é a última que morre, e Albertini ainda se iludia com a ideia de que havia divisões no fascismo, entre os fascistas como Mussolini, “que pensa que o Estado tem à sua disposição tudo de que precisa para manter a ordem pública, e aqueles que acham que é necessária uma espécie de permanente vigilância revolucionária”.⁴²

Mas já era tarde. Nos cinco anos subsequentes, as estruturas básicas do Estado fascista foram erguidas, enquanto se desmantelavam as do Estado liberal. O primeiro a ser descartado foi o sistema de representação proporcional, que conferira excessivo poder aos socialistas e ao PPI. É verdade que o governo Mussolini dispunha de uma maioria incomum, já que deixava de fora apenas a esquerda, sendo apoiado por todas as outras correntes, inclusive os *popolari* (embora 17 deles preferissem deixar a Câmara a votar a favor do governo).⁴³ Mas o partido do próprio Mussolini era apenas um pequeno elemento dessa maioria. Ele sabia que não teria chegado ao poder sem ameaças, e continuou a ameaçar o Parlamento: “Quem poderia me impedir de fechar o Parlamento?”, perguntou num discurso em 27 de novembro de 1922. “Quem poderia me impedir de instaurar uma ditadura? Quem poderia resistir a mim, resistir a um movimento que não era formado por 300 mil membros, mas por 300 mil armas? (...)”⁴⁴

Com notável rapidez, Mussolini amparou-se em uma segura base de poder no Parlamento (ao mesmo tempo “resolvendo” a crise parlamentar que o conduziu ao poder). Foi adotada uma nova lei eleitoral. A *legge Acerbo* (do nome do parlamentar que a propôs, Giacomo Acerbo) foi aprovada em julho de 1923. Só a esquerda votou contra, embora certos

popolari tivessem se absterido. A nova legislação estabelecia que a lista eleitoral que tivesse maior número de votos (não necessariamente maioria) ficaria com dois terços dos assentos no Parlamento. Se a lista representasse uma coalizão de vários partidos, o maior deles ficaria com assentos extra. Teve início uma corrida para entrar na lista de Mussolini. A maioria dos liberais — inclusive Giolitti — aderiu. Os *popolari* dividiram-se em três, mas a maioria votou a favor da Lei Acerbo. Na eleição geral de 6 de abril de 1924, o *listone* (grande lista) de Mussolini obteve 65% dos votos, elegendo 375 parlamentares. A coalizão liderada pelos fascistas obteve uma vitória esmagadora. Havia no Parlamento uma maioria impressionante, em grande medida, sob o controle de Mussolini. Uma nova elite chegara ao poder. Oitenta por cento dos parlamentares fascistas eram novos, e dois terços deles tinham menos de 40 anos de idade. Os velhos liberais haviam sido derrotados, e o próprio Salandra por pouco não conseguia reeleger-se.⁴⁵ Mussolini não quisera correr riscos. Embora os fascistas tivessem certeza da vitória, a campanha eleitoral fora marcada por irregularidades e violência, eximindo-se a polícia de intervir. Para que nada lhe escapasse, Mussolini começou um desmesurado expurgo na polícia, obrigando 40 comissários e 300 subcomissários a se aposentar precocemente.⁴⁶

A violência prosseguiu. Em abril de 1924, o deputado socialista reformista Giacomo Matteotti fez um arrebatado discurso na Câmara denunciando não só a violência que precedera a eleição como a rapidez com que a corrupção envolvia os seguidores de Mussolini, inclusive seu irmão Arnaldo. Matteotti foi sequestrado e morto, talvez por ordem do próprio Mussolini.⁴⁷

O assassinato de Matteotti revelou-se a gota d'água para muitos liberais italianos, entre eles Luigi Albertini. Mas a gota d'água chegava tarde demais. No dia 3 de janeiro de 1925, Mussolini pronunciou um discurso fatídico na Câmara. Num trecho que ficaria famoso, declarou que, se a violência resultara de um clima político, moral e histórico específico, então ele próprio, e só ele, é que tinha responsabilidade, pois ele, e só ele, havia criado esse clima.⁴⁸ Naturalmente, ele não o havia criado sozinho. Esse “clima”, para usar sua expressão, fora criado por um complexo processo histórico que Mussolini pudera explorar, mas ele não poderia tê-lo feito se as elites da Itália não tivessem procurado aproveitá-lo para seus próprios fins. Quando Mussolini assumiu o poder, no entanto, elas estavam de

mãos atadas, pois o homem que pretendiam transformar em criatura surgia como o verdadeiro vencedor. Nos anos seguintes, os antigos partidos políticos que tinham governado a Itália foram dissolvidos (a legislação foi redigida pelo jurista nacionalista Alfredo Rocco), os sindicatos viram-se forçados a fundir-se na *Confederazione Na-zionale dei sindacati fascisti*, um Tribunal Especial para a Defesa do Estado foi criado para tratar de opositores e dissidentes, a imprensa foi amordaçada, instituiu-se uma polícia secreta (a *Organizzazione di Vigilanza e Repressione del Antifascismo*, ou OVRA), um novo código jurídico foi introduzido e os manuais escolares passaram a ser submetidos a estrito controle do Estado.

No dia 16 de março de 1928, foi promulgada uma nova lei autorizando o Grande Conselho Fascista a estabelecer a lista dos candidatos ao Parlamento. Giolitti foi o único que se pronunciou contra. Foi seu último discurso na Câmara. Ele morreria alguns meses depois, aos 86 anos, dando-se conta talvez — tardiamente — de como fora catastrófico o itinerário político do Partido Liberal a que servira durante toda a vida. Em 1934, a Câmara, já então inútil, foi extinta.

Mussolini também podia assumir o crédito por inegáveis realizações. Na política externa, a Itália obteve Fiume, graças ao Tratado de Roma, assinado com a Iugoslávia a 27 de janeiro de 1924.⁴⁹ Em fevereiro de 1929, o Estado italiano selou a paz com o Vaticano, assinando a Concordata. O acordo reconhecia o Estado do Vaticano como um Estado independente e soberano, estabelecia indenizações a serem pagas à Igreja pelas perdas sofridas em 1870, quando Roma foi anexada à Itália, reconhecia o catolicismo como “religião de Estado” e determinava o ensino da doutrina católica em todas as escolas oficiais. Não surpreende que o papa Pio XI considerasse Mussolini o homem “que a Providência nos mandou”.⁵⁰

Não obstante seu compromisso com as políticas econômicas liberais, um dos primeiros atos do governo foi salvar a Ansaldo, uma das maiores corporações industriais do país, e o *Banco di Roma*, de suas dificuldades financeiras, com isso salvando também a infinidade de bancos católicos que dependiam do *Banco di Roma*, ante os aplausos do Vaticano.⁵¹ A situação internacional da Itália melhorou. Um constante fluxo de créditos americanos ajudou a estabilizar o país. No fim de 1924, o déficit nacional fora eliminado e a economia crescia (como acontecia no restante da Europa). A “comunidade internacional”, para usar uma expressão contemporânea, não tinha problemas no trato com Mussolini. A

imprensa britânica mostrava-se esmagadoramente favorável, embora alguns jornais começassem a demonstrar dúvidas ao se dar conta de que o “governo forte” de que os italianos aparentemente precisavam transformara-se numa ditadura. Mas não era o caso do *Daily Mail*, que em 1928 via em Mussolini “o Napoleão dos tempos modernos”. Churchill, que se encontrou com o Duce nesse mesmo ano, declarou-se “encantado”, acrescentando que, se fosse italiano, estaria “inteiramente” com Mussolini desde o início.⁵² George Macaulay Trevelyan, o principal historiador britânico da Itália e um grande liberal, reconheceu em conferência pronunciada em 1923 que Mussolini era “um grande homem” que, esperava ele, não destruiria as instituições democráticas, proporcionando a seu país “ordem e disciplina”, e explicou que era difícil para os italianos — ao contrário dos britânicos — reconhecer a importância de eleições gerais.⁵³

Churchill e Trevelyan estavam longe de ser simpatizantes do fascismo, mas se inclinavam, ainda que por breve período, a aceitar o domínio fascista e a ascensão de Mussolini ao poder como “algo inevitável”. Como acontece tantas vezes, organizavam os fatos que se apresentavam de acordo com uma narrativa que lhes era familiar, aquela mesma que escorava sua convicção de que a Grã-Bretanha dera origem a uma forma de Estado e a um império que causavam inveja ao mundo, e que não podiam ser exportados facilmente. A Itália revelara-se um Estado “fracassado”, que não podia ser governado à maneira tradicional. Haveria de mergulhar no caos total ou reerguer-se revigorado por um líder forte e um novo regime. Numa alternativa entre o caos e a ressurreição, os homens de razão optariam por esta — como fizeram Trevelyan e Churchill e o restante do mundo, de maneira geral. À medida que a ditadura fascista ia se consolidando, passo a passo, cada um desses avanços podia ser justificado individualmente, sem remeter ao contexto político ou histórico genérico. Muitos italianos aceitavam essa lógica. Para eles, a Itália de Mussolini não era pior do que o que viera antes. A vida continuava sendo fácil ou difícil, mas muito pouco tinha relação com a política. Qual a importância de não poder mais votar, se não decorre daí uma diferença visível? Que importa se a imprensa está amordaçada, quando não lemos mesmo os jornais? Pelo menos, havia agora um líder dizendo que eles podiam se orgulhar de ser italianos e prometendo um futuro radiante. E se o futuro fosse igual ao passado, eram poucos os que ficariam decepcionados, já que a maioria

esperava pouco da classe política que tinha em mãos o seu destino. Só quando o regime conduziu o país a uma nova guerra, exigindo sacrifícios para os quais não estavam preparados, a maioria dos italianos voltou-se contra o fascismo. Uma guerra perdida nunca é popular.

A maneira gradual — ainda que rápida — como a ditadura foi instaurada e a dificuldade de defender a conjuntura anterior fizeram com que Mussolini ficasse parecendo o menor dos males. Ele parecia, assim, mais grandioso do que realmente era — uma espécie de *deus ex machina* baixando no cenário político para resolver todos os problemas.

Na história real, não existem milagres. Tudo que acontece está sempre de alguma maneira ligado ao que aconteceu antes. Mussolini não poderia ter feito história se não fosse construído pela história, se os múltiplos processos que haviam levado à unificação italiana e assegurado a sobrevivência do Estado italiano até a Primeira Guerra Mundial não tivessem começado a descarrilar durante a guerra e a crise política que se seguiu. E a crise, como escreveu Gramsci, era um interregno entre a sociedade arcaica e a nova que tentava nascer — um período em que “se manifesta uma grande variedade de sintomas mórbidos”.⁵⁴ Mussolini era um deles. Mas também merece algum crédito. Aparentemente sem grandes dificuldades, apresentava-se superior a todos os outros políticos italianos de sua época, e em grande medida o era efetivamente. Embora com frequência se sentisse inseguro a imagem que passava era a de um homem tomado de tremendo otimismo, de uma convicção absoluta de que a história estava do seu lado — e muitas vezes é a imagem que mais importa. Seus adversários liberais e conservadores careciam dessa convicção. No fundo, sabiam estar ligados ao passado, e, tentando aferrar-se desesperadamente ao navio que naufragava, não demoraram a se dar conta de que o homem ao qual haviam confiado a tarefa de salvá-los tinha seu próprio projeto, que era completamente diferente. Os comunistas também achavam que a história estava do seu lado, mas seu conceito de história se projetava a longo prazo, e eles o utilizavam para sobreviver nos períodos de derrota e não mergulhar no desespero.

No décimo aniversário da Marcha, ocorreu em Roma a *Mostra della Rivoluzione Fascista* — a Exposição da Revolução Fascista. Cartazes, obras de arte, fotografias e documentos históricos relatavam os acontecimentos que levaram à tomada do poder por Mussolini e as realizações de seu regime.⁵⁵ Como costuma acontecer nesse tipo de reconstituição, tudo

parecia linear, cada fato levando inexoravelmente ao seguinte, cada degrau da escada devidamente posicionado acima do anterior. Mas não é assim que avança a história. Mussolini poderia ter sido contido, mas aqueles capazes de bloquear a sua trajetória — os liberais, a esquerda, a Igreja, a monarquia — não souberam ou não quiseram fazê-lo, caminhando para 20 anos de ditadura como se tivessem os olhos vendados.

Notas

Capítulo 1: A Conjuntura

- 1 Ítalo Balbo, *Diário 1922*, Mondadori, Milão, 1932, p. 4.
- 2 Giovanni Giolitti, *Discorsi extraparlamentari*, Turim, Einaudi, 1952, p. 345.
- 3 Benito Mussolini, *Opera Omnia*, editado por Edoardo e Duilio Susmel, Florença, La Fenice, 1951-1963, vol. 18, p. 464.
- 4 *Corriere della sera*, 31 de outubro de 1922.
- 5 Giovanni Gentile, *Che cosa è il fascismo. Discorsi e polemiche*, Florença, Vallecchi, 1924, p. 123.
- 6 Augusto Turati, Prefácio a Partito Nazionale Fascista. *Le origini e lo svilu-ppo dei fascismo attraverso gli scritti e la parola dei Duce e le déliberazioni dei P.N.F., dalVintervento alia Marcia su Roma*, Roma, Libreria dei littorio, 1928, p. xv, daqui em diante Partito Nazionale Fascista.
- 7 Citado in Antonino Répaci, *La Marcia su Roma*, Milão, Rizzoli, 1972, p. 18.
- 8 Mussolini, *Storia di un anno*, 1944, citado in Répaci, *La Marcia su Roma*, cit., p. 17, e também in Renzo De Felice, *Mussolini il fascista. La conquista delpotere 1921-1925*, Turim, Einaudi, 1966, p. 307n.
- 9 *Corriere della sera*, 31 de outubro de 1922
- 10 Vinicio Araldi, *Camicie nere a Montecitorio: storia parlamentare delVavvento dei fascismo*, Milão, Mursia, 1974, p. 162-3.
- 11 Emanuele Pugliese, *Io difendo lesercito*, Nápoles, Rispoli, 1946, p. 30.
- 12 Denis Mack Smith, *Italy and its Monarchy*, New Haven e Londres, Yale University Press, 1989, p. 250.
- 13 “Lesercito nei giorni della ‘Marcia su Roma’: dalle memorie storiche della 16a Divisione di Fanteria di stanza a Roma nel 1922”. *Storia Contemporânea*, vol. 15, n° 6, dezembro de 1984, p. 1209.
- 14 De Felice, *Mussolini il fascista*, cit., p. 324-5.
- 15 “Lesercito nei giorni della ‘Marcia su Roma’...” p. 1208.

- 16 Mario Piazzesi, *Diário di uno squadrista toscano 1919-1922*, Roma, Bo-nacci editore, 1980, p. 245,51.
- 17 Citado in Répaci, *La Marcia su Roma*, cit., p. 455.
- 18 Ibid., p. 414.
- 19 Giulia Albanese, “Dire violenza, fare violenza. Espressione, minaccia, oc-cultamento e pratica delia violenza durante la *Marcia su Roma*”. *Memória e Ricerca*, nº 13, maio-agosto de 2003, p. 59.
- 20 Balbo, *Diário 1922*, cit., p. 185.
- 21 *Corriere delia sera*, 31 de outubro de 1922.
- 22 Ibid.
- 23 Partito Nazionale Fascista, cit., p. 140.
- 24 In “Lettere aperte a Mussolini”, publicado em *II Popolo d’Italia* (1920-21), reunido in Gioacchino Volpe, *Guerra Dopoguerra Fascismo*, Veneza, La Nuova Italia, 1928, p. 261-6. Volpe entrou para o movimento fascista em 1921.
- 25 Benedetto Croce, *Nuove pagine sparse*, vol. 1, Náploes, Riccardo Ricciardi editore, 1949, p .62-3.
- 26 Pierre Milza, *Mussolini*, Paris, Fayard, 1999, p. 9; Richard J. B. Bosworth, *Mussolini*, Londres, Arnold, 2002, p. 46.
- 27 Martin Clark, *Mussolini*, Harlow, Pearson Longman, 2005, p. 9.
- 28 Benito Mussolini, *II mio diário di Guerra (1915-1917)*, Milão, Imperia, 1923, p. 80.
- 29 De Felice, *Mussolini il fascista*, cit., p. 10-11.
- 30 Marco Palia, “La presenza dei fascismo. Geografia e storia quantitativa”. *Italia Contemporânea*, nº 184, setembro de 1991, p. 400.
- 31 Palmiro Togliatti, *Lectures on Fascism*, Londres, Lawrence and Wishart, 1976, p. 15, 24-5.
- 32 *Corriere delia sera*, Iº de novembro de 1922; Gianpasquale Santomassimo, *La Marcia su Roma*, Florença, Giunti, 2000, p. 74.
- 33 Relatado por Massimo Rocca, que fora anarquista, na época um dos pri. meiros partidários de Mussolini, expulso do partido em maio de 1924, < *seu Come il fascismo divenne um dittatura. Storia interna dei fascismo dal 1914 al 1925*, Milão, ELI, 1952, p. 117, 122.
- 34 Lenin, *Left-Wing Communism: an Infantile Disorder*, in *Collected Works*, vol. 31, Moscou, Progress Publishers, 1966, p. 85. Itálicos no original.
- 35 Terry Pinkard, *Hegel. A Biography*, CUP 2000, p. 228.

36 Ver artigos in *VOrdine nuovo*, 19 de agosto e 23 de agosto de 1921, in Antonio Gramsci, *Selections from the Political Writings 1921-1926*, Londres, Lawrence and Wishart, 1968, p. 61-5.

37 Antonio Gramsci, líder, in *VOrdine nuovo*, março de 1924 (sem assinatura), in Antonio Gramsci, *Selections from the Political Writings 1921-1926*, cit., p. 212.

38 Max Weber, *Economy and Society. An outline of interpretative sociology*, vol. 1, University of Califórnia Press, 1978, p. 241.

39 Paul Preston, *Franco. A Biography*, Londres, HarperCollins, 1993, p. 364-8, 371.

40 Paul Corner, “The Road to Fascism: an Italian *Sonderweg*” *Contemporary European History*, vol. 11, n° 2, 2002, p. 274.

Capítulo 2: Uma guerra divisora. Uma vitória perdida

1 Hew Strachan, *The First World War*, vol. 1: To Arms, OUP 2001, p. 110, 142.

2 Ibid., p. 150.

3 Keith Robbins, *The First World War*, OUP 1984, p. 1,17.

4 Strachan, *The First World War*, cit., p. 110,151.

5 Adrian Gregory, “British ‘War Enthusiasm’ in 1914. A Reassessment”, in Gail Braybon (ed.), *Evidence, History and the Great War*, Nova York e Oxford, Berghahn Books, 2003, p. 69ss.

6 Ibid., p. 79.

7 Jean-Jacques Becker, *1914: Comment les Français sont entrés dans la guerre*, Presses de la fondation nationale des Sciences politiques, Paris, 1977, p. 279, 297, 307; ver também Strachan *The First World War*, cit., p. 142.

8 Adolf Hitler, *Mein Kampf*, Londres, Hutchinson, 1969, p. 148.

9 Strachan, *The First World War*, cit., p. 104.

10 Ibid., p. 141.

11 Peter Gay, *Freud*, Londres, Macmillan, 1989, p. 348-9.

12 Ver David Bidussa, *Il mito dei bravo italiano*, Milão, il Saggiatore, 1994.

13 Immanuel Kant, *Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime*, trad. por John T. Goldthwait, University of Califórnia Press

1991, p. 98-100; no original, *Beobachtungen über das Gefühl des Schönen und Erhabenen*, 1794.

14 Christopher Duggan, *Francesco Crispi*, OUP 2002, p. 707-8.

15 Ronald S. Cunsolo, “Libya, Italian Nationalism, and the Revolt against Giolitti”. *The Journal of Modern History*, vol. 37, n° 2, junho de 1965, p. 197.

16 Pierfrancesco Morabito, “Movimenti artistici e società di massa: il futurismo italiano”. *Italia Contemporânea*, n° 150, março de 1983, p. 19.

17 In *Ifuturisti*, antologia editada por Francesco Grisi, Milão, Newton, 1994, p. 29.

18 Paul Arpaia, “Constructing a national identity from a created literary past: Giosuè Carducci and the development of a national literature”. *Journal of Modern Italian Studies*, vol. 7, n° 2, 2002, p. 193.

19 John Mosier, *The Myth of the Great War*, Londres, Profile Books, 2001, p. 150.

20 Great Britain, *Parliamentary Papers*, Londres, 1920, LI Cmd. 671, Miscel-laneous n° 7,2-7.

21 Piero Melograni, *Storia Política della Grande Guerra*, Bari, Laterza, 1969, p.2.

22 Paolo Nello, *Bavanguardismo giovanile alie origini dei fascismo*, Roma-Bari, Laterza, 1978, p. 9.

23 Giovanna Procacci, “Gli interventisti di sinistra, la rivoluzione di febbraio e la política interna italiana nel 1917 ”*Italia Contemporânea*, n° 138,1980, p. 51n.

24 Mussolini, *Il mio diário di Guerra (1915-1917)*, cit., p. 203-4.

25 Melograni, *Storia Política della Grande Guerra*, p. 467.

26 Jonathan Dunnage, *The Italian Police and the Rise of Fascism: A case study of the province of Bologna 1897-1925*, Westport Conn, Praeger, 1997, p. 71-3.

27 Melograni, *Storia Política della Grande Guerra*, cit., p. 23.

28 Excertos in Araldi, *Camicie nere a Montecitorio*, cit., p. 44.

29 Walter L. Adamson, *Avant-garde Florence. From Modernism to Fascism*, Harvard University Press 1993, p. 191-2.

30 Melograni, *Storia Política della Grande Guerra*, cit., p. 548-51.

31 Giuseppe Capacci, *Diário di guerra di un contadino toscano*, Florença, Cultura editrice, 1982, p. 38, ver também p. 65.

32 Ibid., p. 97.

- 33 Ibid., p. 106.
- 34 Arrigo Serpieri, *La Guerra e le classi rurali italiane*, Bari, Laterza, 1930, p. 45.
- 35 George L. Mosse, “The Two World Wars and the Myth of the War Experience”. *Journal of Contemporary History*, vol. 33, n° 4, 1998, p. 494-6, 498, 508; ver também, especificamente sobre os soldados britânicos, Joanna Bourke, *Dismembering the Male. Merís Bodies, Britain and the Great War*, Londres, Reaktion Books, 1996, p. 144-53.
- 36 Mosse, “Two World Wars and the Myth of the War Experience”, cit., p. 491-513.
- 37 Luigi Salvatorelli e Giovanni Mira, *Storia d’Italia nel período fascista*, Turim, Einaudi, 1956, p. 15.
- 38 Nello, *Lavanguardismo giovanile alie origini dei fascismo*, cit., p. 3.
- 39 Bosworth, *Mussolini*, cit., p. 119.
- 40 André Tardieu, *The Truth about the Treaty*, Indianápolis, Boobs-Merrill Co., 1921, capítulo três disponível em <http://www.lib.byu.edu/estu/wwi/comment/treatytruth/tardieuOOtc.htm>
- 41 H. James Burgwyn, *The Legend of the Mutilated Victory: Italy, the Great War, and the Paris Peace Conference, 1915-1919*, Westport Conn, Greenwood Press, 1993, p. 253.
- 42 Citado in Richard J. B. Bosworth, “The British Press, the Conservatives and Mussolini 1920-34”. *Journal of Contemporary History*, vol. 5, n° 2, 1970, p. 167.
- 43 Francesco Saverio Nitti, *Peaceless Europe*, 1922, disponível em <http://www.gutenberg.org/files/10090/10090-8.txt>
- 44 Douglas J. Forsyth, *The Crisis of Liberal Italy. Monetary and Financial Policy, 1914-1922*, CUP 1993, p. 7,13.
- 45 Domenico Preti, *Economia e istituzioni nello stato fascista*, Roma, Riuniti, 1980, p. 27, 35.
- 46 Burgwyn, *The Legend of the Mutilated Victory*, cit., p. 302.
- 47 Adrian Lyttelton, *The Seizure of Power. Fascism in Italy 1919-1929*, Londrs, Weidenfeld and Nicolson, 1973, p. 30.
- 48 Forsyth, *The Crisis of Liberal Italy*, cit., p. 217.
- 49 Roberta Suzzi Valli, *Le origini dei fascismo*, Roma, Caracci, 2003, p. 17.

50 Roberto Vivarelli, *Storia delle origini dei fascismo: Vltalia dalla grande guerra alia Marcia su Roma*, vol. 1, Bolonha, II Mulino, 1991, p. 504.

51 Citado in Lyttelton, *Seizure*, cit., p. 16.

52 Alfredo Bonadeo, *D'Annunzio and the Great War*, Madison NJ, Fairleigh Dickinson University Press, 1995, p. 125.

53 Colin J. Fewster, “A Question of Loyalty: Hugo von Hofmannsthal, Stendhal, D'Annunzio, and Italian Nationalism”. *Seminar: A Journal of Germanic Studies*, vol. 42, n° 1, fevereiro de 2006, p. 24.

54 É o ponto de vista de Vivarelli in *Storia delle origini dei fascismo*, vol. 1, p. 566, assim como o de Giorgio Candeloro, *Storia delVltalia Moderna*, vol. 8, *La Prima Guerra Mondiale. II Dopoguerra. Lavvento dei fascismo*, Feltri-nelli, Milão, 1984, p. 291-2; ambos se baseiam nas recordações de Nitti.

55 *Corriere delia sera*, 18 de agosto de 1922

Capítulo 3: A crise parlamentar

1 Jens Petersen, “Elettorato e base sociale dei fascismo italiano negli anni venti”. *Studi Storici*, vol. 16, n° 3,1975, p. 635.

2 Sobre as origens de classe dos *sepolcristi*, ver Paul O'Brien, *Mussolini in the First World War. The Journalist, the Soldier, the Fascist*. Oxford, Berg, 2005, p. 20.

3 Citado in Nino Valeri, *D'Annunzio davanti al fascismo*, Florença, Le Monnier, 1963, p. 20.

4 Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 13, p. 14.

5 Ibid., p. 15.

6 Claudia Baldoli, Bissolati immaginario. *Le origini dei fascismo cremonese. Dal socialismo riformista alio squadristismo*, Cremona, cremonabooks, 2002, ver inter alia p. 23,63, 65.

7 Ibid., p. 50.

8 Alceo Riosa, “Le patriotisme dans le verbe”. Atas da conferência *Féloquence politique en France et en Italie de 1870 à nosjours*, Collection de l'École française de Roma, Roma, 2001, p. 101-17.

9 Mussolini, *Opera Omtia*, vol. 4, p. 161-2.

10 Silvano Montaldo, “II Parlamento e la società di massa”, in *Storia d'Italia, Annali 17, II Parlamento*, organizado por Luciano Violante, Turim,

Einu-di, 2001, p. 248-50.

11 Maria Serena Piretti, *La giustizia dei numeri: H proporzionalismo in Italia (1870-1923)*, Bolonha, Il Mulino, 1990, p. 298.

12 Vivarelli, *Storia delle origini dei fascismo*, vol. 2, cit., p.165.

13 Ângelo Tasca, *Nascita e avvento dei fascismo: VItalia dal 1918 al 1922*, Bari, Laterza, 1967, p. 17-28.

14 Serge Noiret, "II PSI e le elezioni dei 1919. La nuova legge elettorale. La conquista dei Gruppo parlamentare socialista da parte dei massimalisti". *Storia Contemporânea*, vol. 15, n° 6, dezembro de 1984, p. 1104-16,1024.

15 Giampiero Caracci, *II Trasformismo dallunità ad oggi*, Milão, Unicopli, 1992, p. 10.

16 Gaetano Mosca, *Sulla teórica dei governi e sui governo parlamentare*, Pa-lermo, Tipografia dello Statuto, 1884, p. 302-3.

17 Mosca, *Sulla teórica dei governi...*, cit., p. 310.

18 Paolo Farneti, *Sistema político e società civile*, Turim, Edizioni Giappi-chelli, 1971, p. 169 e 194-280.

19 Ibid., p. 181, 246.

20 Carocci, *II Trasformismo dallunità ad oggi*, cit., p. 13-15.

21 Sobre as raízes históricas da moderna política personalista e dientelista na Grécia, ver George Th. Mavrogordatos, *Stillborn Republic: Social Condi tions and Party Strategies in Greece 1922-1936*, Berkeley Cal, University of Califórnia Press, 1983.

22 P. Nikiforos Diamandouros, "Greek Political Culture in Transition: His-torical Origins, Evolution, Current Trends in Richard Clogg (ed.), *Greece in the 1980s*, Londres e Basingstoke, Macmillan, 1983, p. 44-5.

23 Giorgio Candeloro, *Storia dellItalia Moderna*, vol. 6, Milão, Feltrinelli, 1970, p. 161.

24 Denis Mack Smith, *Italy. A Modem History*, Ann Arbor, Michigan University Press, 1959, p. 110-12.

25 Carocci, *II Trasformismo dallunità ad oggi*, cit., p. 23n.

26 Francesco Crispi, *Scritti e discorsi politici (1849-1890)*, Roma, Unione Cooperativa Editrice, 1890, p. 567, discurso no Poleteama Garibaldi em Palermo, 19 de maio de 1886.

27 Ibid., p. 575.

28 Silvio Spaventa, speech in Valeri (ed.), *La lotta política in Italia*, cit., p. 145.

29 Silvio Spaventa, “Discorso contro la Conciliazione”, 20 de setembro de 1886, in Valeri (ed.), *La lotta política in Italia*, p. 91.

30 Giovanni Sabbatucci, *II transformismo come sistema*, Roma-Bari, Laterza, 2003, p. 50.

31 Citado in Répaci, *La Marcia su Roma*, cit., p. 104.

32 Petersen, “Elettorato e base sociale dei fascismo italiano negli anni venti”, cit., p. 628.

33 Giovanni Giolitti, *Discorsi Parlamentari*, vol. 2, Roma, Camera dei Depu-tati, 1953, p. 626-9.

34 Ibid., p. 630, 633; ver também o discurso de Giolitti de 29 de outubro de 1899, p. 1186.

35 Alexander De Grand, *The Hunchbacks Tailor. Giovanni Giolitti and Liberal Italy from the Challenge of Mass Politics to the Rise of fascism, 1882-1922*, Westport Conn, Praeger, 2001, p. 85, 94-5.

36 Umberto Levra, “II Parlamento nella crisi di fine secolo”, in *Storia d'Italia, Annali 17*, Turim, Einaudi, 2001, p. 171.

37 Petersen, “Elettorato e base sociale dei fascismo italiano negli anni venti”, cit., p. 629-30.

38 Levra, “II Parlamento nella crisi di fine secolo”, cit., p. 175.

39 Emilio Gentile, *L'Italia giolittiana 1899-1914*, Bolonha, II Mulino, 1977, p. 35-6.

40 Renato Zangheri, “Introduction”, *Lotte agrarie in Italia. La Federazione nazionale dei lavoratori della terra 1901-1926*, Milão, Feltrinelli, 1960, p. xxix.

41 Giuliano Procacci, *La lotta di classe in Italia agli inizi dei Secolo XX*, Roma, Riuniti, 1978, p. 81,84-5.

42 Piretti, *La giustizia dei numeri*, cit., p. 80.

43 Giorgio Candeloro, *II Movimento Cattolico in Italia*, Roma, Riuniti, 1982, p. 315.

44 Mario G. Rossi, “Democrazia, socialismo, imperialismo nel' Italia gio-littiana”, in F. Andreucci et al. (Eds.), *Lezioni di storia d'Italia 1848-1948*, Riuniti, Roma, 1979, p. 144.

45 Piretti, *Lagiustizia dei numeri*, cit., p. 156.

46 Giuseppe Berta, *II governo degli interessi. Industriali, rappresentanza e política nel' Italia dei nord-ovest 1906-1924*, Venezia,

Marsilio, 1996, p. 23.

47 Berta, *II governo degli interessi*, cit., p. 15.

48 Ibid., p. 17, 37.

49 De Grand, *The Hunchbacks Tailor*, cit., p. 4.

50 Gaetano Salvemini, *The Origins of fascism in Italy*, Nova York, Harper, 1973, p. 78.

51 Preti, *Economia e istituzioni nello stato fascista*, cit., p. 26-7.

52 Lyttelton, *Seizure*, cit., p. 12.

53 Forsyth, *The Crisis of Liberal Italy*, cit., p. 59ss.

54 Piretti, *La giustizia dei numeri*, cit., p. 271.

55 Tommaso Detti, *Serrati e la formazione del partito comunista italiano*, Roma, Riuniti, 1972, p. 24.

56 Vivarelli, *Storia delle origini del fascismo*, vol. 2, p. 502.

57 Petersen, "Elettorato e base sociale del fascismo italiano negli anni venti", cit., p. 635.

58 Milza, *Mussolini*, cit., p.257

59 Candeloro, *Storia dell'Italia Moderna*, vol. 8, p. 309.

60 Charles S. Maier, *Recasting Bourgeois Europe. Stabilization in France, Germany, and Italy in the decade after World War I*, Princeton University Press, 1975, p. 154ss.

61 Ibid., p. 188.

62 Paolo Spriano, *The Occupation of the Factories*, Londres, Pluto Press, 1975, p. 60-1.

63 Ibid., p. 96-106.

64 Lyttelton, *Seizure*, cit., p. 37.

65 Paolo Spriano, *Storia del partito comunista italiano. Da Bordiga a Gramsci*, Turim, Einaudi, 1967, p. 79.

66 Discorso aos eleitores, 16 de março de 1924, in Giolitti, *Discorsi extraparlamentari*, cit., p. 341.

67 Salvatorelli e Mira, *Storia d'Italia nel período fascista*, cit., p. 106.

68 Forsyth, *The Crisis of Liberal Italy*, cit., p. 238.

69 Berta, *II governo degli interessi*, cit., p. 58,64.

70 Renzo De Felice, *Mussolini il rivoluzionario 1883-1920*, Turim, Einaudi, 1965, p. 627,633.

71 Berta, *II governo degli interessi*, cit., p. 92.

Capítulo 4: O avanço do fascismo

1 Antonio Gramsci, “What is reaction?”, artigo sem assinatura na edição piemontesa de *ÜAvanti*, 24 de novembro de 1920, atualmente in *Selections from the Political Writings 1910-1920*, cit., p. 360-2.

2 Palmiro Togliatti, “Episodi della guerra civile in Toscana”, in *Opere 1917 - 1926*, vol. 1, Roma, Riuniti, 1974, p. 228-30, originalmente in *VOrdine nuovo*, 9 de março de 1921.

3 Piero Gobetti, *Scritti politici*, Turim, Einaudi, 1997, p. 354.

4 De Felice, *Mussolini il fascista*, cit., p. 113.

5 Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 15, p. 183, 233; ver também O’Brien, *Mussolini in the First World War*, p. 29,54.

6 Serpieri, *La Guerra e le classi rurali italiane*, cit., p. 267.

7 William Brustein, “The ‘red menace’ and the rise of Italian Fascism”. *American Sociological Review*, vol. 56, nº 5, outubro de 1991, p. 655.

8 Serpieri, *La Guerra e le classi rurali italiane*, cit., p. 70,126.

9 Ibid., p. 94.

10 Ibid., p. 148.

11 Frank Snowden, *The Fascist Revolution in Tuscany, 1919-1922*, CUP 1989, p. 19,24.

12 Ibid., p. 36.

13 Serpieri, *La Guerra e le classi rurali italiane*, cit., p. 83-5.

14 Zangheri, “Introduction”, cit., p. xcix.

15 Anthony L. Cardoza, *Agrarian Elites and Italian Fascism. The Province of Bologna 1901-1926*, Princeton University Press 1982, p. 273.

16 Snowden, *The Fascist Revolution in Tuscany*, cit., p. 72-3.

17 Alice Kelikian, *Town and Country under Fascism. The Transformation of Brescia 1915-1926*, Oxford, Clarendon Press, 1986, p. 108.

18 Paul Comer, *Fascism in Ferrara 1915-1925*, OUP, 1975, p. 108.

19 Adrian Lyttelton, “The ‘Crisis of Bourgeois Society’ and the Origins of Fascism”, in Richard Bessel (ed.), *Fascist Italy and Nazi Germany*, CUP, 1996, p. 16.

20 Petersen, “Elettorato e base sociale dei fascismo italiano negli anni venti”, cit., p. 641.

- 21 Dunnage, *The Italian Police and the Rise of Fascism*, cit., p. 120-1.
- 22 Kelikian, *Town and Country under Fascism*, cit., p. 109; Segrè, *Ítalo Balbo, A Fascist Life*, cit., p. 57.
- 23 Comer, *Fascism in Ferrara 1915-1925*, cit., p. 110.
- 24 Ibid., p. 112.
- 25 Citado in ibid., p. 113.
- 26 Ibid., p. 115.
- 27 Kelikian, *Town and Country under Fascism*, cit., p. 111.
- 28 Pier Paolo D'Atorre, *Novecento padano: Vuniverso rurale e la 'grande tras-formazione'*, Roma, Donzelli, 1998, p. 46-54.
- 29 Ibid., p. 22-5.
- 30 Snowden, *The Fascist Revolution in Tuscany*, cit., p. 3.
- 31 Comer, *Fascism in Ferrara 1915-1925*, cit., p. 115.
- 32 Araldi, *Camicie nere a Montecitorio*, cit., p. 80.
- 33 Gramsci, *Selections from the Political Writings 1921-1926*, cit., p. 373, originalmente "The Monkey-People", in *VOrdine nuovo*, 2 de janeiro de 1921.
- 34 Mussolini, "Il fascismo e I rurali". *Gerarchia*, nº 5, 25 de maio de 1922, atualmente in *Opera Omnia*, vol. 18, p. 203-5.
- 35 Tobias Abse, "Italian Workers and Italian Fascism", in Richard Bessel (ed.), *Fascist Italy and Nazi Germany*, CUP, 1996, p. 42-3.
- 36 Cláudio G. Segrè, *Ítalo Balbo. A Fascist Life*, University of Califórnia Press 1987, p. 49.
- 37 Cardoza, *Agrarian Elites and Italian Fascism*, cit., p. 307.
- 38 Mario Missiroli, in *H Resto dei Carlino*, 18 de julho de 1913, citado in Cardoza, *Agrarian Elites and Italian Fascism*, cit., p. 208.
- 39 Cardoza, *Agrarian Elites and Italian Fascism*, cit., p. 308.
- 40 Santomassimo, *La Marcia su Roma*, cit., p. 26.
- 41 Comer, *Fascism in Ferrara 1915-1925*, cit., p. 137-8.
- 42 Dahlia Sabina Elazar, "Electoral democracy, revolutionary politics and political violence: The emergence of fascism in Italy, 1920-21". *British Journal of Sociology*, vol. 51, nº 3, setembro de 2000, p. 475.
- 43 Segrè, *Ítalo Balbo. A Fascist Life*, cit., p. 55, 59.
- 44 Balbo, *Diário 1922*, cit., p. 109.
- 45 Ibid., p. 30.

46 Citado in Nello, *Lhvanguardismo giovanile alie origini dei fascismo*, cit., p. 159.

47 Petersen, “Elettorato e base sociale dei fascismo italiano negli anni venti”, cit., p. 655-9.

48 O perfume dessa inquietação é bem capturado no diário de um camisa-negra; ver Piazzesi, *Diário di un fascista toscano 1919-1922*, cit.

49 De Felice, *Mussolini il fascista*, cit., p. 115.

50 Citado in Richard J. B. Bosworth, *The Italian Dictatorship. Problems and Perspectives in the Interpretation of Mussolini and Fascism*, Londres, Ar-nold, 1998, p.41.

51 Citado in Paolo Alatri, *Le origini dei fascismo*, Roma, Editori Riuniti, 1977, p. 63.

52 Citado in Cardoza, *Agrarian Elites and Italian Fascism*, cit., p. 234.

53 Lyttelton, *Seizure*, cit., p. 39.

54 Salvatore Lupo, *II fascismo. La política in un regime totalitário*, Roma, Donzelli, 2005, p. 104.

55 De Grand, *The Hunchbaclá Tailor*, cit., p. 240.

56 Brustein, “The ‘red menace’ and the rise of Italian Fascism”, cit., p. 652ss; Lyttelton, *The Seizure of Power*, cit., p. 188.

57 Bosworth, *Mussolini*, cit., p. 157.

58 Benito Mussolini, “Verso il futuro”, *II Popolo d'Italia*, 23 de agosto de 1921.

59 Citado in Araldi, *Camicie nere a Montecitorio*, cit., p. 117.

60 Mussolini, “Da che parte va il mondo” originalmente em *Gerarchia*, nº 2, 25 de fevereiro de 1922, atualmente in *Opera Omnia*, vol. 18, p. 66-72.

61 Piero Melograni, *Gli industriali e Mussolini, rapporti tra Confindustria e fascismo dal 1919 al 1929*, Milão, Longanesi, 1972, p. 12.

62 “Contro la servitü delia gleba”, citado in Lupo, *II fascismo*, cit., p. 113-14; ver também outros elogios de Einaudi ao fascismo in *Corriere delia sera*, 6 e 27 de setembro de 1922; ver também Roberto Vivarelli, *Ilfallimento dei liberalismo. Studi sulle origini dei fascismo*, Bolonha, II Mulino, 1981, p. 311, e De Felice, *Mussolini. II fascista*, cit., p. 241-2 e 329-33

63 Benito Mussolini, “Lazione e la dottrina fascista dinanzi alie necessità storiche delia nazione” in *Opera Omnia*, vol. 18, cit., p. 419; ver

também o relatório in *Corriere della sera* de 22 de setembro de 1922.

64 Benito Mussolini, “tóra e gli orologi” in *Opera Omnia*, vol. 14, p. 397, originalmente em *II Popolo d'Italia*.

65 Ettore Conti, *Dal taccuino di un borghese*, Milão, Garzanti, 1971 (1. ed. 1948), p. 169; anotação de 7 de janeiro de 1922.

66 Ibid., p. 169-70.

67 Ibid., p. 191, anotação de 31 de outubro de 1922.

68 Entrevista ao *Manchester Guardian*, 20 de outubro de 1922, também in Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, p. 451.

69 Berta, *II governo degli interessi*, cit., p. 164-5.

70 Ver texto in Santomassimo, *La Marcia su Roma*, cit., p. 96.

71 Forsyth, *The Crisis of Liberal Italy*, cit., p. 244.

72 Melograni, *Gli industriali e Mussolini*, cit., p. 43-6.

73 Ibid., p. 75-7.

74 *Corriere della sera*, 28 de outubro de 1922.

75 Melograni, *Gli industriali e Mussolini*, cit., p. 50.

76 Palmiro Togliatti, *Lectures on Fascism*, cit., p. 68.

77 Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, p. 418.

78 Ibid., p. 456-7.

79 Ibid., p. 471.

80 Benito Mussolini, *Scritti politici*, Milão, Feltrinelli, 1979, p. 203-4.

81 Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, p. 16-18.

82 Ibid., p. 36, entrevista em *II Resto dei Carlino*, 3 de fevereiro de 1922,

83 Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, p. 318.

84 Candeloro, *II Movimento Cattolico in Italia*, cit., p. 418.

85 Ibid., p. 427.

86 Ibid., p. 441-2.

87 Discurso em Milão em 4 de abril de 1922, na conferência do Consiglio Nazionale do Partido Fascista, in Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, cit., p. 140.

88 “Stato, antistato e fascismo”. *Gerarchia*, nº 6, 25 de junho de 1922, in Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, p. 260-1.

89 Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, cit., p. 436.

90 Santomassimo, *La Marcia su Roma*, cit., p. 28, citando as memórias de Raimondi, *Mezzo secolo di magistratura* (1951).

- 91 Antonio Salandra, *Memorie Politiche 1916-1925*, Milão, Garzanti, 1951, p.17.
- 92 Citado in De Felice, *Mussolini il fascista*, cit., p. 317.
- 93 *Corriere delia sera*, 2 de agosto de 1922.
- 94 Répaci, *La Marcia su Roma*, cit., p. 210.
- 95 Alessandro Pezzimenti, *Lavvento dei fascismo attraverso le pagine dei Corriere delia sera (1919-1925)*. Tesi Università degli Studi di Milão, 2000-01, p. 13-15, disponível in <http://www.tesionline.com/intl/thesis.jsp?id=6650>
- 96 “Uappello al paese”. *Corriere delia sera*, 8 de abril de 1921.
- 97 *Corriere delia sera*, 4 de agosto de 1922.
- 98 *Corriere delia sera*, 5 de agosto de 1922.
- 99 *Corriere delia sera*, 6 de agosto de 1922.
- 100 “I valori morali delia tradizione politica. A proposito di dittatura”. *Corriere delia sera*, 8 de agosto de 1922.
- 101 Ver o editorial “Riabbeverarsi alia sorgente”. *Corriere delia sera*, 6 de setembro de 1922.
- 102 *Corriere delia sera*, 22 de setembro de 1922.
- 103 *Corriere delia sera*, 6 de outubro de 1922.
- 104 *Corriere delia sera*, 7 de outubro de 1922.
- 105 “Atmosfera di crisi”. *Corriere delia sera*, 13 de outubro de 1922; ver também o editorial “Vane giustificazioni”, a 17 de outubro de 1922.
- 106 Editorial “Verso la crisi extra-parlamentare”. *Corriere delia sera*, 15 de outubro de 1922.
- 107 *Corriere delia sera*, 21 de outubro de 1922.

Capítulo 5: “Precisamos de um governo forte”

- 1 Danilo Veneruso, *La vigilia dei fascismo. Il primo ministero Facta nella crisi dello stato liberale in Italia*, Bolonha, Il Mulino, 1968, p. 219, 228.
- 2 John M. Foot, ““White Bolsheviks’? The Catholic Left and the Socialists in Italy, 1919-1920”, *The Historical Journal*, vol. 40, n° 2, 1997, p. 429.
- 3 Ibid., p. 431.
- 4 Candeloro, *Il Movimento Cattolico in Italia*, cit., p. 443-5.

- 5 Ver texto da carta escrita a 18 de julho de 1922, no apêndice a Répaci, *La Marcia su Roma*, p. 611.
- 6 Citado in Répaci, *La Marcia su Roma*, cit., p. 87.
- 7 Veneruso, *La vigilia dei fascismo*, cit., p. 263.
- 8 Gobetti, *Scrittapolitici*, cit., p. 921.
- 9 “Un discorso di Giolitti a Cuneo. Un invito ai *fascisti* — Un monito per la situazione finanziaria”. *Corriere delia sera*, 24 de outubro de 1922, seguido do texto do discurso de Giolitti.
- 10 Luigi Einaudi, “Discórdia felice”. *Corriere delia sera*, 22 de outubro de 1922.
- 11 Gobetti, *Scritti politici*, cit., p. 958-64.
- 12 Citado in Répaci, *La Marcia su Roma*, cit., p. 331.
- 13 Ver sua entrevista a *II Mattino*, de 11 de agosto de 1922, in Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, cit., p. 349.
- 14 Balbo, *Diário 1922*, cit., p. 178.
- 15 Ver por exemplo 11 *Popolo dltalia*, 7 de setembro de 1922, in Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, cit., p. 391.
- 16 Lupo, *Iifascismo*, cit., p. 119.
- 17 *Corriere delia sera*, 25 de outubro de 1922; também Mussolini, *Scritti politici*, cit., p. 221.
- 18 *Corriere delia sera*, 25 de outubro de 1922.
- 19 Entrevista ao *Manchester Guardian*, 20 de outubro de 1922, in Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 18, p. 451; Salandra, *Memorie Politiche 1916-1925*, cit., p. 19.
- 20 Fabio Fernando Rizi, *Benedetto Croce and Italian Fascism*, University of Toronto Press 2003, p. 41.
- 21 *Corriere delia sera*, 25 de outubro de 1922.
- 22 Várias hipóteses são examinadas por Répaci, *La Marcia su Roma*, cit., p. 489-509.
- 23 Mack Smith, *Italy and its Monarchy*, cit., p. 147.
- 24 De Felice, *Mussolini il fascista*, cit., p. 311.
- 25 Salandra, *Memorie Politiche 1916-1925*, cit., p. 22-5.
- 26 De Felice, *Mussolini il fascista*, cit., p. 374.
- 27 Salandra, *Memorie Politiche 1916-1925*, cit., p. 23.
- 28 Giolitti, *Discorsi extraparlamentari*, cit., p. 334.
- 29 Marco Mondini, “Between subversion and coup d’état: military power and politics after the Great War (1919-1922)”. *Journal of Modem*

Italian Studies, vol. 11, nº 4, dezembro de 2006, p. 457-8.

- 30 Répaci, *La Marcia su Roma*, cit., p. 571.
- 31 Rizi, *Benedetto Croce and Italian Fascism*, cit., p. 45.
- 32 *Corriere delia sera*, 28 de outubro de 1922.
- 33 *Corriere delia sera*, 18 de novembro de 1922.
- 34 De Felice, *Mussolini il fascista*, cit., p. 388-9.
- 35 *Ibid.*, p. 393-5.
- 36 Citado in Bosworth, *Mussolini*, cit., p. 180.
- 37 “Íumaggio dei *fascisti* al Milite Ignoto e al Re”. *Corriere delia sera*, 1º de novembro de 1922.
- 38 Discurso na Câmara dos Deputados, in Mussolini, *Opera Omnia*, vol. 19, p. 17.
- 39 Luigi Einaudi, “Sulla buona via”. *Corriere delia sera*, 18 de novembro de 1922.
- 40 Editorial, *Corriere delia sera*, 30 de outubro de 1922.
- 41 *Corriere delia sera*, 27 de novembro de 1922.
- 42 Editorial, “Lo stato forte”. *Corriere delia sera*, 17 de dezembro de 1922.
- 43 *Corriere delia sera*, 19 de novembro de 1922.
- 44 Discurso de 27 de novembro, reproduzido em *Corriere delia sera*, 28 de novembro de 1922.
- 45 Petersen, “Elettorato e base sociale dei fascismo italiano negli anni venti”, cit., p. 649.
- 46 Mauro Canali, *Le spie dei regime*, Bolonha, Il Mulino, 2004, p. 33.
- 47 As provas circunstanciais podem ser encontradas in *ibid.*
- 48 Mussolini, *Scritti politici*, cit., p. 235.
- 49 Lupo, *Iifascismo*, cit., p. 185.
- 50 Candeloro, *II Movimento Cattolico in Italia*, cit., p. 506.
- 51 Ver telegrama de Mussolini instruindo o Tesouro a fazer o possível para salvar o Banco di Roma, in G. Guarino e G. Toniolo (Eds.), *La Banca d’Italia e il sistema bancario 1919-1936*, Roma-Bari, Laterza, 1993, p. 330n.
- 52 Bosworth, “The British Press, the Conservatives and Mussolini 1920-34”, cit., p. 169-73.
- 53 Joseph M. Herson, Jr., “The Last Whig Historian and Consensus History: George Macaulay Trevelyan, 1876-1962”. *The American*

Historical Review, vol. 18, n° 1, janeiro-fevereiro de 1976, p. 79-80.

54 Gramsci, *Selections from the Political Writings 1921-1926*, cit., p. 276.

55 Maria Stone, “Staging fascism: The Exhibition of the Fascist Revolution”. *Journal of Contemporary History*, vol. 28, n° 2, 1993, p. 215ss.

Bibliografia e obras citadas

ABSE, **Tobias**. *Italian Workers and Italian Fascism*. In: **Richard Bessel (ed.)**. *Fascist Italy and Nazi Germany*, CUP 1996.

ADAMSON, **Walter L.** *Avant-garde Florença. From Modernism to Fascism*. **Harvard University Press, 1993**

ALATRI, **Paolo**. *Le origini dei fascismo*. **Roma: Editori Riuniti, 1977**.

ALBANESE, **Giulia**. *Dire violenza, fare violenza. Espressione, minaccia, occultamento e pratica della violenza durante la Marcia su Roma*. *Memória e Ricerca*, n° 13, maio-agosto de 2003.

ARALDI, **Vinício**. *Camicie nere a Montecitorio: storia parlamentare dell'avvento dei fascismo*. **Milão: Mursia, 1974**.

ARPAIA, **Paul**. *Constructing a national identity from a created literary past: Giosuè Carducci and the development of a national literature*. *Journal of Modern Italian Studies*, vol. 7, n° 2, 2002.

BALBO, **Ítalo**. *Diário 1922*. **Milão: Mondadori, 1932**.

BALDOLI, **Claudia**. *Bissolati immaginario. Le origini dei fascismo cremonese. Dal socialismo riformista alio squadristo*. **Cremona: cremonabooks, 2002**.

BECKER, **Jean-Jacques**. *1914: Comment les Français sont entrés dans la guerre*. **Paris: Presses de la fondation nationale des Sciences politiques, 1977**.

BERTA, **Giuseppe**. *Il governo degli interessi. Industriali, rappresentanza e política nelVItalia dei nord-ovest 1906-1924*. **Veneza: Marsilio, 1996**.

BIDUSSA, **David**. *Il mito dei bravo italiano*. **Milão: il Saggiatore, 1994**.

BONADEO, **Alfredo**. *D'Annunzio and the Great War*. **Madison NJ: Fairleigh Dickinson University Press, 1995**.

BOSWORTH, **Richard J.B.** *The British Press, the Conservatives and Mussolini 1920-34*. *Journal of Contemporary History*, vol. 5, n° 2, 1970.

_. *The Italian Dictatorship. Problems and Perspectives in the Interpretation of Mussolini and Fascism*. **Londres: Arnold, 1998**.

_. *Mussolini*. **Londres: Arnold, 2002**.

BOURKE, **Joanna**. *Dismembering the Male. Mens Bodies, Britain and the Great War*. **Londres: Reaktion Books, 1996.**

BRUSTEIN, **William**. *The 'red menace' and the rise of Italian Fascism*. *American Sociological Review*, vol. 56, n° 5, outubro de 1991.

BURGWYN, **H. James**. *The Legend of the Mutilated Victory: Italy, the Great War, and the Paris Peace Conference, 1915-1919*. **West-port Conn: Greenwood Press, 1993.**

CANALI, **Mauro**. *Le spie dei regime*. **Bolonha: II Mulino, 2004.**

_. *Il delitto Matteotti*, **Bolonha: II Mulino, 2004.**

CANDELORO, **Giorgio**, *Il Movimento Cattolico in Itália*. **Roma: Riuniti, 1982.**

_. *Storia dell'Italia Moderna*, vol. 6. **Milão: Feltrinelli, 1970.**

_. *Storia dell'Italia Moderna*, vol. 8, *La Prima Guerra Mondiale. Il Dopoguerra. L'avvento dei fascismo*. **Milão: Feltrinelli, 1984.**

CAPACCI, **Giuseppe**. *Diário di guerra di un contadino toscano*. **Florença: Cultura editrice, 1982.**

CARDOZA, **Anthony L**. *Agrarian Elites and Italian Fascism. The Province of Bologna 1901-1926*. **Princeton University Press, 1982.**

CAROCCHI, **Giampiero**. *Il Trasformismo dall'unità ad oggi*. **Milão: Unicopli, 1992.**

CLARK, **Martin**. *Mussolini*. **Harlow: Pearson Longman, 2005.**

CONTI, **Ettore**. *Dal taccuino di un Borghese*. **Milão: Garzanti, 1971.**

CORNER, **Paul**. *The Road to Fascism: an Italian Sonderweg? Contemporary European History*, vol. 11, n° 2, 2002.

_. *Fascism in Ferrara 1915-1925*, **OUP, 1975.**

CRISPI, **Francesco**. *Scritti e discorsi politici (1849-1890)*. **Roma: Unione Cooperativa Editrice, 1890.**

CROCE, **Benedetto**. *Nuove pagine sparse*, vol. 1. **Nápoles: Riccardo Ricciardi editore, 1949.**

CUNSOLO, **Ronald S**. *Libya, Italian Nationalism, and the Revolt against Giolitti*. *The Journal of Modern History*, vol. 37, n° 2, junho de 1965.

D'ATTORRE, **Pier Paolo**. *Novecento padano: Vuniverso rurale e la "grande trasformazione"*. **Roma: Donzelli, 1998.**

DE FELICE, **Renzo**. *Mussolini il rivoluzionario 1883-1920*. **Turim: Einaudi, 1965.**

_. **Renzo**, *Mussolini il fascista. La conquista del potere 1921-1925*. Turin: Einaudi, 1966.

DE GRAND, **Alexander**. *The Hunchbacks Tailor. Giovanni Giolitti and Liberal Italy from the Challenge of Mass Politics to the Rise of Fascism, 1882-1922*. Westport Conn: Praeger, 2001.

DETTI, **Tommaso**. *Serrati e la formazione del partito comunista italiano*. Roma: Riuniti, 1972.

DIAMANDOUROS, **P. Nikiforos**. *Greek Political Culture in Transition: Historical Origins, Evolution, Current Trends*. In: Richard Clogg (ed.). *Greece in the 1980s*, Londres e Basingstoke: Macmillan, 1983.

DUGGAN, **Christopher**. *Francesco Crispi*, OUP, 2002.

DUNNAGE, **Jonathan**. *The Italian Police and the Rise of Fascism: A case study of the province of Bologna 1897-1925*. Westport Conn: Praeger, 1997.

EINAUDI, **Luigi**. *Sulla buona via*. *Corriere della sera*, 18 de novembro de 1922.

EINAUDI, **Luigi**. *Discordia Felice*. *Corriere della sera*, 22 de outubro de 1922.

ELAZAR, **Dahlia Sabina**. "Electoral democracy, revolutionary politics and political violence: The emergence of fascism in Italy, 1920-21". *British Journal of Sociology*, vol. 51, n° 3, setembro de 2000.

LESERCITO **nei giorni della 'Marcia su Roma': dalle memorie storiche della 16a Divisione di Fanteria di stanza a Roma nel 1922**. *Storia Contemporânea*, vol. 15, n° 6, dezembro de 1984.

FARNETI, **Paolo**. *Sistema político e società civile*. Turin: Edizioni Giappichelli, 1971.

FEWSTER, **Colin J**. *A Question of Loyalty: Hugo von Hofmannsthal, Stendhal, D'Annunzio, and Italian Nationalism*. *Seminar: A Journal of Germanic Studies*, vol. 42, n° 1, fevereiro de 2006.

FOOT, **John M**. "White Bolsheviks"? *The Catholic Left and the Socialists in Italy, 1919-1920*. *The Historical Journal*, vol. 40, n° 2, 1997.

FORSYTH, **Douglas J**. *The Crisis of Liberal Italy. Monetary and Financial Policy, 1914-1922*, CUP, 1993.

GAY, **Peter**. *Freud*. Londres: Macmillan, 1989.

GENTILE, **Emilio**. *L'Italia giolittiana 1899-1914*. Bolonha: Mulino, 1977.

GENTILE, **Giovanni**. *Che cosa è il fascismo. Discorsi epolemitiche*. **Florença: Vallecchi, 1924.**

GIOLITTI, **Giovanni**. *Discorsi Parlamentari, vol. 2*. **Roma: Camera dei Deputati, 1953.**

_. *Discorsi extraparlamentari*. **Turim: Einaudi, 1952.**

GOBETTI, **Piero**. *Scritti politici*. **Turim: Einaudi, 1997.**

GRAMSCI, **Antonio**. *Selections from the Political Writings 1921-1926*. **Londres: Lawrence and Wishart, 1968.**

GREGORY, **Adrian**. **British 'War Enthusiasm' in 1914. A Reassessment**. In: **Gail Braybon (ed.)**. *Evidence, History and the Great War*. **New York e Oxford: Berghahn Books, 2003.**

GRISI, **Francesco (ed.)**. *Ifuturisti*. **Milão: Newton, 1994.**

GUARINO, **G. e G. Toniolo (eds.)**. *La Banca d'Italia e il sistema bancario 1919-1936*. **Roma-Bari: Laterza, 1993.**

HERNON, **Jr, Joseph M.** **The Last Whig Historian and Consensus History: George Macaulay Trevelyan, 1876-1962**. *The American Historical Review*, vol. 18, n° 1, janeiro-fevereiro de 1976.

HITLER, **Adolf**. *Mein Kampf*. **Londres: Hutchinson, 1969.**

KANT, **Immanuel**. *Observations on the Feeling of the Beautiful and Sublime*. Trad. **John T. Goldthwait**. **University of California Press, 1991.**

KELIKIAN, **Alice**. *Town and Country under Fascism. The Transformation of Brescia 1915-1926*. **Oxford: Clarendon Press, 1986.**

LENIN, **V. I.** *Left-Wing Communism: an Infantile Disorder*, in *Collected Works*, vol. 31. **Moscov: Progress Publishers, 1966.**

LEVRA, **Umberto**. **II Parlamento nella crisi di fine secolo**. In: *Storia d'Italia, Annali 17*. **Turim: Einaudi, 2001.**

LUPU, **Salvatore**. *II fascismo. La política in un regime totalitário*. **Roma: Donzelli, 2005.**

LYTTELTON, **Adrian**. **The 'Crisis of Bourgeois Society' and the Origins of Fascism**. In: **Richard Bessel (ed.)**. *Fascist Italy and Nazi Germany*, **CUP, 1996.**

_. *The Seizure of Power. Fascism in Italy 1919-1929*. **Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1973.**

MACK SMITH, **Denis**. *Italy. A Modern History*. **Ann Arbor: Michigan University Press, 1959.**

_. *Italy and its Monarchy*. **New Haven e Londres: Yale University Press, 1989.**

MAIER, **Charles S.** *Recasting Bourgeois Europe. Stabilization in France, Germany, and Italy in the decade after World War I.* **Princeton University Press, 1975.**

MAVROGORDATOS, **George Th.** *Stillborn Republic: Social Conditions and Party Strategies in Greece 1922-1936.* **University of California Press, Berkeley Cal. 1983.**

MELOGRANI, **Piero.** *Storia Política della Grande Guerra.* **Bari: Laterza, 1969.**

_. *Gli industriali e Mussolini, rapporti tra Confindustria e fascismo dal 1919 al 1929.* **Milão: Longanesi, 1972.**

MILZA, **Pierre.** *Mussolini.* **Paris: Fayard, 1999.**

MONDINI, **Marco.** **Between subversion and coup d'état: military power and politics after the Great War (1919-1922).** *Journal of Modern Italian Studies*, vol. 11, n° 4, dezembro de 2006.

MONTALDO, **Silvano.** **II Parlamento e la società di massa.** *Storia d'Italia, Annali 17, II Parlamento, organizado por Luciano Violante.* **Turim: Giulio Einaudi, 2001.**

MORABITO, **Pierfrancesco.** **Movimenti artistici e società di massa: il futurismo italiano.** *Italia Contemporânea*, n° 150, março de 1983.

MOSCA, **Gaetano.** *Sulla teoria dei governi e sul governo parlamentare.* **Palermo: Tipografia dello Statuto, 1884.**

MOSIER, **John.** *The Myth of the Great War.* **Londres: Profile Books, 2001.**

MOSSE, **George L.** **The Two World Wars and the Myth of the War Experience.** *Journal of Contemporary History*, vol. 33, n° 4, 1998.

MUSSOLINI, **Benito.** *Il mio diário di Guerra (1915-1917).* **Milão: Imperia, 1923.**

_. *Scritti politici.* **Milão: Feltrinelli, 1979.**

_. *Opera Omnia, editado por Edoardo e Duilio Susmel.* **Florença: La Fênice, 1951-1963, vols. 4, 13, 14, 15, 18, 19.**

NELLO, **Paolo.** *L'avanguardia giovanile alle origini del fascismo.* **Roma-Bari: Laterza, 1978.**

NITTI, **Francesco Saverio.** *Peaceless Europe, 1922,* disponível em <http://www.gutenberg.org/files/10090/10090-8.txt>

NOIRET, **Serge.** **II PSI e le elezioni dei 1919. La nuova legge elettorale. La conquista del Gruppo parlamentare socialista da parte dei massimalisti.** *Storia Contemporânea*, vol. 15, n° 6, dezembro de 1984.

O'BRIEN, **Paul**. *Mussolini in the First World War. The journalist, the soldier, the fascist*. Oxford: Berg, 2005.

PALLA, **Marco**. **La presenza dei fascismo. Geografia e storia quantitativa. Italia Contemporânea, n° 184, setembro de 1991.**

PARLIAMENTARY PAPERS, **Londres, 1920, LI Cmd. 671, Miscellanea n° 7.**

PARTITO NAZIONALE FASCISTA. *Le origini e lo sviluppo dei fascismo attraverso gli scritti e la parola dei Duce e le deliberazioni dei P.N.F., dalVintervento alia Marcia su Roma, pref. Augusto Turati. Roma: Libreria dei littorio, 1928.*

PETERSEN, **Jens**. **Elettorato e base sociale dei fascismo italiano negli anni venti. Studi Storici, vol. 16, n° 3,1975.**

PEZZIMENTI, **Alessandro**. *Lavvento dei fascismo attraverso le pagine dei Corriere delia sera (1919-1925). Tesi Università degli Studi di Milano, 2000-01, p. 13-15, disponível em <http://www.tesionline.com/intl/thesis.jsp?id=6650>*

PIAZZESI, **Mario**. *Diário di uno squadrista toscano 1919-1922. Roma: Bonacci editore,1980.*

PINKARD, TERRY. *Hegel. A Biography*, CUP, 2000.

PIRETTI, **Maria Serena**. **La giustizia dei numeri: Il proporzionalis-mo in Italia (1870-1923). Bolonha: II Mulino, 1990.**

PRESTON, **Paul**. *Franco. A Biography*. Londres: HarperCollins, 1993.

PRETI, **Domenico**. *Economia e istituzioni nello stato fascista. Roma: Riuniti, 1980.*

PROCACCI, **Giovanna**. **Gli interventisti di sinistra, la rivoluzione di febbraio e la politica interna italiana nel 1917. Italia Contemporânea, n° 138, 1980.**

PROCACCI, **Giuliano**. *La lotta di classe in Italia agli inizi dei Secolo XX. Roma: Riuniti, 1978.*

PUGLIESI, **Emanuele**. *Io difendo lesercito. Nápoles: Rispoli, 1946.*

RÉPACI, **Antonino**. *La Marcia su Roma. Milão: Rizzoli, 1972.*

RIOS, **ALCEO**. **LE PATRIOTISME DANS LE VERBE. ATAS DA CONFERÊNCIA Leloquence politique en France et en Italie de 1870 à nos jours. Collection de l'École française de Rome. Roma, 2001.**

RIZI, **FABIO FERNANDO**. *Benedetto Croce and Italian Fascism. University of Toronto Press, 2003.*

ROBBINS, **Keith**. *The First World War, OUP, 1984.*

ROCCA, **Massimo**. *Come il fascismo divenne una dittatura. Storia interna dei fascismo dal 1914 al 1925*. Milão: ELI, 1952.

Rossi, Mario G. “Democrazia, socialismo, imperialismo nell'Italia giolittiana. In: F. Andreucci et al. (eds.). *Lezioni di storia d'Italia 1848-1948*. Roma: Riuniti, 1979.

SABBATUCCI, **Giovanni**. *Il trasformismo come sistema*. Roma-Bari: Laterza, 2003.

SALANDRA, **Antonio**. *Memorie Politiche 1916-1925*. Milão: Garzanti, 1951.

SALVATORELLI, **Luigi e Giovanni Mira**. *Storia d'Italia nel período fascista*. Turim: Einaudi, 1956.

SALVEMINI, **Gaetano**. *The Origins of fascism in Italy*. Nova York: Harper, 1973.

SANTOMASSIMO, **Gianpasquale**. *La Marcia su Roma*. Florença: Giunti, 2000.

SEGRÈ, **Cláudio G.** *Italo Balbo. A Fascist Life*. University of Califórnia Press, 1987.

SERPIERI, **Arrigo**. *La Guerra e le classi rurali italiane*. Bari: Laterza, 1930.

SNOWDEN, **Frank**. *The Fascist Revolution in Tuscany, 1919-1922*. Cambridge University Press, 1989.

SPAVENTA, **Silvio**. **Discorso contra la Conciliazione, 20 de setembro de 1886**. In: Valeri (ed.). *La lotta política in Italia*, p. 91.

SPRIANO, **Paolo**. *Storia dei partito comunista italiano. Da Bordiga a Gramsci*. Turim: Einaudi, 1967.

SPRIANO, **Paolo**. *The Occupation of the Factories*. Londres: Pluto Press, 1975.

STONE, **Maria**. **Staging Fascism: The Exhibition of the Fascist Revolution**. *Journal of Contemporary History*, vol. 28, n° 2, 1993.

STRACHAN, **Hew**. *The First World War, vol. 1: To Arms*, OUP, 2001.

TARDIEU, **André**. *The Truth about the Treaty*. Indianápolis: Boobs-Merrill Co., 1921, capítulo três disponível em <http://www.lib.byu.edu/estu/wwi/comment/treatytruth/tardieu00tc.htm>

TASCA, **Ângelo**. *Nascita e avvento dei fascismo: Ftalia dal 1918 al 1922*. Bari: Laterza, 1967.

TOGLIATTI, **Palmiro**. **Episodi della guerra civile in Toscana**. In: *Opere 1917-1926, vol. 1*, Roma: Riuniti, 1974.

_. *Lectures on Fascism*. **Londres: Lawrence and Wishart, 1976.**

VALERI, **Nino**. *D'Annunzio davanti al fascismo*. **Florença: Le Monnier, 1963.**

VALLI, **Roberta Suzzi**. *Le origini dei fascismo*. **Roma: Caracci, 2003.**

VENERUSO, **Danilo**. *La vigília dei fascismo. Il primo ministero Facta nélla crisi dello stato liberale in Itália*. **Bolonha: II Mulino, 1968.**

VIVARELLI, **Roberto**. *Il fallimento dei liberalismo. Studi sulle origini dei fascismo*. **Bolonha: II Mulino, 1981.**

VIVARELLI, **Roberto**. *Storia delle origini dei fascismo: Vltalia dalla grande guerra alia Marcia su Roma, vol. 1*. **Bolonha: II Mulino, 1991.**

VOLPE, **Gioacchino**. *Guerra Dopoguerra Fascismo*. **Veneza: La Nuova Italia, 1928.**

WEBER, **Max**. *Economy and Society. An outline of interpretative sociology, vol. 1*. **University of Califórnia Press, 1978.**

ZANGHERI, **Renato**. *“Introduction”, Lotte agrarie in Italia. La Federazione Nazionale dei Lavoratori della Terra 1901-1926*. **Milão: Feltrinelli, 1960.**

Table of Contents

[Folha de rosto](#)

[1. A conjuntura](#)

[Mapa das mudanças da fronteira Italia-Iugoslavia](#)

[2. Uma guerra divisora. Uma vitória perdida](#)

[3. A crise parlamentar](#)

[Mapa da violencia fascista na Italia](#)

[4. O avanço do fascismo](#)

[5. “Precisamos de um governo forte”](#)

[Notas](#)

[Bibliografia e obras citadas](#)